



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO CONSTITUCIONAL**

ANAÍS EULÁLIO BRASILEIRO

A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO TERRORISMO

NATAL/RN

2018

ANAÏS EULALIO BRASILEIRO

A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO TERRORISMO

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito Constitucional.

Orientador: Professor Doutor Marco Bruno Miranda Clementino

NATAL/RN

2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Brasileiro, Anaís Eulálio.

A cooperação jurídica internacional no terrorismo / Anaís Eulálio Brasileiro. - 2018.

141f.: il.

Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Natal, RN, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Marco Bruno Miranda Clementino.

1. Terrorismo - Dissertação. 2. Cooperação jurídica internacional - Dissertação. 3. Limites - Dissertação. I. Clementino, Marco Bruno Miranda. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca do CCSA

CDU 323.28:341

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito Constitucional, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Bruno Miranda Clementino.

Aprovada em 13 de setembro de 2018

Prof. Doutor Marco Bruno Miranda Clementino (UFRN)

Presidente

Prof. Doutor Walter Nunes da Silva Júnior (UFRN)

1ª Examinador

Profª. Doutora Margarida de Oliveira Cantarelli

2ª Examinadora (UFPE)

*À minha família, meu sustentáculo, e amigos – que souberam suportar
minha ausência e me incentivaram sempre que podiam, acreditando
sempre em mim.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, à minha família. Mesmo com a distância, me incentivaram e me apoiaram, sendo sempre minha fortaleza. Em especial, a minha avó Maria do Carmo Leal Eulálio, pelas orações e pelos melhores abraços, a minha mãe, Maria do Carmo Eulálio e minha irmã, Lízie Emanuelle Eulálio Brasileiro, que mesmo sendo de outra área de estudo suportaram todas as vezes que quis discutir meu tema, me auxiliando com conversas nas quais muitos dos *insights* surgiram, sempre acreditando em mim e em meu potencial, iluminando minhas ideias.

Aos meus amigos, que sempre me compreenderam e me auxiliaram nessa jornada. Em especial a Maria Olívia Jardelino, quem eu sabia que podia recorrer a qualquer hora que estaria lá para o que eu precisasse, seja por breves minutos ou segundos em mensagens ou longas horas de conversas tentando me animar.

Aos meus companheiros de Mestrado e em especial a Amanda Câmara, Rafaela Cadó, Felipe de Brito e Saulo Torres, com quem tive o privilégio de compartilhar as mais variadas situações ao longo desses dois anos, dividindo e vibrando com os sucessos uns dos outros, sempre auxiliando com ideias e incentivos.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professores, servidores e demais profissionais da instituição.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos de Mestrado.

Ao meu orientador, Professor Marco Bruno Miranda Clementino, pela oportunidade, paciência, compreensão e ensinamentos. Os momentos de discussão acerca desta dissertação, principalmente, instigavam a fluidez da escrita e suas orientações me guiaram através de um processo de amadurecimento de conceito e ideias que jamais teria atingido sozinha.

“We're in a new world. We're in a world in which the possibility of terrorism, married up with technology, could make us very, very sorry that we didn't act.” – Condoleezza Rice.

RESUMO

Nos últimos tempos, a sociedade global vem se deparando com o terrorismo como sendo um de seus maiores desafios a ser enfrentado. Com amplas proporções, os ataques terroristas conseguem atingir a maioria dos Estados, provocando o medo e instalando o pavor por meio de violência e ameaças. Em um mundo cada vez mais tecnológico, com a interconexão que provoca a diminuição de barreiras físicas, o terrorismo encontra meios de expansão cada vez maiores, dificultando o seu enfrentamento. Em razão disso, os Estados procuram meios eficientes de se protegerem e de enfrentar o terrorismo, utilizando-se de estratégias individuais e coletivas. Nesse sentido, apesar de o Brasil não costumar sofrer efetivamente ataques terroristas, o país tem previsto na Constituição da República o total repúdio ao terrorismo e assume posições práticas que demonstram isso, tendo criado uma lei de antiterrorismo e ratificado Convenções Internacionais que tratam sobre o seu enfrentamento. No âmbito internacional, no quesito de extraterritorialidade e crimes transnacionais, destaca-se a cooperação jurídica internacional como um essencial instrumento capaz de oferecer uma resposta aos obstáculos oferecidos pelo terrorismo, oferecendo uma alternativa para que os Estados respondam de forma coletiva. Nesse cenário, o presente trabalho tem como objetivo geral averiguar se a cooperação jurídica internacional penal possui limites no enfrentamento do terrorismo e, como objetivos específicos, compreender o fenômeno do terrorismo; entender a espécie do terrorismo denominada de ciberterrorismo; analisar o ordenamento internacional no âmbito do terrorismo, bem como o ordenamento interno sob uma perspectiva constitucional; descrever o mecanismo de cooperação jurídica internacional e seus mecanismos; e, por fim, no caso da presença de limites, analisá-los sob a ótica do Direito Internacional e Interno. A pesquisa é exploratória e descritiva, a partir de levantamento bibliográfico e documental que versa sobre a temática abordada, sob abordagem qualitativa, por intermédio do método dedutivo. Verifica-se, por fim, a necessidade da cooperação jurídica internacional no enfrentamento ao terrorismo, notando-se que nesse âmbito ela possui nuances diferenciadas da forma apresentada nas demais áreas, defendendo-se neste estudo a flexibilização de alguns de seus limites.

Palavras-chave: Terrorismo; Cooperação jurídica internacional; limites.

ABSTRACT

Nowadays, global society has been faced with terrorism as one of its greatest challenges to be faced. To a large extent, terrorist attacks succeed in reaching most States, provoking fear and installing terror through violence and threats. In an increasingly technological world, with the interconnection which causes the reduction of physical barriers, terrorism finds increasing means of expansion, making it difficult to fight back. As a result, States seek efficient means of protecting and combating terrorism, using individual and collective strategies. In this sense, despite the fact that Brazil does not usually suffer terrorist attacks, the country has foreseen in the Constitution of the Republic the total repudiation of terrorism and assumes practical positions that demonstrate this positioning, having created an antiterrorism law and ratified International Conventions which deal with its confrontation. At the international level, in the area of extraterritoriality and transnational crimes, international judicial cooperation stands out as an essential mechanism capable of responding to the obstacles offered by terrorism, offering an alternative for States to respond collectively. In this scenario, the present work has as general objective to determine if international criminal judicial cooperation has limits in the fight against terrorism and, as specific objectives, to understand the phenomenon of terrorism; understand the kind of terrorism called cyberterrorism; analyzing international law in the field of terrorism, as well as domestic law in a constitutional perspective; describe the mechanism of international judicial cooperation and its mechanisms; and, finally, in the case of the presence of limits, to analyze them from the point of view of International and Internal Law. The research is exploratory and descriptive, based on a bibliographical and documentary survey that deals with the thematic approached, under a qualitative approach, through the deductive method. Finally, the need for international judicial cooperation in the fight against terrorism is evident, and in this context it has different nuances of the form presented in the other areas, defending in this study the flexibilization of some of its limits.

Keywords: Terrorism; International judicial cooperation; Limits.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cf. – Confira

DEEST - Departamento de Estrangeiros

DRCI – Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional

ECIJ – Estatuto da Corte Internacional de Justiça

Et al. – e outros

GAFI- Grupo de Ação Financeira

Ibid. – *Ibidem* (na mesma obra)

IRA – Exército Republicano Irlandês

IRA-Nantes – Instituto Regional de Administração, França

LINDB – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro

Loc. Cit. – no lugar citado

MLAT – Acordo de Assistência Judiciária

ONU – Organização das Nações Unidas

Op. Cit. – *opere* citado (obra citada)

PAC – Proletários Armados pelo Comunismo

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TPI – Tribunal Penal Internacional

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime

Vs. – Versus

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CONTEXTUALIZANDO O TERRORISMO	18
2.1 A ORIGEM DO TERRORISMO, SUA PROPAGAÇÃO E SUA CONJUNTURA.....	18
2.2 A LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL SOBRE TERRORISMO E O MARCO CONSTITUCIONAL LEGAL ANTITERRORISTA	27
2.3 CIBERTERRORISMO: A NOVA FACE DO TERRORISMO	37
3. A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL PENAL NA ORDEM JURÍDICA 47	
3.1 O SISTEMA DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	47
3.2 INSTRUMENTOS DE EFETIVAÇÃO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	57
3.3 LIMITAÇÕES E DESAFIOS DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	66
4. O TERRORISMO À LUZ DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	77
4.1 PERSPECTIVA ESPACIAL DO TERRORISMO	77
4.2 PERSPECTIVA DA DUPLA IMPUTAÇÃO E <i>NE BIS IN IDEM</i> NO ÂMBITO DO TERRORISMO	90
4.3 A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO TERRORISMO: OS NÚCLEOS DE SEUS LIMITES	100
4.3.1 Os limites de núcleo duro.....	102
4.3.2 Os limites de núcleo flexível	112
5. CONCLUSÕES.....	121
REFERÊNCIAS.....	125

1. INTRODUÇÃO

O ser humano não está mais sozinho. Com essa simples construção de frase, é possível identificar o fenômeno da globalização, cada vez mais discutido e estudado apesar de não ser um tema que tenha surgido nos últimos anos. Essa necessidade de mais estudos acerca da temática se dá em virtude principalmente do aumento e desenvolvimento da tecnologia, responsável por propor a diminuição de barreiras entre Estados e pessoas e proporcionar relações bem mais íntimas do que as que existiam, sendo suficientes poucos segundos para estabelecer uma conexão entre milhares de pessoas.

Diante desse cenário, emerge a partir de um desdobramento da globalização a transnacionalidade que estabelece uma interconexão entre os atores do Direito Internacional, tendo em vista o elo indissociável existente entre eles. Assim, a formação da sociedade global e, mais do que isso, transnacional, induz a evolução do Direito em conjunto, considerando-se que esse sempre deve acompanhar os fatos sociais.

Na medida em que as relações se intensificam, as questões e problemas antes meramente regionais se tornam universais, sendo de interesse de todos. Não é difícil, portanto, saber o que está acontecendo do outro lado do mundo e se posicionar quanto a isso, existindo inclusive possibilidades de compartilhar opiniões com outras centenas de pessoas e fazer algo, seja discutir soluções, elaborar estudos ou até mesmo oferecer auxílios por meio de Organizações Não-Governamentais.

No entanto, ainda que possam ser vislumbradas vantagens nessa facilitação para a diminuição de fronteiras entre os povos, questões transnacionais também têm afetado de maneira negativa toda a população e, diretamente os Estados. Uma dessas questões é o terrorismo, que, com ações de cunho violento conseguem provocar o terror e o pânico, perturbando a estabilidade de toda a sociedade internacional com a finalidade específica de afetar os governos Estatais em razão de motivações, sobretudo políticas e ideológicas.

Os ataques terroristas transmitidos pela mídia conseguem afetar todo o mundo e comovem a sociedade internacional, ainda que nem todos os ataques existentes ganhem destaque. Diante da rede avançada de tecnologia que os grupos terroristas possuem advinda das mesmas ferramentas que contribuem positivamente para o desenvolvimento da sociedade, como a tecnologia, o terrorismo não é um problema isolado de um só país: é uma questão transnacional. É perceptível que, utilizando meios tecnológicos de propagação, os grupos terroristas conseguem compartilhar uma mensagem de seus propósitos, possuindo inclusive meios de seduzir para recrutar jovens ao redor do mundo para fazer parte de suas organizações.

Mesmo sendo um fenômeno que existe há séculos, o terrorismo até hoje não possui uma exata conceituação em razão de seus fundamentos poderem ser tanto compartilhados por alguns indivíduos, como negados veementemente por outros. Uma das únicas coisas de que se tem certeza é que ele se constitui por intermédio de grupos de pessoas que possuem razões eminentemente políticas contra o Estado e são capazes de realizar atentados terroristas em locais públicos e privados, sequestros, ataques aéreos, homicídios e torturas, afetando milhares de vidas.

Percebe-se que existem diferentes grupos terroristas com motivações distintas, possuindo, entretanto, o caráter político-ideológico como ponto semelhante. Em razão da ausência de um só conceito que defina e tipifique o terrorismo devido à ampla interpretação que seus motivos podem ter, observa-se a existência de grupos que são classificados como terroristas apenas por alguns Estados, enquanto outros são considerados como terroristas pela ampla gama de países.

Apesar de ser considerado que os grupos terroristas já obtinham sucesso por meio de suas ações regionais violentas nos séculos passados, percebe-se que no mundo de hoje eles possuem um êxito muito maior. Por meio de seus objetivos transnacionais, deixam cravado até em mídias sociais os motivos pelos quais defendem, utilizando-se de tecnologias e ideologias para combinar ações de financiamento, recrutamento, planejamento logístico e material, além da própria concretude de suas ações e meios de se esconderem após a reivindicação dos atentados.

Com soberanias diretamente questionadas, os Estados se veem ameaçados pelo terrorismo transnacional, situação a qual se veem obrigados a responder. Essa resposta advém de várias formas, como a criação de novas tipificações que envolvam o terrorismo, acordos e convenções internacionais elaboradas em que os Estados concordam entre si em prevenir e enfrentar o terrorismo, com o oferecimento e previsão de mecanismos como a cooperação jurídica internacional, que possui instrumentos capazes de auxiliar a investigação, bem como deter os suspeitos e entregá-los para que as autoridades competentes os julguem.

Na tentativa em conjunto dos Estados em enfrentar o terrorismo, tem-se a Resolução nº 1.373¹ do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) demonstrando que os Estados-membros passaram a ter o dever de colaborarem nos âmbitos necessários para

¹ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 3.976, de 18 de outubro de 2001. Dispõe sobre a execução, no Território Nacional, da Resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. . Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3976.htm>. Acesso em: 02 jul. 2018.

a captura dos grupos terroristas responsáveis pelo atentado de 11 de setembro, incluindo meios de congelar fundos para dificultar que os terroristas se escondessem.

No âmbito da cooperação internacional, verifica-se sua necessidade ao perceber não apenas a interconexão entre os Estados, como também o caráter transnacional do terrorismo. Com vias de comunicação apropriadas para o auxílio mútuo entre os países, a cooperação jurídica internacional se configura no Direito Internacional como um mecanismo adequado no confronto de crimes transnacionais, capaz de beneficiar os Estados que agem em prol de um objetivo em comum, por meio de seus instrumentos: extradição, carta rogatória, auxílio direto e homologação de sentenças estrangeiras.

Como resposta ao direito interno de cada Estado, vislumbra-se uma tendência na elaboração de leis antiterroristas que apresentam conceitos próprios do que vem a ser terrorismo, tipificando-o e determinando medidas específicas principalmente na investigação das situações, bem como apresentam medidas diferenciadas para punir os que forem devidamente processados e julgados por terrorismo. Não diferentemente, o Brasil convergiu com a ideia de criar uma lei de antiterrorismo em 2016.

Porém, antes mesmo do processo de elaboração da lei, o Brasil adota em sua Constituição Federal de 1988² o repúdio completo ao terrorismo, determinando que o país se compromete a contribuir para seu enfrentamento e estabelece o tratamento diferenciado nos casos em que ele aconteça, considerando-o na mesma categoria de crimes hediondos. A partir de então, depreende-se que o Brasil está inserto no rol de países que hostilizam o terrorismo até antes do período em que se deu início à Guerra ao Terror, demonstrando que o país possui uma preocupação constitucional que o impulsiona também a entrar em acordos com outros Estados sobre meios que sejam eficazes para o combate ao terrorismo.

Considera-se, assim, um desafio tratar sobre o terrorismo e seu enfrentamento em razão da complexidade que o tema envolve, assim como a interdisciplinaridade necessária para um efetivo estudo acerca não apenas de normas internacionais sobre o assunto, mas também de leis antiterroristas, pois as leis regionais e internacionais são observadas por uma perspectiva constitucional, criminal, financeira e sociológica.

A cooperação jurídica internacional se apresenta como mecanismo essencial do Direito Internacional para o enfrentamento de questões transnacionais, considerando-se que a sociedade internacional é afetada como um todo, possuindo delimitações conceituais e principiológicas em seu âmbito geral. Então, a problemática deste trabalho consiste na

² BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº S/N, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

necessidade de investigar se as circunstâncias especiais observadas no terrorismo demandam um tratamento diferenciado do que é constatado nas demais áreas da cooperação jurídica internacional.

Centrado no contexto proposto, a partir da relevância desta temática e tendo em vista a atual problemática sobre o terrorismo que se dissemina pelo mundo com grupos terroristas que desrespeitam os direitos humanos, buscou-se neste estudo o foco na cooperação jurídica internacional penal no enfrentamento ao terrorismo, tendo em vista sua importância tanto na área do Direito Internacional quanto no Direito Constitucional. Nesse enfrentamento ao terrorismo por meio de um mecanismo que envolve ambas as áreas do Direito, surgiu, então, uma pergunta-problema responsável por guiar a presente pesquisa: A cooperação jurídica internacional penal possui limites no enfrentamento do terrorismo?

Assim, o presente estudo teve como objetivo geral averiguar se a cooperação jurídica internacional penal possui limites no enfrentamento ao terrorismo, e, como objetivos específicos, compreender o fenômeno do terrorismo; entender a espécie do terrorismo denominada de ciberterrorismo; analisar o ordenamento internacional no âmbito do terrorismo, bem como o ordenamento interno sob uma perspectiva constitucional; descrever o mecanismo de cooperação jurídica internacional e seus instrumentos; e, por fim, no caso da presença de limites, analisá-los sob a ótica do Direito Internacional e Interno.

Para tanto, este estudo teve como base a pesquisa exploratória e descritiva, a partir de levantamento bibliográfica e documental que versam sobre a temática abordada, utilizou-se a abordagem qualitativa, por meio do método dedutivo. Parte-se, portanto, do geral para o particular, por meio de dados coletados por organismos internacionais, doutrinas clássicas e modernas, assim como pesquisas científicas já publicadas, além de dados e documentos jurídicos, incluindo a legislação constitucional, convenções e tratados internacionais.

Desse modo, o Capítulo 02 contemplará a origem do termo terrorismo e sua propagação, bem como serão abordadas as conjunturas envolvidas nesse fenômeno, como os motivos da dificuldade em encontrar uma só definição e suas características existentes. Ademais, será envolvido o contexto da legislação internacional acerca do terrorismo, demonstrando-se a evolução de Convenções que tratam do terrorismo a partir de conceitos elementares do Direito Internacional como a soberania, para em seguida abordar o aspecto brasileiro com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei sobre Antiterrorismo. Aprecia-se, ao final do capítulo, o ciberterrorismo como desmembramento do gênero terrorismo, de suma importância diante o contexto da globalização e sociedade de informação.

Em seguida, o Capítulo 03 irá trazer as noções da cooperação jurídica internacional na ordem jurídica, fundamentando-se no sistema aberto a partir da abordagem hermenêutica e averiguação da antiga ordem jurídica e sua evolução para que se chegue de fato na cooperação, momento em que se abordará seu conceito, contexto, fontes e princípios. Também, esse capítulo traz consigo os instrumentos de efetivação da cooperação jurídica, com exemplos de casos práticos e auxílio de fluxograma para explicitar procedimentos específicos. Além disso, trata dos desafios enfrentados pela cooperação jurídica internacional com base nas limitações encontradas em quaisquer matérias que envolvam a cooperação.

O Capítulo 04, por sua vez, será voltado às análises realizadas dos princípios existentes capazes de limitar a cooperação no âmbito do terrorismo, propriamente dito. Nesse, foram destacados alguns princípios que necessitavam de uma mais profunda abordagem, como o princípio da dupla imputação e a perspectiva espacial envolvendo a territorialidade, extraterritorialidade e transterritorialidade, relacionando-os com casos práticos que envolvessem não apenas a cooperação, mas a cooperação jurídica internacional com casos de terrorismo. Diante disso, será realizada, por fim, uma análise crítica acerca dos núcleos que puderam ser identificados nos limites identificados que circundam o tema, propondo-se uma categorização em núcleo duro e flexível.

2. CONTEXTUALIZANDO O TERRORISMO

Nos últimos tempos, percebe-se a utilização cada vez mais frequente do termo “terrorismo” para tratar de ataques acontecidos ao redor do mundo. Entretanto, esse fenômeno possui peculiaridades que o distinguem de meros crimes em razão de envolver conceitos históricos e razões político-ideológicas que vão além do conteúdo noticiado nos jornais que relatam ataques terroristas.

Assim, visando uma melhor compreensão acerca do terrorismo, este capítulo contemplará a contextualização do terrorismo envolvendo sua origem, propagação e conjuntura, sendo abordado o problema que engloba a definição desse fenômeno a partir das características existentes que permitem observar se um ato é terrorista ou não.

Além disso, será exposto o contexto das legislações interna e internacional que tratam sobre o tema a partir de uma evolução de Convenções internacionais que abordam elementos do Direito Internacional, referindo-se também ao aspecto brasileiro sobre o tema trazido na Constituição Federal da República de 1988 e a Lei que versa sobre o antiterrorismo.

Também será abordado neste capítulo o ciberterrorismo como uma espécie do terrorismo que vem sendo mais utilizada a partir das novas tecnologias existentes no mundo atual, fato que demonstra a necessidade de o Direito possuir elementos e instrumentos adequados que sejam capazes de oferecer uma devida resposta aos ataques.

2.1 A ORIGEM DO TERRORISMO, SUA PROPAGAÇÃO E SUA CONJUNTURA

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 provocaram, indubitavelmente, uma guinada nas questões políticas e internacionais ao dar ênfase a um fenômeno já existente há séculos: o terrorismo. Para Jaguaribe³, os ataques terroristas que aconteceram nessa data representam um marco histórico por ser o principal responsável em demonstrar a vulnerabilidade dos Estados Unidos, uma das maiores potências mundiais, em relação a ataques terroristas.

Previamente aos eventos de 11 de setembro, entretanto, já existiam pesquisas sobre o fenômeno antes do próprio termo “terrorismo” existir. Rapoport⁴ aborda em seu trabalho um

³ JAGUARIBE, Helio. Terrorismo e Islam. **Nueva Sociedad**: Democracia y política en América Latina, Buenos Aires, v. 177, p.128, 2002. ISSN: 0251-3552. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/3032_1.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

⁴ RAPOPORT, David C.. Fear and Trembling: Terrorism in Three Religious Traditions. **American Political Science Review**, [s.l.], v. 78, n. 03, p.659, dez. 1983. Cambridge University Press (CUP).

estudo comparativo entre o que ele denomina de “grupos religiosos de terror”, como os Zelotas-Sicários, Assassinos e Thugs, atuantes durante o século depois de Cristo, sendo esses considerados como os responsáveis pelo surgimento dos movimentos terroristas.

Os Sicários se empenharam em aterrorizar os Romanos para fora da Palestina, chegando a assassinar homens desarmados, mulheres e crianças em suas vilas. Utilizando-se da mesma espécie de violência e direcionando-a a alvos específicos, têm-se também os Zelotas contra os romanos, os Assassinos contra o Império Otomano e os Thugs contra pessoas que transitavam em sua área. Além dos motivos políticos que provocavam o ataque a determinados grupos, Donohue⁵ destaca motivos religiosos, como no caso dos Thugs que perseguiam viajantes para matá-los e oferecer oferendas à sua Deusa Hindu.

O terrorismo, de acordo com Waldmann⁶, é capaz de provocar diversos sentimentos emocionais além do medo, como insegurança, desespero e, inclusive, fascinação. Segundo o autor, a capacidade do terrorismo de produzir essas emoções é a resposta do porquê esse é um tema difícil de ganhar uma definição exata: sua capacidade de abrir espaço para mais de uma interpretação. Até a presente data, a própria comunidade internacional ainda não conseguiu chegar a um acordo quanto a uma só definição.

No século XVIII, o termo “terrorismo” passou a ser utilizado popularmente, numa concepção de “terrorismo de cima”, durante a Revolução Francesa e o estado de terror instalado a partir da grande violência utilizada para atingir os seus objetivos. Não diferente disso, a Inquisição Espanhola também se utilizou de instrumentos violentos para causar terror e pânico em um grupo de pessoas, assim como outros países europeus também empregaram esses meios para assegurar suas colônias⁷.

Diferentemente desse terrorismo de cima, Donohue⁸ acrescenta outra modalidade de terrorismo: o de baixo. Segundo a autora, o terrorismo de baixo consiste em grupos que contestam o poder do Estado e os que estão em seu controle, como o Klu Klux Klan, o Exército Republicano Irlandês (IRA, em inglês), o Sendero Luminoso no Peru e grupos religiosos jihadistas.

<http://dx.doi.org/10.2307/1961835>.

Disponível

em:

<http://www.jstor.org/stable/1961835?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 15 maio 2017.

⁵ DONOHUE, Laura K. Terrorism and the counter-terrorist discourse. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. 3. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 2. p. 16.

⁶ WALDMANN, Peter. **Guerra civil, terrorismo y anomia social**: El caso colombiano en un contexto globalizado. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2007. 320 p. (Colección Vitral). Tradução de: Monique Delacre. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=9m-mgRJKrZ4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 12 abr. 2018. P. 73.

⁷ DONOHUE, Laura K, op. cit., p. 16.

⁸ Ibid., p. 17.

A partir do século XX, essa expressão passa a compreender uma maior complexidade. Segundo Hoffmann, antes disso, os terroristas poderiam ser facilmente identificáveis, pois costumavam possuir direções melhor compreensíveis em razão de serem grupos com ideologias bem definidas. Por outro lado, atualmente, os grupos terroristas possuem motivações mais heterogêneas e com objetivos mais disformes, como o terrorismo movido por religião, que tem atingido maiores extensões⁹.

Em seu estudo acerca do terrorismo, baseando-se nas pesquisas de Rapoport, Brown¹⁰ apresenta as ondas sucessivas dos grupos terroristas a partir do contexto histórico existente à época. Ao fim da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, considera-se que surgem a primeira e a segunda onda, respectivamente com os grupos nacionalistas e os anticoloniais, que utilizavam a força para defender seus ideais. Com a Guerra Fria, surgem as terceira e quarta ondas com movimentos anticomunistas e anarquistas. Por fim, a quinta onda é formalizada pelos grupos terroristas modernos.

Segundo Brown¹¹, os grupos terroristas modernos são produto da globalização – característica que dá ao terrorismo um caráter transnacional. É através do que a autora denomina de “globalização das sombras”¹² que o terrorismo se propaga pelo mundo, e seu êxito se dá em razão da tecnologia global em uma mistura entre ideologia política e mitologia do considerado sucesso militar contra grandes potências mundiais, como o caso da Al Qaeda e seu feito no 11 de setembro, com a proliferação da ideia de opressão ocidental que afeta os habitantes do mundo oriental.

Utilizando-se da natureza religiosa de seus argumentos que revestem ideais políticos, grupos terroristas da quinta onda conseguem criar um plano de divisão entre o mundo islâmico propagador da *sharia*¹³ e a outra parte do mundo em que os muçulmanos são oprimidos pelos valores ocidentais¹⁴. Na atualidade, os grupos terroristas apresentam-se com motivos semelhantes entre si, sob os vieses político e político-religioso, mas com nuances diferentes, por vezes perdidas em meio da violência empregada.

⁹ HOFFMAN, Bruce. **Inside terrorism**. 2. ed. Nova Iorque: Columbia University Press, 2006. 456 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=RSzyEx4do48C&pg=PA1&hl=pt-BR&source=gbbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 abr. 2018. P. 83

¹⁰ BROWN, Katherine E.. Transnational Terrorism. In: MCGLINCHEY, Stephen (Ed.). **International Relations**. Bristol: E-international Relations Publishing, 2017. p. 152-162. E-book. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/wp-content/uploads/2016/12/International-Relations-E-IR.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018. P. 153.

¹¹ Ibid., p. 153.

¹² Tradução livre: Shadow globalization

¹³ Lei Islâmica atrelada à própria religião.

¹⁴ BROWN, Katherine E., op. cit., p. 155.

Dos principais grupos terroristas da atualidade, pode-se destacar o Al-Qaeda – o mais conhecido em virtude de seu ataque ao World Trade Center em 2001, que demonstrou de uma vez por todas a vulnerabilidade dos Estados a ataques terroristas ao expandir seus ideais fundamentalistas em face da influência do mundo Ocidental no Oriental –; o Boko Haram e o Talibã – no qual o primeiro possui sua área de centralização na Nigéria e o segundo no Paquistão e Afeganistão, ambos objetivando a implementação da *sharia* –; o Exército Republicano Irlandês (IRA) – grupo militar que defendia a separação da Irlanda do Norte do Reino Unido e sua consequente união com a República da Irlanda –; o grupo Pátria Busca e Liberdade (ETA, em basco) – que objetivava a separação e independência do País Basco da Espanha –; e, por fim, o Estado Islâmico (EIIS) – grupo que nasceu da Al-Qaeda e é o que mais reivindica os atentados terroristas nos últimos tempos, que objetiva a criação de um Estado específico também sob as normas da *sharia*.

Esses grupos possuem como maior finalidade a de instalar medo e insegurança, assim como buscam simpatia e apoio de pessoas que partilhem seus ideais. Ainda pode ser ressaltada a importância da dimensão política do terrorismo, pois há de se ter em mente que ações com pressões ou coações entre particulares, por si só, não se classificam como pertencentes a este fenômeno.

Brown¹⁵ destaca que em virtude do caráter transnacional do terrorismo, esse se classifica como atos que primam pela comunicação, sempre possuindo uma mensagem direcionada a três diferentes grupos: aos civis que testemunharam diretamente os atentados violentos terroristas; aos governos, que são desafiados pelos grupos terroristas e geralmente direcionam suas respostas por intermédio de meios de combate ao terrorismo; e, por fim, às pessoas que são potenciais recrutas, ou seja, que tendem a apoiar as ideologias propagadas pelos grupos terroristas.

De acordo com a autora, os locais dos atentados terroristas não são aleatórios. Eles surgem a partir de um propósito específico, qual seja, de locais que tenham um grande fluxo de pessoas por serem mais turísticos e, além disso, em locais específicos que sejam interpretados como localizações que em dias normais as pessoas iriam, como bares ou estádios de futebol. A depender da organização terrorista em questão, o local alvo também pode ser escolhido a partir da ideia do que eles representam: ideais ocidentais, como salões de beleza¹⁶.

¹⁵ BROWN, Katherine E.. Transnational Terrorism. In: MCGLINCHEY, Stephen (Ed.). **International Relations**. Bristol: E-international Relations Publishing, 2017. p. 152-162. E-book. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/wp-content/uploads/2016/12/International-Relations-E-IR.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018. P. 156.

¹⁶ Ibid., mesma página.

A mensagem destinada aos governos consiste geralmente em provocações para que eles assumam posições imediatas de resposta e, por vezes, na mesma medida em que a provocação foi realizada, fazendo com que autoridades adotem medidas de proteção aos civis que, ao mesmo tempo, diminuam outro direito previsto e já garantido, como o caso da vigilância e o direito à privacidade¹⁷.

O terceiro público-alvo, os possíveis recrutas, deve captar a mensagem por meio da realização que atos violentos e técnicos demonstram que os membros das organizações terroristas possuem força e são capazes de atitudes extremas para demonstrar que seu ponto de vista é o correto e o que deve ser adotado perante o mundo, dando também mais credibilidade aos próprios fundamentos políticos que guiam os atos terroristas. Quanto maior o atentado terrorista, maior será sua audiência e, portanto, maior a probabilidade de conseguir recrutas ao redor do mundo por intermédio das ferramentas tecnológicas¹⁸.

Tendo isso em vista, em relação a possíveis interpretações a que as expressões “terrorismo” e “terrorista” podem dar margens, Hoffmann¹⁹ considera que abordar o tema do terrorismo depende, a princípio, do sujeito que pratica o discurso. A utilização do termo “terrorismo” e a denominação de alguém como “terrorista” é baseada na posição política do sujeito, ou seja, quando o indivíduo partilha das mesmas ideologias daquele que praticou a ação (os considerados terroristas), para ele, a ação não possuirá cunho terrorista, pois ele irá concordar com os motivos que fundamentaram todas as ações. Terrorismo será, assim, para ele, as ações violentas que responderem às provocações fundamentadas.

Se, entretanto, a pessoa não se identificar com o autor da ação, e sim com as vítimas, irá considerar o ato e seu respectivo autor como terroristas²⁰. Sobre o assunto, na mesma perspectiva de Hoffman, Jenkins²¹ defende que o termo “terrorismo” é usado muitas vezes de forma indistinta, dependendo apenas do ponto de vista de quem o menciona, o que fragiliza qualquer definição exata sobre o tema.

¹⁷ BROWN, Katherine E.. Transnational Terrorism. In: MCGLINCHEY, Stephen (Ed.). **International Relations**. Bristol: E-international Relations Publishing, 2017. p. 152-162. E-book. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/wp-content/uploads/2016/12/International-Relations-E-IR.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018. P. 157.

¹⁸ Ibid., p. 158.

¹⁹ HOFFMAN, Bruce. **Inside terrorism**. 2. ed. Nova Iorque: Columbia University Press, 2006. 456 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=RSzyEx4do48C&pg=PA1&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 abr. 2018. P. 183.

²⁰ Ibid., p. 24.

²¹ JENKINS, Brian Michael. The study of terrorism: Definitional problems. In: 1978 meeting of the institute of management sciences and operations research society of america, 1978., 1978, Nova Iorque. **Paper**. Santa Monica: The Rand Paper Series, 1980. p. 3.

Para Schelling²², terrorismo pode ter como definição geral as ações que utilizam formas de terror, violência e intimidação para atingirem o que pretendem, por meio de coações. O elemento surpresa nessas ações terroristas também é fundamental para sua caracterização, já que contribui imensamente para criar o clima de terror que tem também a sociedade como um alvo, transformando ainda os atos em imprevisíveis, inesperados e, principalmente, inevitáveis.

Segundo Degaut²³, observa-se uma utilização exacerbada dos termos mencionados, posto que, para ele, qualquer ação violenta pode ganhar os contornos de terrorismo se não tiver o cuidado de analisar os casos concretos de forma adequada. O autor afirma, então, que “terrorismo” e “terrorista” não podem ser definidos a partir de limitações meramente maniqueístas, pois o bem e o mal, nesse caso, são divididos por uma linha tênue.

A raiz da palavra terrorismo vem do latim, que significa assustar, aterrorizar e vem sendo utilizada como instrumentos para ganhar e manter poder desde as antigas civilizações²⁴. O termo “terror” é utilizado, nesse âmbito, na construção de possíveis definições do terrorismo.

Em seu estudo sobre possíveis formas e meios de definir o terrorismo, Hoffman²⁵ acredita que esse fenômeno pode ser entendido como a utilização ou a ameaça da violência contra a sociedade com finalidade política. Em conformidade com Hoffman, Degaut explicita que o terror referido nos casos do terrorismo é o político, pois é o responsável pelo induzimento de um grupo de pessoas a chegar no estado psíquico de grande pavor por meio de ameaças que vêm a se concretizar, definindo:

(...) no emprego da intimidação coercitiva por movimentos revolucionários, regimes ou indivíduos, com motivação política. É condição indispensável que o objetivo principal e a justificação final do terror sejam o favorecimento de sua causa política, diferenciando-se, por exemplo, do terror criminal, o qual objetiva ganhos materiais e financeiros, de natureza individual²⁶

²² SCHELLING, Thomas C.. What purposes can "international terrorism" serve? In: FREY, R. G.; MORRIS, Christopher W.. **Violence, terrorism and justice**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1991. Cap. 2. p. 18-32. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=oB77mNaj1aYC&pg=PA18&lpg=PA18&dq=SCHELLING,+Thomas.+What+purposes+can+international+terrorism+serve?&source=bl&ots=qh-Lfbie_H&sig=JPENINRte66Xm1gvH5HGCrbypg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi607zs2_3aAhUFhZAKHclJBnsQ6AEwAnoECAAAQPw#v=onepage&q=schelling&f=false>. Acesso em: 08 maio 2018. P. 19-20.

²³ DEGAUT, Marcos. **O desafio global do terrorismo: Política e segurança internacional em tempos de instabilidade**. Brasília: Csi Publishing, 2014. 233 p. Versão Digital, capítulo 1.

²⁴ DONOHUE, Laura K. Terrorism and the counter-terrorist discourse. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. 3. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 2. p. 16.

²⁵ HOFFMAN, Bruce. **Inside terrorism**. 2. ed. Nova Iorque: Columbia University Press, 2006. 456 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=RSzyEx4do48C&pg=PA1&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 abr. 2018. P. 43.

²⁶ DEGAUT, Marcos, op. cit., mesmo arquivo.

Ainda assim, definições exatas do que vem a ser o terrorismo se demonstram ineficazes na situação atual mundial, uma vez que a política internacional é seriamente afetada, pois os indivíduos envolvidos podem ser civis ou até mesmo militares não implicados em contexto de guerras²⁷. A própria narração dos acontecimentos irá refletir o posicionamento do sujeito do discurso acerca do terrorismo, sendo, portanto, conceitos que dependem de muitos fatores externos.

Em outra alternativa no estudo do que é o terrorismo, pesquisadores definem como etapa crucial entender *a priori* o que não é terrorismo: respostas estatais legitimadas (ou contraterrorismo); lutas de libertação nacional; e ofensas criminais comuns²⁸.

Entretanto, essa própria definição do que não é terrorismo pode encontrar dificuldades para ser compreendida. Acontece que as ações de terrorismo e as ações de contraterrorismo podem envolver noções de medo, terror e violência numa mesma intensidade, além de ambas terem um propósito maior específico e correm o risco de afetar terceiros pessoas que não fazem parte diretamente desse conflito. Isso faz com que o limiar que as difere seja tênue.²⁹

Importante destacar que, constantemente, por partilhar do mesmo caráter transnacional do crime organizado, o terrorismo é confundido com aquele. Como se percebe, o terrorismo possui fatores próprios acerca de seu contexto e significados do próprio termo, que se diferenciam do crime organizado. A organização terrorista também se diferencia de uma organização criminosa, pois a primeira visa objetivos políticos, enquanto a segunda tem em vista o lucro financeiro próprio.

As organizações terroristas sofreram uma mudança interna com o advento da Al Qaeda, que alterou a estrutura habitual, de hierarquia vertical para horizontal. Nessa configuração horizontal, a estrutura das organizações terroristas é composta a partir de células de certa forma independentes umas das outras com objetivos específicos, seja no planejamento ou na prática dos atos terroristas. Isso porque, caso sejam identificados e capturados, os terroristas não terão informações sobre as outras células ou sobre suas identidades, dificultando até a infiltração de agentes para investigá-las.³⁰

²⁷ DEGAUT, Marcos. **O desafio global do terrorismo**: Política e segurança internacional em tempos de instabilidade. Brasília: Csi Publishing, 2014. 233 p. Versão Digital, capítulo 1.

²⁸ RAMRAJ, Victor V. et al. Introduction. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005., p. 2.

²⁹ Ibid., p.3.

³⁰ CONSORTE, Raquel de Castro Campos Jaime. Cooperação Internacional à repressão e combate ao terrorismo. **Revista Jurídica**, [s.l.], v. 9, n. 85, p.149-164, 2007. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/313/306>>. Acesso em: 02 jul. 2018. P. 154.

Acerca da organização interna dos grupos terroristas, Brown³¹ destaca que a divisão em células significa que as pessoas mais distantes não conseguem entender com quem exatamente estão se comunicando, podendo ser um membro de influência ou não. Além disso, apresenta vantagens em prol de uma maior longevidade da organização terrorista, pois a ausência de lideranças centrais absolutas propicia um maior panorama de missões possíveis a serem realizadas e dificulta sua destruição, apesar de também apresentar pontos negativos, como a incerteza sobre as missões dos demais grupos pela falta de comunicação.

Na perspectiva de ações e de indivíduos terroristas, surge no âmbito internacional, a grande inclinação e, inclusive, a necessidade de constituição de estratégias de enfrentamento ao terrorismo. Entretanto, esse também é considerado um tema controvertido, uma vez que os governos, ao assumirem essa incumbência, podem acabar numa espécie de mesma campanha retaliativa política e ideológica que mira a comunidade muçulmana, marginalizando-a, no lugar de prevenir o extremismo³².

Além dos fatores que contribuem para o extremismo mencionados por Awan³³, como fatores socioeconômicos e culturais, Busher³⁴ alude também aos elementos psicológicos, políticos e econômicos como agravantes para o incentivo à prática de terrorismo. Importante ressaltar que “pobreza” não pode ser considerada como um dos principais fatores incentivadores do extremismo e do terrorismo, pois, de acordo com o autor, parte considerável das pessoas detidas por terrorismo no Ocidente não são advindas de comunidades pobres. Esse fato desconstrói a concepção de que pessoas pobres possuem maior tendência em praticar atos terroristas por causa de frustração e raiva pela ausência de riqueza.

Em razão da dificuldade de estabelecer perfis fixos de terroristas, somados com a dificuldade em rastrear organizações terroristas inteiras para acharem os líderes principais, Brown³⁵ destaca que uma forma eficiente de contraterrorismo é o foco nos processos dos terroristas por meio, por exemplo, da transação de fundos para aquisição de equipamentos

³¹ BROWN, Katherine E.. Transnational Terrorism. In: MCGLINCHEY, Stephen (Ed.). **International Relations**. Bristol: E-international Relations Publishing, 2017. p. 152-162. E-book. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/wp-content/uploads/2016/12/International-Relations-E-IR.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018. P. 159.

³² AWAN, Imran. ‘Paving the way for Extremism: How Preventing the Symptoms Does Not Cure the Disease of Terrorism’. **Journal Of Terrorism Research**, [s.l.], v. 2, n. 3, p.4-8, 11 nov. 2011. University of St. Andrews Library. <http://dx.doi.org/10.15664/jtr.224>. Disponível em: <<https://cvir.st-andrews.ac.uk/article/10.15664/jtr.224/#>>. Acesso em: 05 mar. 2018. P.5.

³³ Ibid, p. 5.

³⁴ BUSHER, Joel. What do ‘middle class’ terrorists tell us about the link between poverty and terrorism? **Journal Of Terrorism Research**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.1-3, 7 abr. 2011. University of St. Andrews Library. <http://dx.doi.org/10.15664/jtr.178>. Disponível em: <<https://cvir.st-andrews.ac.uk/article/10.15664/jtr.178/>>. Acesso em: 05 mar. 2018. P. 1.

³⁵ BROWN, Katherine E., op.cit., p. 159.

necessários para praticar os atos terroristas. O rastreamento e bloqueio de fundos, nesse aspecto, tornam-se extremamente importantes e demonstram a necessidade de sempre ser abordado o financiamento do terrorismo nas estratégias de seu enfrentamento.

Donohue³⁶ considera sete características que são necessárias para determinar se um ato é ou não terrorista: violência, medo, grande audiência, intencional, de natureza política, que parta de um grupo não legitimado, e, por último, um propósito específico. A autora aduz que a violência é provavelmente a primeira característica quando pensamos em atos terroristas, mas ela ressalva que aqui se enquadra tanto a violência física quanto a psicológica.

Além disso, o medo é outro elemento necessário que define um ato terrorista. Segundo a autora, quanto mais ataques terroristas que consigam seguir um padrão específico que seja fácil de identificar o grupo que cometeu, mais irá aumentar a ameaça do futuro, com ações inesperadas. É nesse momento que o medo é fundamental para que as ações terroristas tenham êxito³⁷.

Um terceiro importante elemento caracterizador do ato terrorista é que esse sempre irá ter como alvo uma grande audiência³⁸, ou seja, apesar de atingir diretamente e fisicamente um grupo particular, a intenção é que afete uma parte maior da população, que vai ver em noticiários o que aconteceu, funcionando como uma espécie de propaganda do grupo terrorista. Quanto mais divulgado o ato por intermédio das mídias, quanto mais pessoas interessadas em saber o que houve, como houve e o porquê, maior será a audiência e o ato terá sido bem-sucedido.

A intenção do ato terrorista é capaz de definir todo um perfil dos grupos terroristas e, portanto, se enquadra como quarta característica. Donohue³⁹ defende que um ato terrorista nunca é acidental, sempre tem em foco objetivos certos, a partir de ações e consequências planejadas. Além disso, a autora destaca a natureza política como quinto elemento, considerando o aspecto autoritário que direciona as ações terroristas contra estruturas e instituições que mantêm o poder.

A sexta característica, que parte de um grupo não legitimado, é, para a autora, o aspecto mais importante que caracteriza o ato terrorista, pois é com base nesse principalmente que se pode diferenciá-lo das ações de contraterrorismo, que possuem o risco de utilizar atos violentos

³⁶ DONOHUE, Laura K. Terrorism and the counter-terrorist discourse. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. 3. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 2. p. 22.

³⁷ Ibid., p. 23.

³⁸ Ibid., p. 23.

³⁹ Ibid., p.24.

semelhantes aos utilizados pelos grupos terroristas⁴⁰. O que irá diferenciar a denominação dos grupos que praticam a ação é, portanto, a concepção se é ou não legitimado.

É necessário um propósito específico para que um ato seja considerado terrorista, ou seja, o ato em si é apenas um instrumento para atingir algo maior. Donohue⁴¹ acredita que há três propósitos que sustentam essa característica: que o ato seja realizado para manter ou obter poder e atingir um resultado, incomodar e atrapalhar o curso de um evento e, principalmente, induzir medo.

Com base no que foi exposto até então, acerca do termo “terrorista”, constata-se que ele também depende de quem pratica o discurso. Entretanto, há estudos científicos que buscam formas de montar um perfil do terrorista em razão de facilitação do próprio enfrentamento do terrorismo para, principalmente, que essa categoria seja diferenciada da categoria dos não terroristas⁴².

De acordo com esses estudos, o perfil do terrorista se daria com base em raça, gênero, nacionalidade, religião, medidas psicopatológicas e socioeconômicas, a partir de um fenótipo universal. Para Rae⁴³, entretanto, apesar de ideal para o efetivo combate ao terrorismo, a elaboração desse perfil do terrorista está fadada a falhar em razão da própria ausência de unanimidade na definição do que vem a ser o terrorismo.

Essa dificuldade em definir exatamente quem é o terrorista fragiliza o discurso tradicional do contraterrorismo, tendo em vista que esse defende ações violentas e diferenciadas apenas para os combatentes terroristas sob um discurso do âmbito do direito penal do inimigo.

2.2 A LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL SOBRE TERRORISMO E O MARCO CONSTITUCIONAL LEGAL ANTITERRORISTA

A partir dos conceitos estudados anteriormente, é possível conhecer e entender os principais mecanismos no âmbito internacional que foram criados com o intuito de enfrentar o terrorismo. Diante deste desafio, a Liga das Nações e, posteriormente, a Organização das

⁴⁰ DONOHUE, Laura K. Terrorism and the counter-terrorist discourse. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. 3. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 2. p. 25.

⁴¹ Ibid., p. 24.

⁴² RAE, Jonathan A. Will it Ever be Possible to Profile the Terrorist? **Journal Of Terrorism Research**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.64-74, 22 set. 2012. University of St. Andrews Library. <http://dx.doi.org/10.15664/jtr.380>. Disponível em: <<https://cvir.st-andrews.ac.uk/article/10.15664/jtr.380/>>. Acesso em: 05 mar. 2018. P. 64.

⁴³ Ibid., p. 65.

Nações Unidas (ONU) assumiram iniciativas na elaboração de Convenções Antiterrorismo para conter e reprimir os avanços dos ataques terroristas.

Ressalta-se que a Liga das Nações tentou elaborar duas Convenções que enfrentassem o terrorismo no fim da década de 1930, a Convenção sobre prevenção e punição do terrorismo e a Convenção sobre uma Corte Internacional Criminal, dependentes entre si. Entretanto, muitos dos Estados que participaram da conferência em Genebra interpretaram essa iniciativa da Liga das Nações como algo que iria afetar a soberania e jurisdição criminal desses⁴⁴.

A despeito da soberania, tem-se no âmbito do direito internacional uma grande celeuma que divide a doutrina que defende a superioridade do direito interno em face do internacional nos casos de antinomia e os que defendem a superioridade do direito internacional. Nesse caso, a soberania é utilizada como argumento a favor da superioridade do direito interno, tendo em vista que esses acreditam que admitir uma maior força ao direito internacional implicaria mitigação de soberania.

Dinh, Daillier e Pellet apreciam que a soberania é um importante conceito do Direito Internacional, considerando que ela “não pode receber um sentido absoluto e significa somente que o Estado não está subordinado a nenhum outro mais que deve respeitar regras mínimas garantindo o mesmo privilégio a todos os outros”⁴⁵. Miguel⁴⁶ acrescenta a esse conceito uma perspectiva política além da jurídica, admitindo que se a soberania desse prioridade apenas ao conceito jurídico, ficaria vulnerável a influências sociais.

Assim, a soberania não deve ser encarada nesse contexto como apenas um argumento que defenda a superioridade da norma de direito interno. Nessa compreensão, o impasse enfrentando na década de 1930 na conferência da Liga das Nações foi ultrapassado décadas depois, tendo a ONU sido responsável por reunir os Estados e discutir o tema.

Cumprе ressaltar que as Convenções tratadas a seguir, ratificadas e incorporadas ao sistema interno do ordenamento jurídico brasileiro, passam a se tornar lei ordinária no Brasil. Isso se dá em razão de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter reconhecido a subordinação de tratados e convenções internacionais em relação à Constituição da República, sendo de

⁴⁴ LIM, C. L.. The question of a generic definition of terrorism under general international law. In: RAMRAJ, Victor V.; HOR, Michael; ROACH, Kent (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. 4. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 3. p. 37-64. P. 43.

⁴⁵ DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. **Direito internacional público**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 1517 p. Traduzido por Vítor Marques Coelho.

⁴⁶ MIGUEL, Alexandre. A constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos. In: BAPTISTA, Luiz Olavo; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Org.). **Direito Internacional: Direito Internacional dos direitos humanos temas diversos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. Cap. 1. p. 25-70. (3).P. 38.

fundamental importância que eles não transgridam o texto da Carta Magna, como bem destaca o Ministro Celso de Mello nos precedentes acerca do tema⁴⁷.

Nesse contexto, décadas depois da Liga das Nações, é assinada em 1963 a Convenção de Tóquio sobre Delitos e Outros Atos Específicos Cometidos a Bordo de Aeronaves⁴⁸, a primeira acerca do tema. Disciplina sobre agressões e infrações cometidas a bordo de aeronaves, desde o campo de aplicação da Convenção até infrações às leis penais até os poderes concedidos ao comandante da aeronave e o que deverá ser feito caso a aeronave seja sequestrada, incluindo poderes e obrigações dos Estados contratantes.

Seguindo o mesmo raciocínio de necessidade de regulamentação no espaço aéreo, foi assinada em 1970 em Montreal a Convenção para a Repressão do Apoderamento ilícito de Aeronaves⁴⁹ e a Convenção para a Repressão aos Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil⁵⁰, assinada também em Montreal em 1971. A primeira objetiva a segurança de pessoas e bens e a proteção da confiança dos povos na aviação civil, tratando de medidas necessárias para o estabelecimento da jurisdição caso aconteça um sequestro de uma aeronave; enquanto a segunda Convenção se preocupa em determinar quais os crimes que se consideram possíveis ser cometidos durante o voo de uma aeronave.

Partindo para uma linha de proteção à pessoa, em 1973 foi adotada pela Assembleia Geral da ONU, em Nova York, a Convenção sobre a Prevenção e Punição de Crimes contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional,⁵¹ que prevê a cooperação internacional e extradição dos responsáveis por crimes contra as pessoas previstas, como sequestro de Chefes de Estados e Diplomatas. Em 1979, foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a

⁴⁷ Entendimento observado no caso de ação direta de inconstitucionalidade em relação aos atos que incorporaram a Convenção nº 158 da OIT ao direito positivo interno. (STF. ADI nº 1480, Tribunal Pleno. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, DF, 04 de setembro de 1997. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000018406&base=baseAcordaos>>. Acesso em: 19 jul. 2018).

⁴⁸ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 66.520, de 30 de abril de 1970. Promulga a Convenção relativa às infrações e a certos outros atos cometidos a bordo de aeronaves.. Brasília, DF, Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=489159&id=14239614&idBinario=15641796&mime=application/rtf>>. Acesso em: 02 maio 2018.

⁴⁹ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 70.201, de 24 de fevereiro de 1972. Promulga a Conversão para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves.. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70201-24-fevereiro-1972-418691-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 maio 2018.

⁵⁰ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 72.383, de 20 de junho de 1973. Promulga a Convenção para a Repressão aos Atos ilícitos Contra a Segurança da Aviação Civil.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72383.htm>. Acesso em: 02 maio 2018.

⁵¹ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 3.167, de 14 de setembro de 1999. Promulga a Convenção sobre a Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, inclusive Agentes Diplomáticos, concluída em Nova York, em 14 de dezembro de 1973, com a reserva prevista no parágrafo 2o do art. 13 da Convenção... Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3167.htm>. Acesso em: 02 maio 2018.

Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns⁵² que prevê o comportamento que deve ser seguido nos casos de captura de reféns para submeter um sujeito do Direito Internacional a realizar ou não algum ato para salvar os indivíduos.

No ano seguinte, surge a Convenção de Viena⁵³, acerca da Proteção Física de Material Nuclear, que determina a proteção física necessária quando os materiais nucleares forem utilizados para fins pacíficos, como o transporte internacional, estabelecendo também as medidas que devem ser tomadas contra práticas ilegais que envolvam a matéria. Com a finalidade de complementar a Convenção para a Repressão de Atos ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil de Montreal, o Protocolo para a Repressão de Atos Ilícitos de Violência nos Aeroportos que Prestem Serviço à Aviação Civil Internacional⁵⁴, definindo os crimes praticados contra pessoas que estejam nesses aeroportos ou contra as instalações desses.

A Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e o Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas localizadas na Plataforma Continental⁵⁵, de 1988, ratificado pelo Brasil com reservas, visa à cooperação internacional entre os Estados signatários para a prevenção dos crimes direcionados contra a segurança da navegação marítima, destacando a preocupação com a escala mundial de atos terroristas que ameaçam a segurança de todos.

A Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para Fins de Sua Detecção de 1991⁵⁶ recomenda que os Estados proíbam a produção dessas espécies de explosivos sem marcas no interior de seu território, bem como controlem as movimentações dos explosivos sem marca e os que estiverem em estoque.

⁵² BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 3.517, de 20 de junho de 2000. Promulga a Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, concluída em Nova York, em 18 de dezembro de 1979, com a reserva prevista no parágrafo 2o do art. 16. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3517.htm>. Acesso em: 02 maio 2018.

⁵³ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 95, de 16 de abril de 1991. Promulga a Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear.. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-95-16-abril-1991-342845-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 maio 2018.

⁵⁴ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 2.611, de 2 de junho de 1998. Promulga o Protocolo para a Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos que Prestem Serviços à Aviação Civil Internacional, concluído em Montreal, em 24 de fevereiro de 1988.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2611.htm>. Acesso em: 02 maio 2018.

⁵⁵ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 6.136, de 26 de junho de 2007. Promulga a Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e o Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, ambos de 10 de março de 1988, com reservas ao item 2 do artigo 6o, ao artigo 8o e ao item 1 do artigo 16 da Convenção, bem como ao item 2 do artigo 3o do Protocolo.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6136.htm>. Acesso em: 02 maio 2018.

⁵⁶ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 4.021, de 19 de novembro de 2001. Promulga a Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para Fins de Detecção.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D4021.htm>. Acesso em: 10 maio 2018.

Mais específicas à temática, a Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas de 1997⁵⁷ e a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo de 1999⁵⁸ merecem maior destaque. A primeira, visando à prevenção, repressão e eliminação do terrorismo, expõe o que pode ser considerado artefatos explosivos ou mortíferos a partir de seu propósito de causar morte ou lesões corporais graves, decidindo que os Estados Partes adotem medidas necessárias para lidar com os casos que se enquadrem na Convenção e que sigam as normas de direito interno.

Já a segunda Convenção mencionada, impõe aos membros a elaboração de ordenamentos jurídicos capazes de realizar o congelamento e sequestro de bens e fundos que seriam destinados ao financiamento de atividades terroristas. Para isso, ela define, a princípio, em que consistem esses “fundos” e “rendas”, determinando logo em seguida que qualquer pessoa estará cometendo um delito se prover ou receber ativos de qualquer espécie com a intenção de empregá-los em ações que tenham intenção de causar morte ou lesão corporal em outras pessoas.

Em 1994, a ONU aprovou a Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo e, dois anos depois, a Declaração que a complementa, condenando toda e qualquer prática terrorista como injustificável e criminosa, seja por quem tenha sido cometida, bem como incentiva os Estados-Membros a tomarem medidas que eliminem o terrorismo internacional⁵⁹.

Por fim, tem-se a Convenção Interamericana contra o Terrorismo de 2002⁶⁰, que objetiva a adoção de medidas eficazes para prevenir, punir e erradicar o terrorismo por meio de uma maior cooperação entre os Estados do Sistema Interamericano. Para isso, ela define que são considerados os delitos já estabelecidos nas Convenções anteriores e que cada Estado Parte estabeleça um regime jurídico e administrativo para tal fim, incluindo a recomendação de supervisão de instituições financeiras que possuam chances de serem utilizadas com a finalidade de financiar ações terroristas.

⁵⁷ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 4.394, de 26 de setembro de 2002. Promulga a Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas, com reserva ao parágrafo 1 do art. 20.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4394.htm>. Acesso em: 10 maio 2018.

⁵⁸ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 5.640, de 26 de dezembro de 2005. Promulga a Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1999 e assinada pelo Brasil em 10 de novembro de 2001.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5640.htm>. Acesso em: 10 maio 2018

⁵⁹ ONU, Ação, **Terrorismo**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>>. Acesso em 06 maio 2018.

⁶⁰ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 5.639, de 26 de dezembro de 2005. Promulga a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5639.htm>. Acesso em: 10 maio 2018.

Ressalta-se o artigo 4 dessa Convenção Interamericana, a qual estabelece que cada Estado Parte deverá assegurar medidas que garantam o intercâmbio de informações nos planos interno e internacional a partir de uma unidade de inteligência financeira, responsável por coletar, analisar e compartilhar informações sobre lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, utilizando como diretrizes as recomendações de entidades especializadas, como o Grupo de Ação Financeira (GAFI).

Em 1999, o Conselho de Segurança acordou com a Resolução 1269, responsável pela condenação dos atos terroristas, bem como seus métodos e práticas, solicitando a cooperação dos Estados a colaborarem nessa luta. Após os ataques do 11 de setembro, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 1373 para o combate ao terrorismo, a qual criou o Comitê Contraterrorismo⁶¹, responsável pelo monitoramento da resolução. Mais recentemente, adotada em 2006, a Estratégia Antiterrorista Global determina mecanismos específicos para o combate ao terrorismo e contribui para a percepção de que o terrorismo é, por si só, inaceitável e injustificável⁶².

Como bem destaca Marcengo⁶³, nas Convenções, Declarações e Resoluções mencionadas, a ONU não se preocupou em tipificar o que vem a ser terrorismo. Entretanto, oferece subsídios para que seus membros o façam, incentivando-os na criação de uma regulamentação jurídica que seja capaz de conter atos que são praticados por grupos terroristas.

Esses documentos demonstram ainda que no lugar de oferecer apenas uma definição de terrorismo, são oferecidas várias, porém, foca-se nos atos de terrorismo que se enquadram nesse fenômeno, ou seja, o que os terroristas fazem e são capazes de fazer se torna mais necessário do que chegar a uma única conclusão do que é o terrorismo em si.⁶⁴

Além dos instrumentos internacionais elaborados por meio da ONU para o combate ao terrorismo, ante o panorama de terrorismo internacional, tem havido outras iniciativas com o mesmo intuito. Dessa forma, é importante destacar as ações não apenas dos países ocidentais que comumente sofrem ataques terroristas, mas também a prontidão dos países orientais, membros da Liga Árabe.

⁶¹ Tradução livre: Counter-Terrorism Committee (CTC)

⁶² ONU, Ação, **Terrorismo**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>>. Acesso em 10 maio 2018.

⁶³ MARCENGO, Marcelo Willian. **Aspectos jurídicos do combate ao terrorismo**: A necessidade de uma lei antiterrorista no Brasil. 2007. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2013/07/ASPECTOS-JURIDICOS-DO-COMBATE-AO-TERRORISMO-A-NECESSIDADE-DE-UMA-LEI-ANTITERRORISTA-NO-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2018. p. 56.

⁶⁴ LIM, C. L.. The question of a generic definition of terrorism under general international law. In: RAMRAJ, Victor V.; HOR, Michael; ROACH, Kent (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. 4. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 3. p. 37-64. P. 45.

Criada pela Liga Árabe, com a finalidade de combater o terrorismo, a Convenção para supressão do terrorismo de 1998 determina elementos de apoio para os Estados-membros a partir da criação de um Comitê Contra o Terrorismo e suas diretrizes. Os métodos sugeridos pela Convenção para atingir o fim proposto vão desde o desencorajamento dos países membros a ter qualquer relação com grupos terroristas, como auxílio financeiro e de informações, até que haja efetiva cooperação jurídica internacional entre eles, permitindo a extradição dos suspeitos ou condenados em crimes terroristas⁶⁵.

A partir desse panorama acerca do terrorismo no Direito Internacional, considera-se que no plano interno há três possíveis formas de os governos internos responderem ao terrorismo com medidas de combate: a militar, que trata do terrorismo como guerra; a que trata o terrorismo apenas como uma atividade criminal e que acredita que o sistema jurídico criminal é suficiente; e a política, que encara o terrorismo como uma forma de rebelião armada que deve ser resolvida por meio de negociações e processos políticos⁶⁶.

No âmbito regional, a tendência tem sido que os países passem a criar leis antiterroristas domésticas ao perceberem que a lei penal interna não seria mais o suficiente para lidar com as ameaças desse nível. Entretanto, essas novas leis devem ser previstas de forma expressa e apresentar conteúdo distinto das leis ordinárias internas que versam sobre os crimes, para que, dessa forma, não gerem controvérsia⁶⁷.

Dessas leis internas, um dos documentos que se destaca é o Ato Terrorista 2000, do Reino Unido. Para Dolinger⁶⁸, o instrumento britânico possui um importante papel em razão de apresentar uma definição para o terrorismo de forma adequada. Porém, em virtude da ausência de consenso entre os países acerca do terrorismo, a definição proposta pelo Ato não atinge o âmbito internacional.

Esse Ato Terrorista 2000 permite aos oficiais de polícia parar indivíduos nas ruas e investigá-los para procurar alguma conexão com o terrorismo, em conformidade com as seções

⁶⁵ CASTRO, Elcinéia Silva de. **Arábia Saudita e a liga dos estados árabes: Uma análise sobre a relação entre ações de combate ao terrorismo, elaboradas pelo governo Saudita e as propostas pela organização**. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40915/R_-_D_-_ELCINEIA_SILVA_DE_CASTRO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 maio 2018. P. 86.

⁶⁶ FENWICK, Helen; PHILLIPSON, Gavin. Legislative over-breadth, democratic failure and the judicial response: fundamental rights and the UK's anti-terrorist legal policy. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 21. p. 455-489. P. 455.

⁶⁷ RAMRAJ, Victor V. et al. Introduction. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005, p. 3.

⁶⁸ DOLINGER, Jacob. O terrorismo internacional como ameaça ao direito internacional. **Revista Forense: Doutrina, legislação e jurisprudência**, Rio de Janeiro, v. 2, p.78-113, 2008. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r27151.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2018. P. 80.

43 (s43) e 44 (s44), que tratam da busca em indivíduos e em seus veículos respectivamente⁶⁹. Pode-se observar exatamente nesse contexto a facilidade que as leis internas criadas para enfrentar o terrorismo podem gerar discussões, já que essas ações podem afetar os direitos individuais.

No contexto do ordenamento jurídico brasileiro, antes mesmo de ser discutida uma legislação específica sobre o terrorismo, temos na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 4º, inciso VIII⁷⁰, o repúdio expresso ao terrorismo como princípio que rege o país em suas relações internacionais e a determinação do terrorismo como crime inafiançável e insuscetível de graça, anistia e indulto de acordo com o seu artigo 5º, inciso XLIII.

Em conformidade com os preceitos constitucionais, no caso da Extradicação de Norambuena em 2004⁷¹, em seu voto, o Ministro Celso de Mello⁷² defende que o Brasil assume um compromisso expressivo e frontal contra as práticas terroristas em razão de a Carta Magna ter destacado o seu repúdio ao terrorismo como inequívoco princípio fundamental, determinando ao legislador que se referenciasse aos autores das práticas terroristas da mesma forma reservada para os delitos hediondos.

Como afirma o Ministro⁷³, essas diretrizes constitucionais visam impedir qualquer atitude que tente proporcionar às práticas terroristas um tratamento mais benéfico, como uma tentativa de tornar o indivíduo imune à extradicação por crimes políticos, por exemplo. Esse posicionamento, portanto, afasta a inferência do art. 5º, LII⁷⁴, que trata sobre a vedação de extradicação de estrangeiro por crime político.

De acordo com o Ministro, isso se dá em razão de o terrorismo ser considerado “um atentado às próprias instituições democráticas, o que autoriza excluí-lo da benignidade de tratamento que foi conferida, pela Constituição do Brasil, aos atos configuradores de criminalidade política”⁷⁵.

⁶⁹ CHOUDHURY, Tufyal; FENWICK, Helen. **The impact of counter-terrorism measures on Muslim communities**. Manchester: Durham University, 2011. 125 p. (Equality and Human Rights Commission 2011). Disponível em: <<https://www.equalityhumanrights.com/sites/default/files/research-report-72-the-impact-of-counter-terrorism-measures-on-muslim-communities.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2018. P. 30.

⁷⁰ BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº S/N, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. ed. Brasília, DF.

⁷¹ Considerado como herói pelo Chile, Maurício Hernandez Norambuena lutou contra o regime ditatorial de Pinochet, praticando crimes que foram considerados de caráter terrorista, sendo processado e julgado no país.

⁷² A decisão se refere ao caso de Norambuena, chileno condenado por crimes situados no âmbito do terrorismo de acordo com a República do Chile. (STF. Extradicação nº 855-2, Relator: MinCelso de Mello, República do Chile e Brasil. Tribunal pleno. Data de Julgamento: 26/08/2004. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/noticias/imprensa/VotoExt855.pdf>>. Acesso em 26 jun 2018. P. 17).

⁷³ Ibid., p. 23.

⁷⁴ BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº S/N, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. ed. Brasília, DF.

⁷⁵ STF, op. cit., p. 24.

Nessa perspectiva, o marco constitucional acerca do antiterrorismo já se configuraria, por si só, suficiente para o Brasil ser elencado na lista dos Estados que assumem o compromisso de enfrentar o terrorismo, tendo sido tratados os casos que envolvessem esse fenômeno antes mesmo de ter uma lei específica. Ainda assim, o projeto da lei antiterrorismo brasileira se originou durante as manifestações que ocorreram no país em 2013, e, três anos depois, em virtude da alta visibilidade do Brasil como potencial alvo de atos terroristas durante as Olimpíadas no Rio de Janeiro, houve uma grande pressão para que a Lei nº 13.260⁷⁶ fosse sancionada em 2016.

Alvo de grande controvérsia, a lei brasileira foi criticada pela mídia que alegava que o sujeito ativo dos crimes atribuídos como terrorismo seriam os manifestantes que se enquadrariam naquele contexto e, pelos próprios estudiosos do Direito Penal, em razão de aspectos técnicos formais. Em razão dessa fragilidade, essa legislação teve oito vetos que afetavam de forma negativa os princípios da legalidade e culpabilidade.

Como tradicionalmente ocorre nas legislações específicas, a lei brasileira apresenta em seu artigo 2º a definição de terrorismo como a prática de atos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado por razões como xenofobia, preconceito e religião. Percebe-se de início a generalidade do conceito de terrorismo, assim como o elemento subjetivo vago pela ausência de definições exatas não apenas do terrorismo, mas de outras expressões como “terror social”⁷⁷.

Para determinar os atos considerados terroristas, o artigo 2º apresenta uma série de elementos penais que acabam por criar uma norma complexa, do tipo anormal e pluriofensivo⁷⁸. Ademais, os crimes tipificados nesse artigo são considerados delitos de perigo abstrato, ou seja, são ações que não precisam obter o resultado pretendido para serem considerados crimes. Essa característica pode ser interpretada de duas formas, como típica de normas em regimes ditatoriais, revestidas, portanto, com um cunho negativo, e como característica razoável em determinadas áreas como a do terrorismo em razão de sua possibilidade de ser preventiva.

Ao contrário do que acontece na Lei nº 12.850/13, que define o que se entende por organizações criminosas, a lei antiterrorista deixa o conceito de organização terrorista vago e

⁷⁶ BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. **Lei de Antiterrorismo**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm>. Acesso em: 03 mar. 2018

⁷⁷ BARBOSA, Ruchester Marreiros. **Lei 14.260/2016 é um ato terrorista à hermenêutica constitucional**. 2016. Consultor Jurídico (Conjur). Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-mar-22/academia-policial-lei-132602016-ato-terrorista-hermeneutica-constitucional>>. Acesso em: 11 maio 2018.

⁷⁸ Ibid., mesma página.

impreciso, apesar de mencioná-la nos art. 1º e 3º, em que determina como crime ações de apoio a essas organizações.

Outro fator que também demonstra um fator controverso da Lei Antiterrorista é que essa tipifica como crime os atos preparatórios de ações no artigo 5º, quando no ordenamento jurídico penal do Brasil adota-se, em regra, a teoria de que são puníveis os atos a partir das ações executórias, e não das ações preparatórias. Por outro lado, admite-se como exceção, em alguns casos, a punição de atos preparatórios com o fim principalmente de prevenir que os crimes aconteçam, como é o caso do crime de associação criminosa, por exemplo.

Sobre esse assunto, Dotti⁷⁹ considera atos preparatórios as ações materiais ou morais que se classificam como organização prévia para o cometimento de crimes, destacando como exemplo a aquisição de uma arma para um homicídio. Essas ações sozinhas não são necessariamente puníveis em razão da possibilidade de se adquirir legalmente uma arma. Portanto, na ausência do homicídio, a ação preparatória não é punível se não houver nem tentativa do crime.

Becker⁸⁰ considera que os atos preparatórios são em grande parte dotados de impunidade em razão de esses não representarem essencialmente um dano ou perigo a nenhum bem jurídico quando sozinho, podendo ser equívocos. Como bem explicita a autora, adquirir um veneno, por exemplo, não significa que a pessoa irá matar alguém com veneno, pode ter adquirido para tirar sua própria vida.

No âmbito do terrorismo, entretanto, parece ser justificável a punição de atos preparatórios quando se tem em mente que, caso venham de fato a ser concretizados, as consequências podem ser imensuráveis já que ultrapassam os tipos simples. Com caráter preventivo, a punição de atos preparatórios como a organização e planejamento de ataques, bem como o financiamento do terrorismo, diferentemente do que acontece com os demais crimes de menor potencialidade lesiva em comparação ao terrorismo, são interpretados nessa ótica como um meio necessário para enfrentar esse fenômeno.

Ainda centrada na fase preparatória de ações consideradas terroristas, a Lei nº 13.260 determina em seu artigo 10 a possibilidade de desistência voluntária e arrependimento eficaz, ainda que as ações terroristas não tenham sido iniciadas. Esse é um novo aspecto que a lei traz,

⁷⁹ DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal**: parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 325

⁸⁰ BECKER, Marina. **Tentativa criminosa**: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Siciliano Jurídico, 2004. p 56.

tendo em vista que não se trata dos casos de tentativa, pois os autores dos atos preparatórios nesse caso decidem abandonar e evitar a consumação do crime de terrorismo⁸¹.

No mais, a lei de antiterrorismo brasileira demonstra a fragilidade do direito interno ao apresentar medidas efetivas de contraterrorismo, prejudicando o intérprete na norma na fase de atribuição do crime e aplicação da pena, além de dar margens à discricionariedade em razão da ausência de conceitos bem delimitados.

Oportuno destacar que o terrorismo vem se apresentando nos últimos tempos a partir de uma nova perspectiva que segue a tendência da globalização, utilizando-se de meios digitais para se expandir e ter mais forças. Entretanto, a lei brasileira de combate ao terrorismo não adentra nesse enfoque, apresentando-se como vulnerável diante das novas formas de terrorismo existentes.

2.3 CIBERTERRORISMO: A NOVA FACE DO TERRORISMO

Entende-se que o direito sofre influências da sociedade internacional e suas consequentes transformações, sobretudo o Direito Internacional, que tem seu conceito redimensionado para que possa alcançar seus propósitos⁸². Com o passar dos anos, o mundo foi sofrendo modificações até culminar com a globalização que conhecemos hoje.

A cada ano que se passa, essa globalização é discutida e estudada, tendo em vista as consequências visíveis que ela traz consigo. Entretanto, como Lewandowski⁸³ defende, a globalização se constitui por meio de um processo que se deu início no passado remoto da humanidade e que existe até hoje, sofrendo alterações e evoluindo com o tempo e com a sociedade.

Na concepção de Symonides⁸⁴, a globalização é, em conjunto com os processos de regionalismo e nacionalismo, o que caracteriza a evolução do mundo. Apesar de os três processos trazerem consigo grandes consequências que afetam toda a sociedade num sentido

⁸¹ CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de; COSTA, Adriano Sousa. **Lei antiterrorismo inova com a tentativa antecipada do crime**. 2016. Consultor Jurídico (Conjur). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-abr-20/lei-antiterrorismo-inova-tentativa-antecipada-crime#_ftn8>. Acesso em: 11 maio 2018.

⁸² CARREAU, Dominique; BICHARA, Jahyr Philippe. **Direito Internacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 876 p. P. 35.

⁸³ LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Globalização e Soberania. In: SOARES, Guido Fernando Silva et al (Org.). **Direito internacional, humanismo e globalidade**. São Paulo: Atlas, 2008. Cap. 18. p. 293-298. P. 293.

⁸⁴ SYMONIDES, Janusz. Novas dimensões, obstáculos e desafios para os direitos humanos. In: SYMONIDES, Janusz et al (Org.). **Direitos humanos: novas dimensões e desafios**. Brasília: Unesco Brasil, 2003. Cap. 1. p. 23-78. P. 61-62.

global, para o autor, a globalização é o fenômeno que traz as mais fortes implicações em razão de afetar os Estados numa perspectiva global.

Para Lewandowski⁸⁵, esse processo de globalização pode ser entendido por meio de um sentido amplo e um sentido estrito. Sob a abordagem ampla, perpassa desde a época do *homo sapiens*, pelo período de grandes conquistas dos antigos romanos, expansão de religiões como o Cristianismo, seguindo para a Era Moderna e neocolonialismo, influenciada também pelos ideais de cada época.

No sentido mais estrito, compreende-se seu ritmo acelerado de desenvolvimento nos períodos da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, sendo observado o fluxo econômico, de bens, capitais e tecnologias com a evolução do capitalismo. De acordo com Lewandowski⁸⁶, além do capitalismo, há que se destacar o que ele denomina de universalização da cultura e de problemas que afetam os seres humanos de forma global, como questões do meio ambiente.

Symonides⁸⁷ aduz que pelo o termo “globalização” entende-se por ser tanto um processo de interconexão como de interdependência, tendo em vista que ela é observada como uma resposta conjunta para problemas existentes que afetam globalmente. Nasce a partir dessa necessidade de resposta conjunta, adicionada ao desenvolvimento e aumento da cooperação entre os Estados e o consequente aumento de força sob pontos de vistas econômicos, políticos, culturais e internacionais.

De forma clara, Leary⁸⁸ define a globalização como um processo que envolve a diminuição de barreiras nacionais não apenas no âmbito econômico, ampliando e facilitando as comunicações entre indivíduos e sistemas de informação. Percebe-se que esse processo vai mais além do que a mera dimensão econômica, possuindo também dimensões culturais e políticas. Com o advento da tecnologia, as fronteiras da comunicação diminuíram consideravelmente, sendo cada vez mais fácil conhecer e manter contato com pessoas que moram a quilômetros de distância.

Nesse aspecto, com a globalização existente e a crescente facilidade de comunicação a partir da diminuição de barreiras espaciais, considera-se que o século XXI é caracterizado pela

⁸⁵ LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Globalização e Soberania. In: SOARES, Guido Fernando Silva et al (Org.). **Direito internacional, humanismo e globalidade**. São Paulo: Atlas, 2008. Cap. 18. p. 293-298.P. 293.

⁸⁶ Ibid, P. 294.

⁸⁷ SYMONIDES, Janusz. Novas dimensões, obstáculos e desafios para os direitos humanos. In: SYMONIDES, Janusz et al (Org.). **Direitos humanos: novas dimensões e desafios**. Brasília: Unesco Brasil, 2003. Cap. 1. p. 23-78, p. 62.

⁸⁸ LEARY, Virginia A.. Globalização e os direitos humanos. In: SYMONIDES, Janusz et al. **Direitos humanos: novas dimensões e desafios**. Brasília: Unesco Brasil, 2003. Cap. 11. p. 335-354.P. 335

chamada sociedade de informação com a presença de dispositivos tecnológicos que ultrapassam limites de espaço e tempo⁸⁹.

Essa sociedade de informação, por sua vez, possui cinco critérios caracterizadores: o tecnológico, que se refere a novos meios de adquirir informação; o econômico, que implica as movimentações econômicas mundiais e suas respectivas informações; o ocupacional, o qual atribui ao conhecimento um importante papel em empregos e mão de obra especializada; o espacial, que envolve as fronteiras espaciais; e, por fim, o cultural, com o fácil acesso ao conhecimento de hábitos de outros países⁹⁰.

Esse fato aproxima os valores internacionais e as culturas, significando que “por todo o mundo, as pessoas estão se vestindo, comendo e cantando de maneira similar, e que certas atitudes sociais e culturais tornam-se tendências globais”⁹¹, criando o que pode ser considerada uma aldeia global.

Para facilitar a comunicação dessa aldeia global, surge a noção de ciberespaço como um campo específico de interação virtual, econômica, social e cultural, que, por sua vez, tornou-se o centro da comunicação. O ciberespaço se caracteriza pela ausência de intermediação e filtros entre os produtores de conhecimento e os consumidores das informações, implicando que nesse espaço, qualquer um tem liberdade para produzir e adquirir qualquer tipo de conhecimento e se comunicar com quem compartilhe ou não dos mesmos interesses⁹².

Como principal instrumento da aldeia global e da sociedade de informação, a tecnologia utilizada sob a perspectiva no ciberespaço em conjunto com a internet traz consigo a ideia de acessibilidade. Para ser inserido nesse universo de sociedade de informação, basta um dispositivo eletrônico que lhe conecte a uma maior parte da população⁹³. Entretanto, assim como no mundo real, o ciberespaço também traz perigos à segurança de seus usuários.

Ao mesmo tempo em que se utiliza a tecnologia para estudar e alcançar objetivos, os terroristas também são capazes de usar as mesmas ferramentas para não só praticar crimes dentro do mundo virtual, mas também para se comunicarem e se organizarem para a prática de

⁸⁹ RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e cultura**: a experiência cultural na era da informação. Lisboa: Presença, 1993. P. 24.

⁹⁰ LOPES, Luis Roberto Guerreiro. **Ciberspaço, cibercultura e a utilização da web 2.0 na aprendizagem colaborativa através da ferramenta google docs**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Tecnologias da Inteligência e Design Digital, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Cap. 1. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp153821.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018. P. 29.

⁹¹ SYMONIDES, Janusz. Novas dimensões, obstáculos e desafios para os direitos humanos. In: SYMONIDES, Janusz et al (Org.). **Direitos humanos**: novas dimensões e desafios. Brasília: Unesco Brasil, 2003. Cap. 1. p. 23-78. P. 62.

⁹² LOPES, op. cit., p. 44.

⁹³ Ibid., p. 47.

crimes através da internet, de computadores e demais comunicações tecnológicas⁹⁴. Nesse aspecto, temos na atualidade a presença do cibercrime, cada vez mais mencionado e estudado no âmbito do direito.

Por cibercrime, entende-se que os atos os quais possuem os sistemas tecnológicos de informação como alvo, podendo envolver práticas criminosas que variam desde violação de patentes, falsidade ideológica, até mesmo chegar em espionagem. Dentro desse universo, os ditos sistemas informáticos são interpretados como armas utilizadas para conduzir uma espécie de guerra da informação⁹⁵.

No âmbito de crimes cibernéticos, é válido destacar que a internet é dividida em camadas e quanto mais profunda a camada, mais é possível a existência do cibercrime, tendo em vista ser um espaço que o Direito não consegue alcançar para atribuir regras. Assim, entende-se que as três primeiras camadas são localizadas na superfície da Internet, denominadas Camada Zero, Superfície da *Web* e *Bergie Web*, respectivamente – nas quais se encontram 4% do conteúdo total da Internet, incluindo *websites* que as pessoas utilizam de forma corriqueira, como o *Facebook* e o *Google*, e outros *sites* ocultos como o *4chan*⁹⁶.

Na terceira camada, dá-se início ao que se denomina *Deep Web*, categoria em que o cibercrime existe na forma de pornografia infantil, pirataria, tráfico de animais, pessoas, assassinos de aluguel e venda de armas. A partir da sexta camada, denominada Muro da Morte, o acesso fica restrito a pessoas que tenham conhecimentos técnicos específicos e que possuam computadores quânticos para perpassar por batalhas de *hackers* existentes para, por fim, conseguirem chegar à oitava e última camada – a *Mariana's Web*, a qual detém 80% do conteúdo total da Internet e abriga de forma livre os grupos terroristas e seus planejamentos⁹⁷.

Portanto, pode-se observar que nesse contexto, qualquer pessoa com um dispositivo eletrônico, com conhecimentos técnicos suficientes e com intenção de praticar atos ilegais é capaz, ainda que não se insira nas camadas mais profundas da internet, de praticar uma ação

⁹⁴ WONG, Mary W. S.. Terrorism and technology: policy challenges and current responses. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 10. p. 199-224. P. 205.

⁹⁵ PINTO, Marco Aurélio Gonçalves. **Teoria relativista do ciberterrorismo**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Guerra da Informação, Departamento de Estudos Pós-graduados, Academia Militar, Lisboa, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/6826>>. Acesso em: 17 maio 2018. P. VI

⁹⁶ TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (Brasil). Escola de Magistrados. **Investigação e provas nos crimes cibernéticos**. São Paulo: Emag, 2017. 325 p. Disponível em: <http://www.trf3.jus.br/documentos/emag/Midias_e_publicacoes/Cadernos_de_Estudos_Crimes_Ciberneticos/Cadernos_de_Estudos_n_1_Crimes_Ciberneticos.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018. P. 266.

⁹⁷ Ibid., p. 266-267.

que esteja inserida no cibercrime, considerado como práticas dotadas de nível estratégico que podem ter forças suficientes de atingir um Estado⁹⁸.

Quando, entretanto, os atos ilegais praticados por intermédio dos sistemas de informação têm objetivo de afetar um governo em razão de motivos políticos, ideológicos ou sociais, com o poder de tirar vidas, causar grandes prejuízos a terceiros ou até mesmo afetar economicamente um Estado, verifica-se o denominado ciberterrorismo, uma ramificação do terrorismo⁹⁹.

O relatório do Parlamento Europeu de 2015 determina a importância de saber diferenciar o ciberterrorismo do cibercrime, tendo em vista que são dois fenômenos diferentes que merecem ser encarados, estudados e combatidos de formas distintas. De acordo com o documento, o cibercrime é o gênero do qual ciberterrorismo é espécie, no qual o primeiro envolve todos os atos criminosos cometidos dentro do contexto do ciberespaço, enquanto o segundo compreende os ataques realizados dentro do ciberespaço que possuam motivações e objetivos diferenciados, de cunho político-ideológico¹⁰⁰.

Como faz parte do gênero terrorismo, o ciberterrorismo também possui dificuldades de ser conceituado, pois, além de todas as questões já tratadas neste estudo, ainda envolve as discussões sobre fronteiras espaciais não existentes no ciberespaço e a própria confusão conceitual com o cibercrime.

Tendo isso em vista, o SANS Institute¹⁰¹ chegou a conceituar o ciberterrorismo como os ataques ilegais a dispositivos informáticos com a finalidade de intimidar ou coagir um governo ou as pessoas interligadas por motivos políticos ou sociais. Desses ataques, de acordo com o instituto, resultam em violência contra não só indivíduos, como também em propriedades, ou são fortes suficientes para gerar o terror¹⁰².

Com o objetivo de estudar e analisar a taxonomia do ciberterrorismo e seu contexto, Al Mazari *et al*¹⁰³ apontam, após analisar vários conceitos dessa vertente, que esse se utiliza de

⁹⁸ NUNES, Paulo Fernando Viegas. **Ciberterrorismo::** aspectos de segurança. 2004. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/428>>. Acesso em: 16 maio 2018

⁹⁹ PINTO, Marco Aurélio Gonçalves. **Teoria relativista do ciberterrorismo**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Guerra da Informação, Departamento de Estudos Pós-graduados, Academia Militar, Lisboa, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/6826>>. Acesso em: 17 maio 2018, p. 37.

¹⁰⁰ LE Cyberterrorisme: Définition(s) et enjeux. Définition(s) et enjeux. Elaborado pelo Institut Régional d'Administration (IRA-Nantes). Disponível em: <<http://www.ira-nantes.gouv.fr/seminaire/cyberterrorisme/i-le-cyberterrorisme-definitions-et-enjeux/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

¹⁰¹ Órgão norte americano especializado em Segurança da Informação e Cibersegurança

¹⁰² CANADÁ. Scott Anthony Newton. Security Essentials. **Can cyberterrorists kill people?** Elaborado pelo SANS Institute. Disponível em: <<https://www.sans.org/reading-room/whitepapers/warfare/cyberterrorists-kill-people-820>>. Acesso em: 16 maio 2018.

¹⁰³ MAZARI, Ali Al et al. Cyber Terrorism Taxonomies: Definition, targets, patterns and mitigation strategies. In: European conference on information warfare and security (ECCWS), 1., 2015, Hatfield. **Paper**. Hatfield: Eccws,

uma rede de computadores e tecnologias como meios para conduzir os ataques pretendidos, com alvos que impliquem em organizações governamentais, a partir de motivações psicológicas, sociais, políticas ou religiosas, capazes de machucar pessoas ou grupos de pessoas ou até danificar infraestruturas. A maior diferença dessas definições reside em analisar a origem dos ataques (se são estrangeiros ou moram no próprio local onde aconteceu o ataque) ou analisam os alvos dos ataques.

De acordo com esse estudo, o conceito de ciberterrorismo torna-se mais completo quando analisado sob a ótica de 5 itens: o alvo, o motivo, os meios, os efeitos e a intenção. Para eles, o alvo pode ser qualquer um dentro do contexto de forças militares, infraestruturas governamentais físicas que representem a identidade nacional e as que estão presentes apenas no ciberespaço. Como mencionado anteriormente, os motivos que originam essas ações podem ter o viés social, cultural, religioso, político ou ideológico, além dos meios que utilizam computadores e tecnologias de comunicação¹⁰⁴.

As ações do ciberterrorismo provocam a violência, a destruição de serviços físicos, operacionais e informacionais, além de serem capazes de provocar graves danos a locais, indivíduos e grupos. Para isso, os agentes que praticam o ciberterrorismo possuem intenções claras, que podem ser de cunho político, militar ou até mesmo ideológico.

Interessante perceber que, diferentemente do que ocorre no terrorismo em sentido amplo, no ciberterrorismo é possível observar um padrão em relação às pessoas que praticam esses atos. De acordo com Pinto¹⁰⁵, a maior parte dos ciberterroristas são do sexo masculino, com alto nível de escolaridade e que sabem que estão violando a lei, além de aceitarem usar da violência para praticar seus atos com intenção de causar terror na população, obedecendo e seguindo uma agenda de motivações, recrutando mais pessoas para a causa e obtendo maior visibilidade na mídia.

2016. p. 11 - 18. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/282985438_Cyber_terrorism_taxonomies_Definition_targets_pattern_s_and_mitigation_strategies?_sg=tgTZOZs5r_3NPYqkPIhAqTBZVRyWkKZI8mjF0uRCL_em6KgYoH2TH2Z1CjHdqC1EqNeL7YQ2aA>. Acesso em: 16 maio 2018. P. 12.

¹⁰⁴ MAZARI, Ali Al et al. Cyber Terrorism Taxonomies: Definition, targets, patterns and mitigation strategies. In: EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION WARFARE AND SECURITY (ECCWS), 1., 2015, Hatfied. **Paper**. Hatfied: Eccws, 2016. p. 11 - 18. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/282985438_Cyber_terrorism_taxonomies_Definition_targets_pattern_s_and_mitigation_strategies?_sg=tgTZOZs5r_3NPYqkPIhAqTBZVRyWkKZI8mjF0uRCL_em6KgYoH2TH2Z1CjHdqC1EqNeL7YQ2aA>. Acesso em: 16 maio 2018. P. 12.

¹⁰⁵ PINTO, Marco Aurélio Gonçalves. **Teoria relativista do ciberterrorismo**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Guerra da Informação, Departamento de Estudos Pós-graduados, Academia Militar, Lisboa, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/6826>>. Acesso em: 17 maio 2018. P. 39.

No âmbito do cibercrime, do qual o ciberterrorismo faz parte, estudos demonstram que dependendo dos objetivos pretendidos para a prática dos crimes, os sujeitos ativos dos delitos podem possuir diferentes nomenclaturas baseadas também na forma em que eles conduzem suas ações no Ciberespaço. Conforme o estudo de Moraes Neto¹⁰⁶, o sujeito ativo do ciberterrorismo classifica-se como *cracker*, que se diferencia de um *hacker* tradicional em razão de seus objetivos ideológicos, mirando principalmente os sistemas do governo presentes no Ciberespaço.

Nessa compreensão, os *crackers*, guiados por uma determinada ideologia dentre as mencionadas anteriormente, possuem capacidade desde invadir e desfigurar páginas oficiais na internet, até ações que requeiram maior conhecimento para quebrar ou retirar travas digitais, descobrindo senhas, informações e oferecendo perigo real que podem provocar sérios danos à sociedade, principalmente quando eles estão se relacionando com alguma organização terrorista¹⁰⁷.

Com o intuito de entender mais sobre o ciberterrorismo, estudos¹⁰⁸ consideram que existem três principais formas em que ele se configura na realidade: por meio da cibernsabotagem, espionagem e desestabilização. Por cibernsabotagem, entende-se a ação de transformar todo o sistema de informação (ou parte dele) em inoperante por meio de ataques cibernéticos, causando rupturas e desorganizações no sistema que podem ou não ser duradouras.

Como o nome indica, a espionagem consiste na violação de correspondências e comunicação eletrônica para obter informações confidenciais sobre projetos secretos, perturbando a ordem pública; enquanto a desestabilização nesse contexto faz referência aos considerados *hackers* ativistas e seus movimentos ideológicos que objetivam fraquejar a credibilidade do órgão atacado, podendo realizar uma saturação ou negação do serviço (fazer com que um site estatal torne-se indisponível ou fazer com que ele pare de responder) ou *scrolling* (quando um site estatal é substituído por uma mensagem específica de cunho político e ideológico criada pelo agente do ataque)¹⁰⁹.

¹⁰⁶ MORAIS NETO, Arnaldo Sobrinho de. **Cibercrime e cooperação penal internacional**: Um enfoque à luz da Convenção de Budapeste. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Direito Econômico, Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/arnaldo-sobrinho-cibercrime-e-cooperacao-penal-internacional.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018. P.86

¹⁰⁷ Ibid., p. 82.

¹⁰⁸ LE Cyberterrorisme: Définition(s) et enjeux. Définition(s) et enjeux. Elaborado pelo Institut Régional d'Administration (IRA-Nantes). Disponível em: <<http://www.ira-nantes.gouv.fr/seminaire/cyberterrorisme/i-le-cyberterrorisme-definitions-et-enjeux/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

¹⁰⁹ Ibid.

Ademais, Pinto¹¹⁰ considera que o ciberterrorismo possui principais objetivos, entendidos como intenção de desestabilizar os governos e ter uma maior influência nas áreas pretendidas, provocar e obter uma maior visibilidade por intermédio da mídia para demonstrar o problema que eles estão reivindicando, lutando contra os governos interpretados como inimigos e, por fim, exterminar as forças inimigas que possuam algum poder na região em questão.

Engana-se quem pensa que o ciberterrorismo surgiu recentemente. Em sua pesquisa acerca do terrorismo e a tecnologia, Wong¹¹¹ relata que ameaças contra a infraestrutura dos sistemas do governo e meios de comunicação eletrônicos foram identificadas até mesmo antes do ataque de 11 de setembro nos Estados Unidos, destacando o evento de 1997 durante o governo Clinton. Nessa ocasião, a Comissão sobre Proteção Crítica de Infraestrutura¹¹² confirmou que a existência da rápida proliferação e integração no campo da comunicação, em conjunto de ameaças ao governo, seriam um risco para a nação sem precedentes.

Com a finalidade de demonstrar o caos que pode ser estabelecido em um Estado por meio de um ciberataque dentro do campo do ciberterrorismo, Teixeira¹¹³ comenta os três ataques contra o governo da Estônia em 2007, que teve serviços de internet interrompidos. Sem poder acessar e-mails, as autoridades do país foram obrigadas a procurar outros recursos para se comunicarem, como o fax.

De acordo com o portal governamental francês IRA-Nantes¹¹⁴, o que ocorreu na Estônia em 2007 se configura como a forma desestabilização do ciberterrorismo, por meio da saturação ou negação do serviço por meio de ataques *back-to-back* em larga escala. Além disso, os portais de notícia saíram do ar e os civis não conseguiram acessar seus dados bancários. Com a finalidade de oferecer auxílio à Estônia, a Aliança Militar do Ocidente (OTAN) enviou uma equipe de especialistas para reforçar a barreira tecnológica de defesa¹¹⁵.

¹¹⁰ PINTO, Marco Aurélio Gonçalves. **Teoria relativista do ciberterrorismo**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Guerra da Informação, Departamento de Estudos Pós-graduados, Academia Militar, Lisboa, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/6826>>. Acesso em: 17 maio 2018. P. 39.

¹¹¹ WONG, Mary W. S.. Terrorism and technology: policy challenges and current responses. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 10. p. 199-224. P. 206.

¹¹² Tradução livre: Commission on Critical Infrastructure Protection

¹¹³ TEIXEIRA, Duda. **O maior ciberataque da história: uma guerra pela internet**. 2007. Disponível em: <<https://arquivoetc.blogspot.com.br/2007/05/o-maior-ciberataque-da-historia.html>>. Acesso em: 18 maio 2018.

¹¹⁴ LE Cyberterrorisme: Définition(s) et enjeux. Définition(s) et enjeux. Elaborado pelo Institut Régional d'Administration (IRA-Nantes). Disponível em: <<http://www.ira-nantes.gouv.fr/seminaire/cyberterrorisme/i-le-cyberterrorisme-definitions-et-enjeux/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

¹¹⁵ TEIXEIRA, Duda, op. cit.

Em 2006, na França, foi verificado um ataque ciberterrorista por intermédio da desestabilização por meio do *scrolling* que atingiu centenas de sites do país e, inclusive, a página oficial do Ministério da Educação Nacional¹¹⁶; assim como em 2011, o site da vice-presidente do grupo de relações França-Armênia foi invadido por *hackers* turcos que contestavam o projeto de lei sobre a negação do genocídio armênio, no qual quem entrasse no site seria redirecionado automaticamente para uma mensagem ativista do grupo GrayHatz¹¹⁷.

Como resposta a essa nova realidade de perigosas ameaças que podem comprometer seriamente os Estados, os governos têm se preocupado em realizar alterações em suas legislações para condenar e oferecer punições mais graves aos agentes praticantes do ciberterrorismo¹¹⁸ e, sobretudo, vêm aumentando investimentos em tecnologias de vigilância para prevenir que os ataques aconteçam¹¹⁹.

Em contrapartida, como assevera Wong¹²⁰, essa espécie de resposta governamental também gera controvérsia em razão do seu impacto na sociedade no que tange a possíveis violações de privacidade. Para a autora, essas medidas de vigilância dão acesso aos investigadores de comunicações pessoais, bem como com um regime de contenção de dados sobre os indivíduos.

É imprescindível que os Estados consigam elaborar leis específicas sobre o tema, com uma abordagem direta para não afetar os direitos da população, mas que seja capaz de oferecer soluções a uma resposta para o caso. No Brasil, quanto a crimes cibernéticos, é possível ver o empenho da legislação a partir de casos práticos, mas a própria Lei de Antiterrorismo apenas menciona mecanismos cibernéticos uma única vez no art.2º, IV¹²¹, o que demonstra a necessidade de uma abordagem mais cautelosa.

Observa-se, então, que assim como o terrorismo em sentido amplo tratado nos itens anteriores neste estudo, o ciberterrorismo é um problema patente que oferece sérios riscos à

¹¹⁶ LE Cyberterrorisme: Définition(s) et enjeux. Définition(s) et enjeux. Elaborado pelo Institut Régional d'Administration (IRA-Nantes). Disponível em: <<http://www.ira-nantes.gouv.fr/seminaire/cyberterrorisme/i-le-cyberterrorisme-definitions-et-enjeux/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

¹¹⁷ UNGROUPE de hackers turc menace de pirater "tous les sites des députés français". 2011. Elaborado por Le Monde France. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/europe/article/2011/12/25/piratage-du-site-de-la-deputee-ump-a-l-origine-du-texte-sur-le-genocide-armenien_1622666_3214.html>. Acesso em: 19 maio 2018.

¹¹⁸ WONG, Mary W. S.. Terrorism and technology: policy challenges and current responses. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 10. p. 199-224.P.206.

¹¹⁹ Ibid, p. 199.

¹²⁰ Idib., p. 204.

¹²¹ BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.. **Lei de Antiterrorismo**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm>. Acesso em: 03 mar. 2018

sociedade internacional. Entretanto, até o momento, os Estados e o Direito ainda não conseguiram encontrar a resposta mais eficiente para o seu enfrentamento, fato que demonstra a necessidade de esse tema ser mais bem estudado e pesquisado.

3. A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL PENAL NA ORDEM JURÍDICA

Alicerçado no estudo da contextualização do terrorismo, faz-se necessário compreender como a cooperação jurídica internacional, mecanismo do Direito Internacional que também envolve diretamente o direito interno dos Estados, se apresenta, bem como as nuances observadas como necessárias no contexto específico do terrorismo.

Para isso, será abordado neste capítulo a ordem jurídica internacional de acordo com o sistema aberto a partir da abordagem hermenêutica. Assim sendo, será tratado de forma específica a cooperação jurídica internacional e os elementos que fazem com que ela seja estudada como um ramo do Direito Internacional, como suas fontes e princípios, assim como particularidades que envolvem sua incorporação na ordem jurídica interna brasileira.

Com a finalidade de melhor explicitar os instrumentos de efetivação da cooperação jurídica internacional, abordar-se-á casos práticos específicos que os envolvem. Ademais, serão tratados os princípios englobados pela cooperação, demonstrando os desafios enfrentados a partir das limitações principiológicas.

3.1 O SISTEMA DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Ao acompanhar a evolução da sociedade, bem como a multiplicação de relações entre Estados, foi necessário que o direito tivesse um sistema de normas jurídicas para organizar os interesses existentes. Com a finalidade de realizar esse intuito, foi imperativo criar um sistema jurídico de normas objetivando disciplinar as ações dos Estados, denominado de Direito das Gentes ou Direito Internacional Público¹²².

Partindo-se da premissa de um sistema jurídico que seja aberto, o qual admite a mudança de valores na medida em que a sociedade evolui¹²³, Freitas¹²⁴ estabelece por meio da conciliação entre dialética e hermenêutica a conceituação desse sistema como uma rede axiológica e hierarquizada de princípios, normas e valores que têm como objetivo evitar antinomias. Para isso, o autor determina que apenas um sistema jurídico aberto é capaz de

¹²² MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. P. 67.

¹²³ FORNAZARI JUNIOR, Milton. **Cooperação Jurídica Internacional: Auxílio direto penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 136 p. p. 8.

¹²⁴ FREITAS, Juarez. **A interpretação sistemática do direito**. São Paulo: Malheiros Editores, 1998. Capítulo I, p. 19-50. P. 19- 23.

acomodar novos pensamentos e encontrar soluções para as questões presentes no contexto do direito.

Mazzuoli¹²⁵ afirma que há, no âmbito internacional, uma sociedade de Estados com uma relação de “suportabilidade e satisfação de interesses”, na qual inexiste um poder centralizador que obrigue os Estados, mas que possui um conjunto de regras e princípios capazes de orientar determinadas situações – o Direito Internacional. Carreau e Bichara atribuem a esse ramo do direito uma conceituação contemporânea, aduzindo que ele “rege as relações entre os membros da sociedade internacional, tentando contemplar a realidade ou complexidade de suas relações, que podem ser, inclusive, de natureza privada”¹²⁶.

Na medida em que a sociedade internacional foi evoluindo, novas concepções acerca do Direito Internacional também foram surgindo, principalmente com advento dos tratados de Westfália responsáveis pela demarcação de sua nova era e o surgimento do Estado Moderno¹²⁷. Como sujeito do Direito Internacional, o Estado Moderno possui características específicas, como a soberania, territorialidade, autonomia e legalidade¹²⁸.

Floh¹²⁹ afirma que os valores contidos nesses quatro elementos são os que permitem a identificação da Ordem Internacional. Entende a soberania como o resultado do direito dos Estados de exercer com plenitude seus direitos e deveres, compreendendo que territorialidade significa a delimitação de fronteiras em que podem exercer seu poder, sendo a autonomia o elemento que permite que os Estados conduzam suas próprias questões sem interferências alheias e entendendo que o Estado só irá se sujeitar às normas do Direito Internacional caso ele escolha se submeter em conjunto com outros Estados no mesmo patamar.

O próprio conceito de soberania sofreu desvios ao longo dos anos, tendo Carreau e Bichara¹³⁰ percebido que sua noção fosse atrelada por muito tempo ao conceito de poder absoluto do Estado, acima, inclusive, das próprias leis e em que nenhuma norma do Direito Internacional seria capaz de vincular esses Estados. Na verdade, a ideia original parte da defesa

¹²⁵ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. P. 70-71.

¹²⁶ CARREAU, Dominique; BICHARA, Jahyr Philippe. **Direito Internacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 876 p. P. 37.

¹²⁷ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira, op. cit., p. 76.

¹²⁸ FLOH, Fabio et al. Direito internacional contemporâneo: Elementos para a configuração de um direito internacional na Ordem Internacional Neo-Vestfaliana. In: SOARES, Guido Fernando Silva et al (Org.). **Direito internacional, humanismo e globalidade**. São Paulo: Atlas, 2008. Cap. 14. p. 219-235. P. 220.

¹²⁹ Ibid, p. 221.

¹³⁰ CARREAU, Dominique; BICHARA, Jahyr Philippe. **Direito Internacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 876 p. P. 10.

que soberania consistiria na força de capacidade de elaborar leis, com unidade de poder capaz de agregar seres humanos em um determinado território¹³¹.

Entretanto, em razão da nova conjuntura que a sociedade global se apresenta, essa formação clássica do Direito Internacional não mais satisfaz à realidade atual contemporânea. Deve-se, para tanto, perceber que houve o surgimento de novos sujeitos do Direito Internacional, como as Organizações Internacionais, e que elementos categorizadores, como a própria soberania, não devem ser entendidos como absolutos.

Dessas noções elementares acerca do Direito Internacional, observa-se que os Estados interagem entre si desde os primórdios das sociedades, desenvolvendo a permuta de produtos, passando pelo comércio e até a designação de representantes para realizar acordos visando seus interesses, sendo evidente a existência da cooperação no âmbito das relações exteriores. Fornazari Júnior¹³² considera que essa cooperação entre os povos existe desde a construção da noção de fronteiras e surge como alternativa ao uso da força como satisfação de seus interesses em uma questão que ultrapassa suas próprias fronteiras, bem como quando há outro Estado envolvido.

Relacionando o Direito Internacional com o Direito Constitucional, Peter Häberle¹³³ traz em sua obra a noção de Estado Constitucional Cooperativo, tendo em vista a necessidade da aldeia global atingir políticas de paz por meio da cooperação e responsabilidade internacional que, por sua vez, intensifica as relações entre os Estados. De início, a cooperação se apresentava de forma tímida, observando-se a constante desconfiança entre os Estados, resultando em grandes conflitos armados mundiais¹³⁴.

No século XX, entretanto, com o advento da ONU, a cooperação se intensifica e passa a ter mais credibilidade em razão da regra *pacta sunt servanda*¹³⁵ e seu consequente princípio da boa-fé. A exemplo disso, em 1970, a resolução nº 2625 da Assembleia Geral da ONU¹³⁶

¹³¹ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. P. 77.

¹³² FORNAZARI JUNIOR, Milton. **Cooperação Jurídica Internacional: Auxílio direto penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 136 p. p. 15.

¹³³ HÄBERLE, Peter. **Estado constitucional cooperativo**. Traduzido por Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. P. 3.

¹³⁴ FORNAZARI JUNIOR, Milton, op. cit., p. 18.

¹³⁵ Considerada como regra pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados em 1969, artigo 26. In BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 7.030, de 23 de maio de 2009. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em: 23 maio 2018.

¹³⁶ ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução nº 2525 (XXV), de 24 de outubro de 1970. **Declaration On Principles Of International Law Concerning Friendly Relations And Co-operation Among States In Accordance With The Charter Of The United States**. Estados Unidos, Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a25r2625.htm>>. Acesso em: 23 maio 2018.

declara princípios do direito internacional e relações amigáveis entre as nações por meio da cooperação, além das resoluções em que o Brasil é signatário. Além disso, a própria Carta Magna, em seu artigo 4º, IX¹³⁷ determina que as relações internacionais devem ser regidas pelo princípio de cooperação entre os povos.

Com a facilidade de locomoção através dos séculos e o consequente aumento do fluxo de pessoas ultrapassando as fronteiras delimitadas, a cooperação passou a ser cada vez mais utilizada e necessária não apenas para a proteção dos direitos humanos, como também para questões econômicas e sociais. Ademais, os crimes de cunho transnacional preocupam não só o Estado brasileiro, fazendo com que as nações se unam e cooperem entre si.

Na ótica de Peruchin¹³⁸, a modalidade de cooperação jurídica internacional se intensificou após a Segunda Guerra Mundial por meio dos tratados bilaterais e multilaterais, responsáveis por estabelecer um costume internacional em prestar auxílio a outras nações, principalmente no que tange ao âmbito jurisdicional, com a finalidade primordial de oferecer proteção às pessoas e aos direitos humanos e direitos individuais.

Giacomolli e Diettrich¹³⁹ compreendem que diante de todas as transformações enfrentadas pela sociedade internacional, não só é observado o intercâmbio entre os Estados, como também sua necessidade de se solidarizar e cooperar um com o outro. Caso contrário, se os Estados não possuíssem limites de jurisdição para além de seu território, eles passariam a ter poderes de império, o que não é possível na atual conjuntura global.

A cooperação jurídica internacional é, para Moro¹⁴⁰, o recurso disponível que as autoridades possuem para responder principalmente aos crimes existentes em suas novas formas, nas quais podem ser praticados mediante uma mera ação de apertar um botão por meio de um dispositivo eletrônico. Segundo o autor, o contrário de cooperar seria sinônimo de deixar o seu país à deriva para crimes e criminosos e, por isso, ele afirma que só há uma solução: “cooperar ou falhar”.

É fácil perceber que a própria matéria da cooperação jurídica internacional também vem evoluindo nesse cenário. Em primeiro lugar, ela possuía como base fundamental a cortesia entre

¹³⁷ BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº S/N, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. ed. Brasília, DF.

¹³⁸ PERUCHIN, Marcelo Caetano Guazzelli. A proteção dos direitos fundamentais no cenário da cooperação judicial penal internacional. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 225-255. P. 226.

¹³⁹ GIACOMOLLI, Nereu, José; DIETRICH, Eduardo Dalla Rosa. Necessidade e limites na cooperação jurídica internacional em matéria criminal: ordem pública e especialidade. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 256-284. P. 164.

¹⁴⁰ MORO, Sergio Fernando. Cooperação jurídica internacional em casos criminais: considerações gerais. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 1. p. 15-58. P. 16.

os países, com um forte predomínio da soberania em que tendia a prevalecer as normas internas. Com o passar do tempo, esse modelo soberanista dá lugar ao intergovernamental advindo já de convenções internacionais a partir da reciprocidade e diminuição da desconfiança entre os Estados¹⁴¹.

Por fim, tem-se a cooperação jurídica internacional com seu modelo de integração, a partir da existência e crescimento de blocos de integração, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), nos quais já existem regras elaboradas em comum pelos Estados que pertencem ao bloco regional, bem como o reconhecimento mútuo¹⁴².

Para uma melhor compreensão da cooperação jurídica internacional, Araújo¹⁴³ apresenta duas perspectivas atribuídas a essa modalidade de cooperação no momento de concretizá-la, a *ex parte principis* e a *ex parte populi*. Acerca dessa primeira perspectiva, a autora afirma que essa se compreende pela lógica atribuída pelo Estado no que diz respeito à governabilidade e sua relação com os outros Estados, enquanto a segunda perspectiva se refere aos indivíduos que são submetidos ao poder e que são afetados por suas medidas de assistência internacional.

Ambas as perspectivas oferecidas pela autora devem ser observadas quando no estudo e prática da cooperação jurídica internacional, tendo em vista o número crescente de acordos bilaterais e multilaterais que visam cooperar nos mais diferentes temas. Destacam-se crimes de organizações criminosas até a subtração ilícita de um menor; além dos bens jurídicos dos indivíduos que são envolvidos nesse cenário.

Araújo¹⁴⁴ define, então, a cooperação jurídica internacional como o intercâmbio realizado entre os Estados para casos de cumprimento de medidas advindas do órgão jurisdicional em outro território que não seja o do requerente, tendo em vista a delimitação territorial do poder judiciário pelo próprio elemento da soberania do Estado. Do ponto de vista dos direitos humanos, Ramos¹⁴⁵ instrui que o Direito Internacional como disciplina tem como

¹⁴¹ RAMOS, André de Carvalho. Cooperação jurídica internacional e o diálogo das fontes no Direito Internacional Privado contemporâneo. **Rev. Secr. Trib. Perm. Revis.**, [s.l.], v. 5, n. 10, p.56-72, 10 out. 2017. Tribunal Permanente de Revisao do MERCOSUL. <http://dx.doi.org/10.16890/rstpr.a5.n10.p56>. Disponível em: <<http://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/viewFile/267/361>>. Acesso em: 24 maio 2018. P. 58.

¹⁴² Ibid., P. 59.

¹⁴³ ARAÚJO, Nádia de. A importância da cooperação jurídica internacional para a atuação do Estado Brasileiro no plano interno e internacional. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça (Org.). **Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Cap. 14. p. 33-50. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Dowload/Corregedoria/CartasRogatorias/Documentos/ManualExpedCRPenal.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2018. P. 33.

¹⁴⁴ Ibid., p. 34.

¹⁴⁵ RAMOS, André de Carvalho. Estrutura da cooperação jurídica internacional e o novo direito internacional privado. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 163-180. P. 163-164.

objetivo a tolerância e o respeito às diferenças a partir do reconhecimento da existência dos outros seres humanos e em conjunto, a necessidade que se passou a ter de pedir algo a outra nação.

O autor expressa que a cooperação jurídica internacional é um conjunto de regras que regula a colaboração interestatal ou entre Estados e organizações internacionais em razão da delimitação territorial que impedem que condutas fora desse limite aconteçam. Quanto mais aconteçam casos em que os Estados precisem contatar outros, mais a cooperação e a elaboração de normas acerca do tema em questão serão necessárias¹⁴⁶.

Para Ramos¹⁴⁷, a ideia da cooperação jurídica internacional contemporânea é a que realiza uma ponderação de direitos, sopesando-os na medida em que os indivíduos deixam de ser tratados como objetos para começar a serem tratados como sujeitos de direitos, direcionando o ponto central dessa cooperação aos direitos humanos.

Em relação à denominação de “cooperação jurídica internacional”, alguns autores admitem outras expressões como sinônimos, como “cooperação interjurisdicional” ou “cooperação judicial internacional”¹⁴⁸ ou até mesmo “cooperação interestática”¹⁴⁹, em razão dessas expressões significarem o intercâmbio entre o poder jurisdicional e administrativo de diferentes Estados para uma efetiva jurisdição¹⁵⁰.

Entretanto, outros autores¹⁵¹ defendem que há uma distinção entre os termos “judicial” e “jurídica”, considerando que o primeiro aprecia apenas as autoridades judiciais nos Estados como atores, enquanto o segundo se refere não apenas às autoridades judiciais, mas também às autoridades centrais e outros órgãos.

A cooperação jurídica internacional, vertente que nasce da relação entre o Direito Internacional Público e o Privado, possui fontes que lhe dão origem e oferecem o arcabouço necessário para que se sustente como disciplina com a devida segurança jurídica e validade no

¹⁴⁶ RAMOS, André de Carvalho. Estrutura da cooperação jurídica internacional e o novo direito internacional privado. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 163-180. P. 164.

¹⁴⁷ Ibid., P. 168.

¹⁴⁸ PERUCHIN, Marcelo Caetano Guazzelli. A proteção dos direitos fundamentais no cenário da cooperação judicial penal internacional. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 225-255. p. 227.

¹⁴⁹ ARAS, Vladimir. O papel da autoridade central nos acordos de cooperação penal internacional. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 1. p. 15-58. P. 16

¹⁵⁰ SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. Cooperação Jurídica Internacional e auxílio direto. In *Direito internacional Contemporâneo*

¹⁵¹ PERUCHIN, Marcelo Caetano Guazzelli, op. cit., P. 225-226.

âmbito internacional. Segundo Ramos¹⁵², há fontes internacionais e nacionais específicas que o Brasil prevê, sendo necessário um diálogo entre essas fontes para que o Estado não assuma uma posição duvidosa na prática de condutas em pedidos cooperacionais.

O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (ECIJ)¹⁵³ elenca as fontes do Direito Internacional de forma não taxativa, sendo essas os tratados internacionais, o costume internacional e os princípios gerais de direito. Mazzuoli¹⁵⁴ afirma que essas são entendidas como fontes primárias que servem como um guia de orientação para aplicação do Direito Internacional nos casos práticos, possuindo ainda as decisões judiciais e a doutrina como meios auxiliares.

Os tratados, determinados no primeiro artigo da Convenção de Viena de 1969¹⁵⁵ como acordos entre Estados concluídos de forma escrita, apresentam-se como a fonte que mais oferece segurança jurídica à cooperação jurídica internacional, a partir da vontade livre dos próprios Estados em os aderir. Para Mazzuoli¹⁵⁶, são superiores às leis domésticas, capazes de revogar as leis anteriores que sejam contrárias ou não observem os preceitos dos tratados em razão de serem construídas de forma democrática entre os Estados e possuírem força normativa.

O costume internacional, fonte mais antiga, apresenta um conjunto não codificado de regras aceitas e praticadas universalmente, permitindo também a criação de regras gerais que constituem a sociedade internacional¹⁵⁷. Possui dois elementos para que se configure, o material e o subjetivo (também denominado de *opinio juris*): há que ser verificada se a prática do ato realmente existe e é repetida ao longo do tempo, ou até mesmo a ausência de uma ação em um determinado cenário, além da necessidade da aceitação dessa prática como algo que seja considerado correto a ser realizado¹⁵⁸.

¹⁵² RAMOS, André de Carvalho. Cooperação jurídica internacional e o diálogo das fontes no Direito Internacional Privado contemporâneo. **Rev. Secr. Trib. Perm. Revis.**, [s.l.], v. 5, n. 10, p.56-72, 10 out. 2017. Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL. <http://dx.doi.org/10.16890/rstpr.a5.n10.p56>. Disponível em: <<http://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/viewFile/267/361>>. Acesso em: 24 maio 2018. P. 60.

¹⁵³ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas... Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 24 maio 2018.

¹⁵⁴ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. P. 135.

¹⁵⁵ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66... Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em: 24 maio 2018.

¹⁵⁶ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira, op. cit., p. 137.

¹⁵⁷ Ibid., p. 139.

¹⁵⁸ REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 464 p. Disponível em: <[http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/700/1/Direito Internacional Público .pdf](http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/700/1/Direito%20Internacional%20P%C3%BAblico.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2018. P. 148-149.

O ECIJ não determina qualquer hierarquia entre as fontes e a doutrina fundamenta esse posicionamento considerando a validade das normas e da regra consuetudinária *pacta sunt servanda*¹⁵⁹. Para exemplificar essa ausência de desnível entre as fontes, comparando os tratados e o costume internacional, Rezek¹⁶⁰ afirma que há casos de um tratado que deixa de ser utilizado por mera falta de uso. Considera-se que ambas se enquadram no gênero *hard law*, possuindo um maior nível de força, ao contrário do que acontece no *soft law*.

O *soft law* representa uma perspectiva ética dos compromissos e recomendações, detendo um grau de normatividade mais baixo e um maior nível de generalidade. De acordo com Clementino¹⁶¹, as regras advindas do *soft law*, muito utilizadas nas áreas de direito ambiental e econômico internacional, são consideradas como costumes apresentados de forma escrita, e, na atualidade, há organizações internacionais que focam suas recomendações na matéria de cooperação jurídica internacional.

Os princípios gerais de direito podem ser compreendidos como o conjunto geral de regras de direito que disciplina as relações internacionais, assim como podem ser entendidos como uma regra fundamental do Direito internacional ou, ainda, um meio pelo qual se qualifique uma regra particular¹⁶². São formas legítimas de expressão do direito das gentes, aceitos pelos Estados e incorporados em seus ordenamentos jurídicos¹⁶³.

Especificamente no contexto da cooperação jurídica internacional, há alguns princípios que ganham notoriedade em razão do papel que representam ao influenciar a dinâmica em seu momento de concretização. Desses princípios, irão ser destacados alguns que influenciam e possuem efetivo impacto na concretização da cooperação e, posteriormente serão tratados os princípios que podem se apresentar como limitações da cooperação jurídica internacional.

Moro¹⁶⁴ considera que o primeiro princípio a ganhar evidência “é o de que ela [a cooperação jurídica internacional] deve ser a mais ampla possível”, apesar de possuir contornos que a delimitam entendidos como exceção da regra. Em conjunto com a política da boa

¹⁵⁹ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. P. 137.

¹⁶⁰ REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 464 p. Disponível em: <[http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/700/1/Direito Internacional Público .pdf](http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/700/1/Direito%20Internacional%20P%C3%BAblico.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2018. P. 154.

¹⁶¹ CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. **Cooperação Jurídica Internacional Penal-Tributária e Transnacionalidade**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. P. 91.

¹⁶² CARREAU, Dominique; BICHARA, Jahyr Philippe. **Direito Internacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 876 p. P. 383.

¹⁶³ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira, op. cit., p. 153-154.

¹⁶⁴ MORO, Sergio Fernando. Cooperação jurídica internacional em casos criminais: considerações gerais. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 1. p. 15-58. P. 16.

vizinhança, esse princípio também envolve a recomendação de que quanto mais cooperar, mais os Estados irão se beneficiar, tendo em vista que caso haja menos cooperações, os únicos que acabam se beneficiando são os indivíduos que praticam crimes¹⁶⁵ e conseguem se esconder na teia transnacional.

O princípio *comitas gentium*, que representa a cortesia internacional, apresenta-se como fundamento do princípio da reciprocidade, um dos que mais contribuíram para o nascimento da cooperação jurídica internacional, tendo em vista que significa a solicitude em que um Estado aceitaria um pedido de ajuda advindo de outro Estado¹⁶⁶. Aplicado quando na ausência de Tratados ou Convenções, esse princípio estabelece que a cooperação pode ser realizada por meio da promessa de reciprocidade pela via diplomática¹⁶⁷.

Como bem destaca Ramos¹⁶⁸, nos casos dos Estados que não possuem tratados que versem sobre a cooperação em uma determinada matéria, há a possibilidade de acordos *ad hoc* em que se oferta essa promessa de reciprocidade no momento de realizar a cooperação jurídica internacional. Uma vez ofertada, o Estado que ofereceu se obriga a cumprir essa promessa em um momento posterior, caso o outro Estado faça um pedido de cooperação.

No que tange ao princípio da competência, ou legitimidade na origem, cumpre apenas a autoridade designada como competente no Estado para requerer uma assistência jurídica a outro Estado. Nesse contexto, a autoridade competente é denominada de Autoridade Central e cabe a cada país designar qual órgão nacional irá servir como uma. De forma geral, os Estados tendem a designar o Ministério da Justiça (como é o caso do Brasil), o órgão máximo do Ministério Público, ou, ainda, um órgão que seja vinculado ao Poder Judiciário¹⁶⁹.

No Brasil, dependendo do que é disposto em tratados ou Convenções e lei internas, o Novo Código de Processo Civil prevê quem deve ser a Autoridade Central, não se apresentando apenas na figura do Ministério da Justiça. Como bem destaca Ramos¹⁷⁰, nos casos em que a

¹⁶⁵ MORO, Sergio Fernando. Cooperação jurídica internacional em casos criminais: considerações gerais. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 1. p. 15-58. P. 17.

¹⁶⁶ ARAS, Vladimir. O papel da autoridade central nos acordos de cooperação penal internacional. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 2. P. 59- 98. P. 60

¹⁶⁷ RAMOS, André de Carvalho. Cooperação jurídica internacional e o diálogo das fontes no Direito Internacional Privado contemporâneo. **Rev. Secr. Trib. Perm. Revis.**, [s.l.], v. 5, n. 10, p.56-72, 10 out. 2017. Tribunal Permanente de Revisao do MERCOSUL. <http://dx.doi.org/10.16890/rstpr.a5.n10.p56>. Disponível em: <<http://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/viewFile/267/361>>. Acesso em: 24 maio 2018. P. 66.

¹⁶⁸ Ibid., P. 61.

¹⁶⁹ Idem. Estrutura da cooperação jurídica internacional e o novo direito internacional privado. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 163-180. P. 172.

¹⁷⁰ Ibid., p. 172-173.

Autoridade é o Ministério da Justiça, o pedido pode ser encaminhado ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), responsável pelos pedidos em geral, ou ao Departamento de Estrangeiros (DEEST), nos casos de extradição e transferência de presos.

As Autoridades Centrais possuem três funções básicas, a saber: receber e enviar solicitações de assistência jurídica, gerenciar com rapidez o processo de cooperação, analisando se as solicitações preenchem os requisitos dos tratados, por exemplo, e, capacitar e oferecer auxílio às autoridades públicas que necessitem nos casos em que não lhe cabe decidir sobre a matéria da cooperação¹⁷¹.

Em relação às formas da cooperação quanto a competência para decidir sobre o pedido, há as formas difusa e a concentrada. Na primeira, o Poder Judiciário de primeira instância é competente na cooperação passiva para exercer o juízo de admissibilidade formal da solicitação de cooperação, bem como pode dar seguimento à tramitação da solicitação, enquanto na forma concentrada, apenas um órgão é responsável para tratar da cooperação, prevendo, entretanto, a sua execução por outra autoridade judicial¹⁷².

Para Madruga¹⁷³, diante da redução de fronteiras no mundo atual, a cooperação jurídica internacional deve ser compreendida como fundamental para tratar das problemáticas internacionais que venham a surgir, não sendo suficiente apenas a celebração de acordos e criação de novas leis. Segundo o autor, os operadores do direito devem incorporar a cultura da cooperação a partir da solidariedade internacional, entendendo que os Estados devem ajudar uns aos outros para que possam resolver questões internacionais.

A partir desses entendimentos, ao perceber que a cooperação jurídica internacional é uma vertente do Direito Internacional com características próprias, é possível compreender que ela possui uma estrutura que também é própria de seu sistema. Em conformidade com Ramos¹⁷⁴, a estrutura da cooperação possui sujeitos, vias de comunicação, pedidos e veículo de transmissão do pedido como elementos.

¹⁷¹ RAMOS, André de Carvalho. Estrutura da cooperação jurídica internacional e o novo direito internacional privado. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 163-180. P. 171.

¹⁷² ALMEIDA, Bruno Rodrigues de. Apontamentos sobre a jurisprudência do STJ e do STF em matéria de procedimentos transnacionais de cooperação jurídica. **Rfd- Revista da Faculdade de Direito da Uerj**, [s.l.], n. 18, p.1-26, 7 abr. 2010. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rfd.2010.1355>. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1355>>. Acesso em: 18 ago. 2018. P. 4.

¹⁷³ MADRUGA, Antenor. O Brasil e a jurisprudência do STF na idade média da cooperação jurídica internacional. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, [s.l.], v. 13, n. 54, p.291-311, maio/jun 2005. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/40933>>. Acesso em: 19 ago. 2018. P. 296.

¹⁷⁴ RAMOS, André de Carvalho, op. cit., p. 167.

Por sujeitos da cooperação, entendem-se que são os que solicitam o pedido de auxílio jurídico ou os que são solicitados, podendo, dessa forma, ser imediatos (os Estados e Organizações Internacionais) ou mediatos (indivíduos que são afetados pela presença efetiva da cooperação ou pela sua denegação)¹⁷⁵.

Quanto às vias de comunicação, como o próprio nome sugere, são envolvidas as formas de comunicação entre o Estado que requer e o que é requerido, entendidas aqui como a via diplomática (canais diplomáticos), a via da Autoridade Central, via do contato direto (entre autoridades judiciárias) e vias simplificadas (como a via postal)¹⁷⁶.

Como preconiza Silva Júnior¹⁷⁷, a cooperação jurídica internacional pode ser ainda compreendida em direta e indireta a partir de seus instrumentos, em que a indireta envolve a carta rogatória, a homologação de sentença estrangeira e a extradição, situação em que o Estado que solicita a cooperação requer o cumprimento de sua decisão ao Estado requerido em seu território, enquanto a direta abarca o instrumento do auxílio direto, ocasião em que o Estado requerente solicita ao requerido para agir em seu nome ao dar prosseguimento a alguma diligência.

Dessa forma, as vias de comunicação são diretamente ligadas aos pedidos, que, por sua vez, são conectados e podem variar a partir dos instrumentos da cooperação jurídica internacional, também denominados de veículos, os quais serão estudados a seguir.

3.2 INSTRUMENTOS DE EFETIVAÇÃO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Existe um instrumento específico a depender do pedido de assistência desejado, podendo haver casos em que mais de um seja adequado. Dentre eles, tem-se a cooperação jurídica tradicional e clássica com os instrumentos de extradição, carta rogatória e reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras (conhecido no Brasil como homologação de sentença estrangeira), a cooperação de caráter jurisdicional com o auxílio direto, além de

¹⁷⁵ RAMOS, André de Carvalho. Estrutura da cooperação jurídica internacional e o novo direito internacional privado. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 163-180., p. 168.

¹⁷⁶ Ibid., p. 170 et seq.

¹⁷⁷ SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. **Curso de direito processual penal: teoria (constitucional) do processo penal**. 2. ed. Natal: Owl, 2015. 670 p. P. 255.

pedidos de informações sobre o direito de outro Estado e pedidos de transferência de processos e presos¹⁷⁸.

A partir dos tratados existentes que versam sobre a cooperação jurídica internacional e o artigo 27 do Código de Processo Civil, Ramos¹⁷⁹ consegue extrair alguns possíveis pedidos, afirmando serem cinco específicos: o pedido de envio (ou entrega) de pessoa, o pedido de assistência jurídica, o pedido de homologação de sentença estrangeira, o pedido de transferência de processos, e, por fim, o pedido de transferência de sentenciados, acrescentando-se ainda o pedido de obtenção de informações previsto no artigo 27.

O pedido de entrega de indivíduos para outro Estado está diretamente interligado ao instrumento da extradição, sendo considerado como o instrumento mais antigo e mais gravoso no âmbito da cooperação jurídica internacional. Desde a Antiguidade Oriental, os povos caldeus, egípcios e chineses já entregavam fugitivos por meio de uma reciprocidade forçada advinda de práticas religiosas em nome de suas respectivas deidades. Do lado Ocidental, a entrega de pessoas também já acontecia nesse período, sendo considerado um importante pacto que deveria ser respeitado e honrado¹⁸⁰.

Com o passar do tempo, a extradição foi evoluindo até o nascimento de seu sentido mais estrito durante o século XVIII. Nesse sentido, entende-se que a extradição consiste na modalidade de cooperação jurídica internacional em matéria penal em que um Estado solicita a outro Estado a entrega de um indivíduo para que este seja processado ou para que ele, já condenado, cumpra pena no Estado que realizou o pedido¹⁸¹.

À luz dos direitos fundamentais humanos, Casella, Accioly e Nascimento¹⁸² acrescentam a defesa dos direitos humanos do extraditando. De acordo com esses autores, o

¹⁷⁸ ARAÚJO, Nádia de. A importância da cooperação jurídica internacional para a atuação do Estado Brasileiro no plano interno e internacional. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça (Org.). **Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal**. 2.ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Cap. 14, p. 33-50. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/CartasRogatorias/Documentos/ManualEspedCRP.pdf>>. Acesso em 23 maio 2018. P. 37-38.

¹⁷⁹ RAMOS, André de Carvalho. Estrutura da cooperação jurídica internacional e o novo direito internacional privado. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 163-180. P. 177.

¹⁸⁰ BASSIOUNI, M. Cherif. International extradition in american practice and world public order. **Tennessee Law Review**, Tennessee, v. 36, n. 1, p.1-30, 1968. Disponível em: <<https://works.bepress.com/m-bassiouni/120/>>. Acesso em: 25 maio 2018. P. 1.

¹⁸¹ RAMOS, André de Carvalho. Cooperação jurídica internacional e o diálogo das fontes no Direito Internacional Privado contemporâneo. **Rev. Secr. Trib. Perm. Revis.**, [s.l.], v. 5, n. 10, p.56-72, 10 out. 2017. Tribunal Permanente de Revisao do MERCOSUL. <http://dx.doi.org/10.16890/rstpr.a5.n10.p56>. Disponível em: <<http://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/viewFile/267/361>>. Acesso em: 24 maio 2018. P. 58.

¹⁸² CASELLA, Paulo Borba; ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO, G. E. do. **Manual de direito internacional público**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 1357 p. Disponível em: <<http://noosfero.ucsul.br/articles/0010/3246/hildebrando-accioly-manual-de-direito-internacional.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2018. P. 761.

instrumento da extradição evita que o indivíduo deixe de ser responsabilizado por um crime que cometeu, porém, ao mesmo tempo, garante a ele que tenha um julgamento justo com todos os direitos e garantias de processo e de direito criminal como o contraditório e a ampla defesa, ambos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁸³.

A extradição, como assevera Fornazari Júnior¹⁸⁴, está presente no ordenamento jurídico brasileiro de duas formas, assim como os demais instrumentos da cooperação jurídica brasileira, a ativa (quando o Brasil é o Estado requerente) e a passiva (quando o Brasil é o Estado requerido). Na forma ativa, o pedido deve ser realizado pelo Poder Executivo, seguindo as regras previstas nos tratados firmados com o outro Estado ou seguindo o princípio da reciprocidade.

Quando o Brasil for o Estado requerido, além dos tratados firmados com o outro Estado, há também as regras internas encontradas no artigo 5º, LI e LII, da Constituição Federal¹⁸⁵, que determina os objetos da extradição, vedando que essa ocorra quando o indivíduo for brasileiro nato ou naturalizado (que não tenha cometido nenhum crime após o processo de naturalização) ou quando esse seja estrangeiro e tenha praticado crime político ou de opinião.

Além disso, o artigo 102, I, g da Magna Carta¹⁸⁶ e o artigo 9º, h do regimento interno do STF¹⁸⁷ tratam da competência do órgão que irá julgar os pedidos de extradição recebidos, enquanto a nova Lei de Migração trata dos requisitos e exigências para que o Brasil possa cumprir o pedido de extradição.

O art. 82 da Lei de Migração¹⁸⁸ prevê a existência de tratados ou de promessa de reciprocidade, além de outras exigências: que o Brasil já não seja competente para julgar o crime a depender do caso; que o fato considerado crime no Estado requerente seja também crime no Brasil (de acordo com o princípio da dupla incriminação); que caso tenha havido sentença penal transitada em julgado ou mandado de prisão, tenham sido emitidos pela autoridade competente; que o crime não tenha sido prescrito de acordo pelas normas brasileiras

¹⁸³ ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução nº 217 A III, de 10 de dezembro de 1948. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque, Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 25 maio 2018. Artigo 11.

¹⁸⁴ FORNAZARI JUNIOR, Milton. **Cooperação Jurídica Internacional: Auxílio direto penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 136 p. p. 24.

¹⁸⁵ BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº S/N, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. ed. Brasília, DF.

¹⁸⁶ BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº S/N, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. ed. Brasília, DF.

¹⁸⁷ STF. Regimento Interno nº S/N, de 2017. Atualizado até a Emenda Regimental n. 51. . Brasília, DF, Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_integral.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

¹⁸⁸ BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Lei de Migração**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 25 maio 2018.

e estrangeiras; que o extraditando não tenha praticado crimes políticos ou se ele já estiver respondendo pelo mesmo fato no Brasil; e que o extraditando não seja submetido a julgamento de tribunal de exceção.

Ademais, o artigo seguinte da Lei de Migração¹⁸⁹ determina que o crime deve ter sido cometido no território do Estado que esteja realizando o pedido e o Estado requerente não deve prender ou processar o extraditando por fatos anteriores ao do caso concreto, devendo ainda realizar detração penal quando cabível e comutar a pena privativa de liberdade quando tenha previsto em seu ordenamento jurídico interno pena corporal ou pena de morte em seu lugar.

Além dessas formas ativa e passiva da extradição, existem outras formas em que se apresenta, podendo ser voluntária (quando o extraditando consente e vai por sua própria vontade até o Estado requerente) ou imposta (quando o extraditando se opõe, fato que acontece comumente); ou, ainda, instrutória (quando a extradição é solicitada para que o extraditando se submeta a processo penal) ou executória (quando o pedido se refere para que o extraditando cumpra pena já imposta pelo Estado requerente).

A carta rogatória e o auxílio direto são os instrumentos utilizados nos casos de pedidos de assistência jurídica que possuem os mesmos objetivos, como oitivas de réus e testemunhas, passíveis de acontecer tanto em matéria penal quando em matéria cível, podendo envolver objetos de medidas preparatórias ou que sirvam para um desenvolvimento efetivo de um processo¹⁹⁰.

De cunho formal e burocrático, a carta rogatória surge a partir do Código Bustamante¹⁹¹ e foi introduzida posteriormente no Brasil por meio do Aviso Circular nº1 de 1847 em conjunto com a extradição, lidando com pedidos de natureza instrutória. Também disciplinada no Código de Processo Civil e no de Processo Penal, a carta rogatória contém um pedido que versa sobre solicitação de auxílio a algum processo ou procedimento, e, ultimamente, vem sendo substituída amplamente pelo auxílio direto.

Essa solicitação de atos processuais em um outro Estado, assim como no auxílio direto, tem por objetivo a produção, por exemplo, e a coleta de provas que consiga contribuir de algum

¹⁸⁹ BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Lei de Migração**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 25 maio 2018. Art. 83.

¹⁹⁰ RAMOS, André de Carvalho. Estrutura da cooperação jurídica internacional e o novo direito internacional privado. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 163-180. P. 177.

¹⁹¹ BRASIL. Decreto nº 18.871, de 13 de agosto de 1929. **Convenção de Direito Internacional Privado: Código de Bustamante**. Brasília, DF, Disponível em: <http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/codigo_de_bustamante-04.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

modo na instrução processual, devendo, para tanto, ser sempre expedida pela autoridade judicial competente para a autoridade competente do Estado requerido¹⁹². A carta rogatória é, assim, o meio de comunicação entre essas autoridades judiciárias dos Estados.

Além de servir para o cumprimento de atos instrutórios, a carta rogatória também se destina ao cumprimento de atos ordinatórios, como a citação, intimação e notificação de envolvidos e ainda de atos que possuem caráter restritivo e executório, como em casos de busca e apreensão e quebra de sigilo. Possui tratamento variável a partir das situações em que se encontra, pois, por exemplo, uma carta rogatória entre o Brasil e outro Estado-membro do MERCOSUL irá possuir certas regras que poderão ser diferentes das cartas rogatórias entre o Brasil e outro Estado com que tenha um tratado bilateral ou que não possua qualquer tratado sobre a matéria¹⁹³.

Pode-se demonstrar seu caráter formal a partir de seu trâmite no Brasil nos casos de carta rogatória ativa (quando o Brasil é o Estado requerente), em que o pedido parte do Tribunal, sendo enviado ao Ministério da Justiça (Autoridade Central), ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação internacional (DRCI), que, por sua vez, encaminhará ao Estado requerido¹⁹⁴.

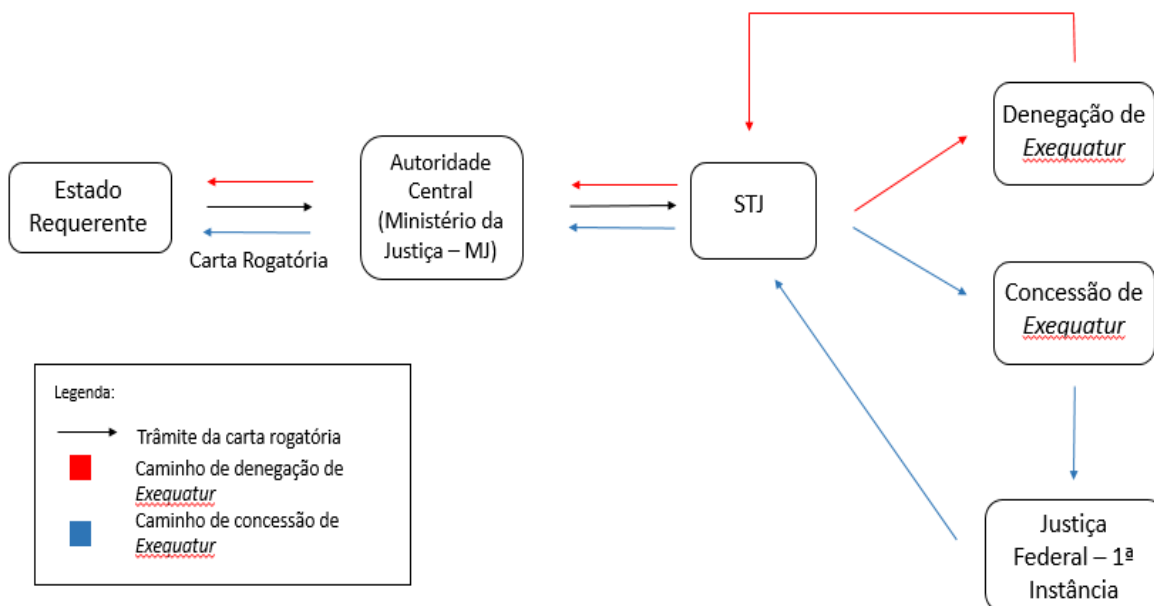
No caso da carta rogatória passiva, o trâmite é mais burocrático, como pode ser visto no fluxograma a seguir e depois explicitado.

¹⁹² LOULA, Maria Rosa Guimarães. Auxílio direto: novo instrumento de cooperação jurídica internacional civil. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 60.

¹⁹³ ARAÚJO, Nádia de. A importância da cooperação jurídica internacional para a atuação do Estado Brasileiro no plano interno e internacional. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça (Org.). **Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Cap. 14. p. 33-50. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/CartasRogatorias/Documentos/ManualExpedCRPenal.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2018. P. 41.

¹⁹⁴ FORNAZARI JUNIOR, Milton. **Cooperação Jurídica Internacional: Auxílio direto penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 136 p. p. 28.

Fluxograma 01: Trâmite da carta rogatória passiva



Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Observa-se que, em primeiro lugar, ao receber a solicitação do Estado requerente, a autoridade central irá analisar a documentação e, caso a carta rogatória não contenha todos os requisitos formais necessários, responderá ao requerente que o pedido foi realizado de forma inadequada e irá comunicar que esse complemente ou modifique os aspectos formais contidos.

Caso o pedido esteja adequado, a Autoridade Central irá encaminhar a carta rogatória ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que esse conceda um *exequatur*. Em conformidade com os preceitos de Silva¹⁹⁵, *exequatur* significa dar cumprimento a uma ordem, para que o pedido solicitado se efetive no Brasil e, para ser concedida, devem ser observadas quatro questões: a competência internacional da autoridade que decidiu realizar a solicitação, se há possibilidade de contraditório prévio, se não existe coisa julgada e se não consistir em ofensa à ordem pública¹⁹⁶.

A partir dessa observação, o STJ irá analisar essas quatro questões e poderá denegar o *exequatur*, cabendo à Autoridade Central comunicar ao Estado requerente da decisão¹⁹⁷. Caso o *exequatur* seja concedida, a carta rogatória será encaminhada à primeira instância da Justiça

¹⁹⁵ SILVA, Marco Antônio Marques da; FREITAS, Jayme Walner de. **Código de processo penal comentado**. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 991.

¹⁹⁶ BRASIL. Ricardo Andrade Saadi. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional. **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal: Cartilha**. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2015. 34 p. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-protecao/lavagem-de-dinheiro/institucional-2/publicacoes/arquivos/cartilha-penal-09-10-14-1.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2018. P. 20.

¹⁹⁷ Ibid., p. 22.

Federal, órgão responsável para executar o pedido, de acordo com o art. 216-V do regimento interno do STJ¹⁹⁸. Posteriormente, após o cumprimento dos procedimentos internos, a carta rogatória é encaminhada à Autoridade Central, que irá ser responsável por encaminhar a documentação solicitada para o Estado requerente.

Acerca das cartas rogatórias com função executória, responsáveis pelas medidas de provas como a quebra de sigilo bancário, bloqueio de contas e interceptação telefônica, Fornazari Júnior¹⁹⁹ afirma que o STF, quando ainda competente para tanto, costumava denegar o *exequatur* nesses casos, pois se exigia uma prévia sentença judicial transitada em julgado no Estado requerente, ocasionando várias negativas de cooperação passiva.

Entretanto, atualmente o entendimento atual após a Emenda Constitucional nº45 que determina ser o STJ o competente para lidar com essa modalidade de cooperação, consiste na admissibilidade de cartas rogatórias com função executória, esclarecendo-se que essa admissibilidade não afetaria a ordem pública ou a soberania²⁰⁰.

Além da carta rogatória, há o instrumento do auxílio direto nos casos em que o Estado deseje realizar um pedido de assistência jurídica internacional. Notadamente uma modalidade mais recente de cooperação, o auxílio direto possui como um de seus objetivos a rapidez e eficácia do tradicional procedimento exigido no caso da carta rogatória, que, como visto, é moroso em razão de sua excessiva formalidade.

Em razão de sua novidade, mesmo que o novo Código de Processo Civil trate sobre o auxílio direto e o projeto do Código de Processo Penal também o faça, é um instrumento muito utilizado nos últimos tempos, inclusive pelo Brasil, porém se observa que a legislação tende a ser incipiente quanto a suas características e requisitos, demonstrando uma necessidade de se criar uma lei específica no país que o regulamente, assim como os outros instrumentos da cooperação são devidamente regulamentados.

Prezando, portanto, pela celeridade e segurança da cooperação jurídica internacional, o auxílio direto não é contemplado com a presença de *exequatur* e medidas judiciais internas podem, inclusive, ser adotadas nos casos de auxílio passivo em que o Brasil é o Estado requerido. Situações que envolvem o auxílio direto podem ser exemplificadas desde

¹⁹⁸ STJ. Regimento Interno do Stj nº S/N, de 2018. Edição até a Emenda Regimental n. 30 de 22 de maio de 2018. **Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça**. Brasília, DF, Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/publicacaoinstitucional//index.php/Regimento/article/view/533/3398>>. Acesso em: 10 maio 2018.

¹⁹⁹ FORNAZARI JUNIOR, Milton. **Cooperação Jurídica Internacional: Auxílio direto penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 136 p. p. 30.

²⁰⁰ SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. **Curso de direito processual penal: teoria (constitucional) do processo penal**. 2. ed. Natal: Owl, 2015. 670 p. P. 254.

comunicação de atos processuais à obtenção de provas como o próprio sigilo bancário²⁰¹ (assim como acontece na carta rogatória).

Como preceitua Pires Júnior²⁰², o auxílio direto permite que o pedido de assistência jurídica seja encaminhado diretamente ao juiz federal de primeira instância competente para o caso em questão, encaminhado pela Autoridade Central e dispensando o juízo de delibação advindo do STJ. Com o intuito de demonstrar a efetividade desse instrumento, o autor apresenta os dados que de 2004 a 2014, foram tramitados 43,5 mil pedidos de cooperação entre o Brasil e outros países.

Abade²⁰³ pondera algumas características próprias do auxílio direto para uma melhor compreensão desse instrumento. O auxílio direto necessita que o pedido seja advindo do Poder Judiciário estrangeiro, devendo esse aceitar que serão tomadas providências de acordo com o direito interno, como o encaminhamento do pedido pela Autoridade Central para o Ministério Público Federal nos casos que no Brasil necessitem autorização judicial específica para realização de diligências²⁰⁴.

Além dessas características, o auxílio direto é considerado pela autora como um procedimento nacional, cabendo inclusive à autoridade judicial brasileira a análise do mérito da questão. É, nessa forma, diferente do que acontece na carta rogatória, visto que o *exequatur* não admite revisão de mérito de razões advindos de autoridades estrangeiras.

O Poder Executivo exerce um papel importante no auxílio direto, sendo considerada outra característica desse instrumento, pois é ele que pode apreciar os fatos e encaminhar (por ser a Autoridade Central no caso) o pedido de cooperação para o órgão interno competente. Ademais, o auxílio direto, como pode ser advindo de tratado ou promessa de reciprocidade, assim como a carta rogatória, possui o que se denomina de *lex specialis* na existência de tratados, pois é estabelecido nesses um veículo específico para a assistência jurídica²⁰⁵.

²⁰¹ BRASIL. Ricardo Andrade Saadi. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional. **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal: Cartilha**. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2015. 34 p. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-protecao/lavagem-de-dinheiro/institucional-2/publicacoes/arquivos/cartilha-penal-09-10-14-1.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2018. P. 21.

²⁰² PIRES JÚNIOR, Paulo Abrão. O papel da cooperação jurídica internacional. In BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça (Org.). **Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Cap. 14. p. 33-50. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/CartasRogatorias/Documentos/ManualExpedCRPenal.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2018. P. 17.

²⁰³ ABADE, Denise Neves. Convivência entre instrumentos cooperacionais: a carta rogatória e o auxílio direto. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 306-329. P. 317.

²⁰⁴ Ibid., p. 316.

²⁰⁵ Ibid., p. 316-319.

O instrumento da homologação de sentença estrangeira abrange, por sua vez, a terceira espécie de possível pedido a ser realizado na área da cooperação jurídica internacional para que uma sentença possa ser executada em outro Estado envolvendo uma circulação internacional de julgados, que demonstra a efetividade do sistema internacional atual.

Como afirma Araújo²⁰⁶, se é admitida a aplicação de lei estrangeira em casos de ação interna no âmbito do Direito Internacional privado, a eficácia da sentença proferida em outro país também deve ser reconhecida. Outrossim, a homologação de sentença estrangeira adquire caráter de ação com natureza jurisdicional, cabendo ao STJ julgar o mérito e aceitá-la ou não.

A homologação está prevista, em conjunto da carta rogatória, no artigo 105, I, i da Constituição Federal²⁰⁷ que atribui ao STJ essa competência a partir da Emenda Constitucional nº45²⁰⁸, pois, até então, a competência para homologar as sentenças era do STF. Segundo Câmara²⁰⁹, a competência foi alterada para, principalmente, retirar do STF as competências não constitucionais que lhe eram atribuídas.

Com a finalidade de evitar que a soberania dos Estados requeridos seja afetada nos casos de homologação em razão de que, em teoria, estariam executando decisões proferidas a partir de outros ordenamentos jurídicos, Japiassú e Pugliese afirmam que, em matéria penal, a homologação é “inexequível do ponto de vista do seu conteúdo penal-material, mas admitida quando a aplicação da lei brasileira produzir na espécie as mesmas consequências”²¹⁰.

Ramos²¹¹ destaca, ainda, o pedido de transferência de processos e de sentenciados, análogo à homologação de sentença estrangeira. O primeiro consiste na solicitação realizada

²⁰⁶ ARAÚJO, Nádia de. A importância da cooperação jurídica internacional para a atuação do Estado Brasileiro no plano interno e internacional. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça (Org.). **Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Cap. 14. p. 33-50. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/CartasRogatorias/Documentos/ManualExpedCRPenal.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2018. P. 39.

²⁰⁷ BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº S/N, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. ed. Brasília, DF.

²⁰⁸ BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (2004). Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

²⁰⁹ CÂMARA, Alexandre Freitas. A Emenda Constitucional 45/2004 e a homologação de sentença estrangeira: primeiras impressões. In: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (Org.). **O Direito internacional contemporâneo: Estudos em homenagem ao Professor Jacob Dolinger**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. Cap. 1. p. 1-8. P. 1.

²¹⁰ JAPIASSÚ, Carlos Eduardo A.; PUGLIESE, Yuri Sahione. A cooperação internacional em matéria penal no direito brasileiro. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 197-223. P. 206.

²¹¹ RAMOS, André de Carvalho. Estrutura da cooperação jurídica internacional e o novo direito internacional privado. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 163-180. P. 177.

por um Estado para que o processo em questão seja remetido a outro Estado para que aconteça seu efetivo desenvolvimento. Já o segundo, disposto a partir da Declaração de Caracas, objetiva a transferência de presos entre os Estados participantes da questão, devendo ser observados o interesse do preso, a concordância dos Estados envolvidos e o consentimento do próprio preso²¹².

De caráter mais humanitário, esse instrumento da cooperação visa oferecer ao sentenciado a chance de ele cumprir a pena privativa de liberdade em seu país de origem ou residência, ainda que tenha praticado e sido julgado em outro Estado. A competência desse instrumento recai ao poder executivo da União, não sendo necessário, portanto, qualquer homologação pelo STJ²¹³.

A partir do exposto, verifica-se que a cooperação jurídica internacional possui instrumentos para ser concretizada, os quais contêm regras e peculiaridades que variam de acordo com suas especificidades. Além disso, ao analisar os princípios que regem essa vertente do Direito Internacional, em conjunto com os seus fundamentos e instrumentos, percebe-se que a cooperação jurídica internacional em seu sentido geral possui limites tracejados – fator importante a ser estudado.

3.3 LIMITAÇÕES E DESAFIOS DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Ao considerar o fenômeno da globalização, relacionando-o com os crimes transnacionais e a cooperação jurídica internacional, vislumbra-se uma necessidade de encontrar meios que possibilitem os Estados a cooperar e, simultaneamente, de limitá-los para que os fundamentos do direito não sejam desrespeitados²¹⁴.

No estudo desses limites, constata-se a presença de três conceitos que os delineiam: a soberania, a dignidade da pessoa humana e a ordem pública. Nesse sentido, o Brasil os prevê no regimento interno do STJ²¹⁵, no art. 216-P, e na Lei de Introdução às normas do Direito

²¹² FORNAZARI JUNIOR, Milton. **Cooperação Jurídica Internacional**: Auxílio direto penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 136 p. p. 37.

²¹³ Ibid., p. 38.

²¹⁴ GIACOMOLLI, Nereu José; DIETRICH, Eduardo Dalla Rosa. Necessidade e limites na cooperação jurídica internacional em matéria criminal: ordem pública e especialidade. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; CHOUKR, Fauzi Hassan (Org.). *Cooperação Jurídica Internacional*. Belo Horizonte: Fórum, 2014. P. 257-284. P. 258.

²¹⁵ STJ. Regimento Interno do Stj nº S/N, de 2018. Edição até a Emenda Regimental n. 30 de 22 de maio de 2018. **Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça**. Brasília, DF, Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/publicacaoainstitucional//index.php/Regimento/article/view/533/3398>>. Acesso em: 10 maio 2018.

Brasileiro (LINDB)²¹⁶, em seu art. 17²¹⁷. Tais dispositivos determinam que medidas processuais e decisões judiciais não deverão ser revestidas de qualquer eficácia caso acabem por ofender esses preceitos.

Cada um desses conceitos, por sua vez, origina e fundamenta conceitos menores que também são capazes de oferecer contornos limitadores aos instrumentos da cooperação jurídica internacional, previstos tanto nos tratados quanto nas legislações internas de cada Estado. Geralmente apresentados na forma de princípios, podem ser utilizados como justificativas diante da opção de não cooperar, tratados a seguir. Ressalta-se que por motivo de maior relevância nesse estudo, alguns serão discutidos mais à frente para que possam ser devidamente compreendidos.

Acerca da soberania, nota-se que apesar dos evidentes esforços dos sujeitos do Direito Internacional em prol das medidas essenciais para uma vida melhor em aldeia global por meio da cooperação, é evidente que esse elemento estabelecido na Ordem Internacional Westfaliana ainda possui um valor intrínseco nas estruturas estatais. Mesmo que a cooperação jurídica internacional tenha sido idealizada levando em consideração a soberania dos Estados e propondo a viabilização de atos fora dos limites territoriais nacionais, com o intuito de impedir que um Estado invada os limites territoriais do outro Estado a fim de cooperar²¹⁸, há quem sustente que são elementos opostos.

Essa sustentação, considerada retrógrada, constituía o antigo posicionamento brasileiro no que tange à homologação de sentença estrangeira em matéria penal, situação em que o Brasil não aceitava qualquer reconhecimento de efeitos penais e lhe negava qualquer provimento, alegando ofensa à soberania nacional²¹⁹.

Contudo, de forma a evoluir com os novos conceitos e nova realidade da sociedade global, o Brasil adequou seu entendimento no que diz respeito às homologações de sentença

²¹⁶ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**: LINDB. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De14657compilado.htm>. Acesso em: 29 jun. 2018.

²¹⁷ Além desses dispositivos, o projeto de lei do novo código de processo penal apresenta em seu art. 695 a mesma previsão de recusa à cooperação caso o seu objeto ofenda a ordem pública. O projeto possui um título específico de cooperação jurídica internacional em matéria penal, abordando regras e os instrumentos de forma específica. (BRASIL. **Projeto de Lei nº 8045**, de 2010. Novo Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2C714D71817245D196702579A365F8E6.proposicoesWebExterno1?codteor=1638152&filename=PL+8045/2010>. Acesso em: 18 ago. 2018)

²¹⁸ CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. **Cooperação Jurídica Internacional Penal-Tributária e Transnacionalidade**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. p. 94.

²¹⁹ JAPIASSÚ, Carlos Eduardo A.; PUGLIESE, Yuri Sahione. A cooperação internacional em matéria penal no direito brasileiro. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 197-223. P. 205.

penal estrangeira, permitindo-as nos casos que se enquadrem ao art. 9º do Código Penal²²⁰. Ou seja, permite-se a homologação, desde que não importe na imposição do cumprimento da pena, permitindo apenas que haja possibilidade de reparação civil do dano ou sua sujeição à medida de segurança.

O julgamento referente à homologação da sentença estrangeira de número 5.705²²¹, na época em que o órgão competente ainda era o STF, demonstra a mudança de posicionamento brasileiro acerca da não homologação dos casos em que contenha execução penal do acusado, sendo esse caso de decretação de prisão de pessoa domiciliada no Brasil, deixando claro o motivo da denegação ser considerado uma ofensa à soberania nacional. O Ministro Relator Celso de Mello²²², em sua decisão, remete ao processo histórico em que o Brasil não admitia a possibilidade das homologações de sentenças penais estrangeiras, mas ressalta o seu argumento elevando a intangibilidade da soberania nacional disposta na Constituição Federal de 1988.

Advindo do conceito de soberania e seu contexto, o princípio da especialidade envolve um aspecto processual, significando que o Estado poderá apenas solicitar uma medida de cooperação a outro Estado se essa solicitação se encaixar nos termos exigidos pelo Estado requerido²²³. Além disso, esse princípio prevê que o Estado que obteve auxílio jurídico na produção de provas, por exemplo, só possa utilizá-las no processo que originou o pedido, não podendo então utilizar o mesmo produto da cooperação em distintos processos em razão de sua especialidade.

Esse princípio determina que os objetos adquiridos mediante cumprimento de pedido de cooperação, em regra, não devem ser compartilhados com outros procedimentos ou questões judiciais que não sejam os iniciais, salvo os casos em que o Estado requerido assim o autorize. Giacomolli e Diettrich²²⁴ dissertam que o princípio da especialidade é facilmente observado na extradição, já que uma vez realizada o Estado que a requereu só poderá julgar o indivíduo nos

²²⁰ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto-lei nº 3.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 28 maio 2018.

²²¹ Caso referente a sentença penal estrangeira e decretação da prisão de pessoa domiciliada no Brasil, em que foi decidido a impossibilidade de homologação pelo STF, alegando-se ofensa à soberania nacional. (STF. Sentença Estrangeira nº 5.705. Giane Deise Duarte Maranhão e outros. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, DF, 17 de março de 1998. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19162782/sentenca-estrangeira-se-5705-eu-stf>>. Acesso em: 28 maio 2018).

²²² STF, idem, loc. Cit.

²²³ CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. **Cooperação Jurídica Internacional Penal-Tributária e Transnacionalidade**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. P. 146.

²²⁴ GIACOMOLLI, Nereu José; DIETRICH, Eduardo Dalla Rosa. Necessidade e limites na cooperação jurídica internacional em matéria criminal: ordem pública e especialidade. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; CHOUKR, Fauzi Hassan (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 257-284. P. 277.

moldes da sua solicitação anterior; e nos casos de pedido de assistência jurídica internacional, com o intuito de evitar desvios de finalidade e, também, evitar que o devido processo legal seja desrespeitado.

Em sentido oposto a essa limitação, demonstrando que no âmbito da cooperação jurídica os limites podem também não ser totalmente absolutos, Giacomolli e Diettrich²²⁵ destacam o caso do tratado assinado entre Brasil e Estados Unidos, denominado de Acordo de Assistência Judiciária (MLAT)²²⁶. Contrariamente ao que o princípio da especialidade alega, esse tratado admite como regra a possibilidade de compartilhamento de informações e provas entre os dois Estados, prevendo a possibilidade de, caso necessário, o Estado requerido poder solicitar que o objeto da cooperação seja restrito²²⁷.

No âmbito da cooperação jurídica internacional no Brasil, há casos em que o princípio da especialidade deixou de ser utilizado para dar lugar à conexão probatória internacional, caso em que dois ou mais Estados são competentes para julgar uma mesma pessoa por fatos diversos, tendo as provas, entretanto como ponto em comum, o que pode culminar na transferência de procedimentos penais²²⁸.

Seguindo um raciocínio semelhante, o princípio *locus regit actum* determina que a partir das regras formais que um Estado adota para que possa ser solicitado a cooperar, ele tem o direito de escolher não cooperar caso essas regras não sejam cumpridas²²⁹. A existência desse princípio apresenta um apoio evidente à soberania dos Estados e, portanto, é também compreendido como um princípio limitador da cooperação jurídica internacional. É a partir dele que se considera que, salvo os casos que já são previstos em tratados específicos, as regras para

²²⁵ GIACOMOLLI, Nereu José; DIETRICH, Eduardo Dalla Rosa. Necessidade e limites na cooperação jurídica internacional em matéria criminal: ordem pública e especialidade. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; CHOUKR, Fauzi Hassan (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 257-284. P. 279.

²²⁶ Tradução livre: Mutual Legal Assistance - MLAT

²²⁷ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 3.810, de 02 de maio de 2001. Promulga o Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Brasília, em 14 de outubro de 1997, corrigido em sua versão em português, por troca de Notas, em 15 de fevereiro de 2001.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3810.htm>. Acesso em: 29 maio 2018. Artigo VII, 1.

²²⁸ É o caso de Paulo Maluf, que respondia simultaneamente a processos penais no Brasil, França, Ilhas Jersey, Luxemburgo e Suíça por crimes a ele imputados, relacionados entre si. O pedido de transferência dos procedimentos penais para o Brasil foi deferido, bem como foi deferido o processo de medidas de cooperação jurídica internacional. Cf. STF. Ação Penal nº 863. Réu: Paulo Maluf. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 14 de maio de 2018. p. 1-11. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/maluf.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018. P. 2-3.

²²⁹ CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. **Cooperação Jurídica Internacional Penal-Tributária e Transnacionalidade**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. P. 145-146.

cumprimento das solicitações de cooperação dependem do Estado requerido e o Estado requerente não poderá impor suas próprias normas²³⁰.

Considerado pela doutrina como forte motivo para não cooperar, o desrespeito aos direitos humanos fundamentais é diretamente relacionado ao conceito da dignidade da pessoa humana e pode ser percebido em tratados como o artigo 3º da Convenção Europeia de Direitos Humanos²³¹, o qual determina que ninguém deve ser submetido à tortura ou a tratamento desumano. Caso desrespeitado, o Estado requerido pode facilmente utilizar esse fato como justificativa para não cooperar, como foi o caso entre os Estados Unidos e o Reino Unido com a presença do instrumento da extradição.

Nesse *leading case* conhecido como *Soering vs. Reino Unido*²³², houve um homicídio nos Estados Unidos e o acusado, alguns meses após o acontecido, voltou para o Reino Unido. Sabendo disso, a Corte norte-americana indiciou Soering pelos crimes e o Estado requereu a sua extradição ao Reino Unido. Entendendo que poderia ser condenado com pena de morte, que o processo de julgamento e espera no corredor da morte seria degradante, Soering apelou para a Comissão e Corte Europeia de Direitos Humanos evocando o artigo 3º da Convenção, alegando que os tratamentos que poderia receber nos Estados Unidos seriam degradantes e violariam os direitos humanos.

Em 1989, a Corte Europeia de Direitos Humanos, de forma unânime, decidiu que o artigo 3º da Convenção poderia ser aplicado ao caso de Soering, a partir do perigo real que o acusado corria de sofrer tratamento degradante com uma longa espera e angústia que poderia culminar em pena de morte, se os Estados Unidos não se comprometessem a invalidar a opção de pena de morte em situação de condenação de Soering. Posteriormente, os Estados Unidos se comprometeram com a medida de que caso extraditado, Soering não iria sofrer esse percurso até a pena de morte. Assim foi aprovado o pedido de extradição, o qual levou o acusado a ser condenado pela justiça à pena privativa de liberdade.

No âmbito da dignidade da pessoa humana, ainda na extradição, tendo em vista ser um dos instrumentos que estão mais ligados de forma direta com a dignidade, há um contraste

²³⁰ MORO, Sergio Fernando. Cooperação jurídica internacional em casos criminais: considerações gerais. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 1. p. 15-58. P. 28.

²³¹ CONSELHO DA EUROPA. Convenção Europeia, de 04 de novembro de 1950. **Convenção Para A Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais**. Roma, Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=536&IID=4>>. Acesso em: 28 maio 2018.

²³² UNIÃO EUROPEIA. Corte Europeia de Direitos Humanos. *Soering V. The United Kingdom* nº 14038/88. Luxemburgo, 07 de julho de 1989. Luxemburgo, . Disponível em: <<http://www.asylumlawdatabase.eu/en/content/ecthr-soering-v-united-kingdom-application-no-1403888-7-july-1989>>. Acesso em: 28 maio 2018.

específico oferecido à cooperação jurídica internacional: o princípio da não devolução (também chamado de princípio do *non-refoulement*) como direito fundamental garantido aos refugiados. Prática internacional que passou a ser aceita após a Primeira Guerra Mundial, foi concebido como princípio apenas em 1951 pela Convenção Relativa ao Estatuto internacional dos Refugiados em seu artigo 3º²³³.

De acordo com o artigo supracitado, nenhum dos Estados que concordaram com a Convenção poderá extraditar um refugiado de seu território para outro que signifique que sua vida ou sua liberdade estejam ameaçadas. Para melhor entendimento acerca do tema, por refugiado, entende-se, a partir da Convenção em seu artigo 1A(2)²³⁴, como o indivíduo que corre temores de perseguição em virtude à sua raça, religião, nacionalidade, associação a um grupo social específico ou opinião política e que se encontre fora de seu país de origem.

O princípio da não devolução é, portanto, considerado, antes de tudo, como parte do direito internacional consuetudinário tendo em vista sua prática aceita antes mesmo de ser determinado de forma escrita. Assim, é compreendido com status de norma *jus cogens* – que, ao contrário das normas do *soft law*, é aceita e reconhecida pela sociedade internacional, não pode ser derogada nem por tratados e nem por outros costumes²³⁵ –, e possui um caráter de generalidade, alcançando assim toda a comunidade internacional de forma absoluta, universal e extensa²³⁶.

Nas ocasiões em que o Estado se vê diante da obrigação de cooperar por meio do pedido de extradição e caso seja observado que o indivíduo em questão se enquadra de fato na categoria de refugiado, terá que ser analisada a hierarquia das obrigações disposta no artigo 103 e os artigos 55(c) e 56 da Carta das Nações Unidas²³⁷. A partir dessas ferramentas, verifica-se que os direitos humanos, nessas situações, deverão sempre se sobressair em relação à obrigação de cooperar.

²³³ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 50.215, de 28 de janeiro de 1961. Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50215.htm>. Acesso em: 28 maio 2018.

²³⁴ Ibid.

²³⁵ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. P. 132

²³⁶ CASTRO, Christiano Alves Monteiro de; ALVIM, Eduardo Reis; ALVES, Marcos Fernando Cordeiro. Jus Cogens: Origem, conceito, elementos informadores, hierarquia e fontes. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**: CEDIN, Belo Horizonte, p.368-384, jan./jun. 2016. Semestral. Disponível em: <<http://centrodireitointernacional.com.br/wp-content/uploads/2014/05/JUS-COGENS-ORIGEM-CONCEITO-ELEMENTOS-INFORMADORES-HIERARQUIA-E-FONTES.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

²³⁷ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 28 maio 2018.

Leva-se em consideração que a análise do pedido de extradição deve ser interrompida frente à solicitação de refúgio do mesmo indivíduo em questão. Ou seja, mesmo que a extradição já esteja encaminhada, a solicitação de refúgio deverá ter prioridade e pode ser analisada separadamente²³⁸.

Em se tratando do entendimento do Brasil acerca do assunto, ainda se pode ir mais além, com base na compreensão de que os direitos fundamentais a serem protegidos embarcam também as garantias individuais garantidas pela Constituição Federal e o respectivo devido processo legal. Inclui, portanto, a ampla defesa, o contraditório, igualdade entre as partes, imparcialidade do Magistrado, entre outras garantias.

A exemplo desse posicionamento brasileiro, no caso de extradição número 897 requerido pela República Tcheca²³⁹, o STF declara em sua decisão que não deve autorizar o pedido de extradição caso seja demonstrado que o Estado requerente não é capaz de assegurar no caso os direitos básicos e o devido processo legal, a partir do dever do país em assegurar as liberdades públicas fundamentais.

Por si só, a extradição é o instrumento da cooperação jurídica internacional que mais traz consigo limitações de aplicação em razão de seu caráter gravoso. O já mencionado art. 82 da Lei de Migração acaba limitando esse instrumento ao passo em que define seus requisitos. Desses limites, destaca-se extradição nos casos de crimes políticos, interpretada como uma garantia de juridicidade da cooperação.

No cenário em que nasce o instrumento da extradição, na antiguidade, verifica-se que por vezes era utilizada como instrumento de opressão contra quem se insurgisse ao poder monárquico da época. Assim, para evitar que esta situação voltasse a acontecer, com a evolução do sistema de extradição, determinou-se a sua proibição nos casos de crimes políticos²⁴⁰.

No contexto da extradição nos casos de crimes políticos, o famoso caso de Cesare Battisti, o italiano ativista de extrema-esquerda ligado ao grupo armado Proletários Armados

²³⁸ FONSECA, Pietra da. **A extradição e o princípio da não devolução no direito internacional dos refugiados**. 2014. 39 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2014_2/pietra_ferrapoutof.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

²³⁹ Caso referente a condenação pelo delito de estelionato, em que o Estado que requereu a extradição não se mostrou capaz de assegurar ao extraditando os seus direitos básicos. (STF. Extradição nº 897, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 23/09/2004, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 18-02-2005 PP-00005 EMENT VOL-02180-01 PP-00018 RTJ VOL-00193-02 PP-00440. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000093649&base=baseAcordaos>). Acesso em 26 jul 2018.

²⁴⁰ CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. **Cooperação Jurídica Internacional Penal-Tributária e Transnacionalidade**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. P. 146.

pelo Comunismo (PAC), salta aos olhos como título exemplificativo. Condenado pela Corte italiana à prisão perpétua em razão de quatro homicídios, Cesare tentou se refugiar na França, que aceitou ao pedido de extradição realizado pela Itália e, posteriormente, veio ao Brasil²⁴¹.

O Ministro da Justiça do Brasil concedeu status de refugiado a Cesare Battisti em razão da observação de fundado temor de perseguição por motivação política, ao passo em que a Itália solicitou ao Brasil a sua extradição. O STF, entretanto, em análise posterior, entendeu que os crimes envolvidos no caso eram comuns, e não políticos, anulando, dessa forma, o status de refugiado.²⁴²

Ainda assim, Luís Inácio Lula da Silva, o Presidente da República na época, decidiu que apesar da decisão favorável do STF em extraditar Battisti, essa não seria cabível em razão de ele ser um militante político. Nesse caso, a proteção constitucional conferida contra a extradição por crimes políticos prevaleceu em detrimento ao tratado de extradição firmado entre os Estados envolvidos, demonstrando o caráter limitador presente no caso²⁴³.

Determinada pelo art. 5º, LI, da Constituição²⁴⁴ e também prevista no art. 82 da Lei de Migração, a proibição da extradição de brasileiros natos merece ser destacada em razão do perigo da proteção de nacionais de crimes cometidos em outro país, pois, aplicado de forma absoluta, ainda que em respeito ao direito interno, poderia implicar impunidade de crimes graves²⁴⁵. O caso da brasileira Cláudia Cristina Sobral²⁴⁶ demonstra a linha tênue entre proteção de nacionais absoluta e cooperação jurídica.

Casada com um norte-americano, a partir das investigações policiais dos Estados Unidos, a extraditanda se encontrou como principal suspeita do homicídio de seu marido, fato que fez com que os Estados Unidos solicitassem sua extradição. Em uma primeira análise,

²⁴¹ VELLOSO, Carlos Mário da Silva. Extradicação: Caso Cesare Battisti: República Italiana: concessão de refúgio pelo Ministro da Justiça: controle jurisdicional do Alto de Concessão. In PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; CHOUKR, Fauzi Hassan (Coord.). **Cooperação jurídica internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 91-128. *Passim*.

²⁴² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Petição Avulsa na Extradicação 1.085 nº S/N. Governo da Itália. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, DF, 08 de junho de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630001>>. Acesso em: 23 jul. 2018. P. 10; 85.

²⁴³ *Ibid.*, p. 6.

²⁴⁴ BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº S/N, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. ed. Brasília, DF.

²⁴⁵ MORO, Sergio Fernando. Cooperação jurídica internacional em casos criminais: considerações gerais. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 1. p. 15-58. P. 33.

²⁴⁶ BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria 2.465, de 3 de julho de 2013. DOU. Seção 1, 4 jul. 2013. Disponível em < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/56295671/dou-secao-1-04-07-2013-pg-33>>. Acesso em 28 maio 2018.

aplicaria-se o limite da extradição, que deveria ser denegada em virtude da extraditanda ser uma brasileira nata²⁴⁷.

Porém, o caso ganhou maior visibilidade quando foi verificado que Cláudia requereu, de forma voluntária, a nacionalidade norte-americana em 1999, renunciando fidelidade e soberania a qualquer outro Estado. Essa situação se encaixa na hipótese de perda da nacionalidade do brasileiro nato prevista no art. 12, § 4º, II da Constituição Federal²⁴⁸. Em 2017, o STF autorizou o pedido de extradição de Cláudia aos Estados Unidos com a constatação de que ela de fato havia perdido seu status de brasileira nata, com a ressalva de que os Estados Unidos se comprometessem a comutar eventual pena de morte em pena privativa de liberdade em prol dos princípios do Estado de Direito do Brasil²⁴⁹.

A regra da não extradição de brasileiros natos, inclusive, é prevista no Brasil desde a Constituição de 1934 e pode ser entendida como uma das consequências da revolução constitucionalista de 1932, em que se pretendia melhorar as condições de vida dos brasileiros. Faz sentido a adoção da proteção ao brasileiro nato para que não seja extraditado e possa sofrer consequências piores do que aconteceria no Brasil, entretanto, esse não pode ser um fato que motive brasileiros a praticar delitos fora do país. O caso abordado parece evitar a impunidade, ao mesmo tempo em que não desrespeita a letra da lei.

Acerca da ordem pública, o terceiro maior conceito que traceja os limites da cooperação jurídica internacional, Giacomolli e Diettrich²⁵⁰ percebem que sua proteção não é apenas prevista no direito interno brasileiro, sendo possível ser observada em tratados internacionais como fundamentação de possível denegação de solicitação de cooperação, como por exemplo, o artigo 18, §21, b da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional²⁵¹.

²⁴⁷ BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria 2.465, de 3 de julho de 2013. DOU. Seção 1, 4 jul. 2013. Disponível em < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/56295671/dou-secao-1-04-07-2013-pg-33>>. Acesso em 28 maio 2018.

²⁴⁸ BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº S/N, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. ed. Brasília, DF.

²⁴⁹ Nesse sentido, cf. FAVARO, Luciano Monti. Perda da nacionalidade brasileira nata: Possibilidade de extradição. Análise da decisão do STF no MS 33.864/DF. **Conpedi/uminho**, Florianópolis, p.156-176, 2017. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/pi88duoz/fik89gls/m51186K0HY4KhpQu.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

²⁵⁰ GIACOMOLLI, Nereu José; DIETRICH, Eduardo Dalla Rosa. Necessidade e limites na cooperação jurídica internacional em matéria criminal: ordem pública e especialidade. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; CHOUKR, Fauzi Hassan (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 257-284. P. 271.

²⁵¹ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm>. Acesso em: 29 maio 2018.

Os autores²⁵² asseveram que ela pode ser entendida sob o viés do Direito Internacional privado, o qual atribui a essa proteção a finalidade de assegurar as relações jurídicas no cenário internacional com o intuito de evitar que situações anômalas venham a acontecer e perturbar os princípios dos direitos de cada Estado, e o Direito Constitucional, que atribui à Constituição o papel de elemento central da ordem pública do Brasil.

No âmbito da cooperação jurídica internacional, entretanto, a ordem pública é considerada como um dos valores essenciais de todo o ordenamento jurídico do direito interno, e, sua respectiva proteção funciona como um freio jurídico, limitando, assim, as medidas de cooperação que venham afetar esses valores. O problema reside na ausência de uma exata definição do que é englobado pela ordem pública e o que não é²⁵³.

Esse problema dá abertura para duas espécies de interpretações, uma expansiva e outra restritiva. Giacomolli e Diettrich²⁵⁴ alegam que em uma interpretação expansiva, considerando a ordem pública como todo o ordenamento jurídico, tornaria as medidas de cooperação jurídica internacional inviáveis a partir da ideia de que pode haver normas de Direito Internacional que se confrontam diretamente com normas do direito interno. A interpretação restrita, por outro lado, também é capaz de apresentar um quadro sintomático, pois poderia obrigar o Estado a tomar medidas que violam diretamente seus valores, direitos e garantias internas.

Em relação à ordem pública e o instrumento da carta rogatória de cunho executório, faz-se mister destacar que o STF, quando era competente para apreciá-lo, entendia pela proibição de sua concessão, tendo em vista que seria caso de ofensa à ordem pública. Em conformidade com Madruga²⁵⁵, esse posicionamento era retrógrado e paradoxal, pois se permitia a extradição, que envolvia pessoas, mas não a cooperação que tratasse, por exemplo, de quebra de sigilos legais.

Seguindo essa linha de raciocínio, o STJ, quando passou a ser o órgão competente para analisar esses pedidos, modificou o entendimento quanto às cartas rogatórias executórias, passando a defender que a ordem pública e a soberania não seriam afetadas com a concessão

²⁵² GIACOMOLLI, Nereu José; DIETRICH, Eduardo Dalla Rosa. Necessidade e limites na cooperação jurídica internacional em matéria criminal: ordem pública e especialidade. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; CHOUKR, Fauzi Hassan (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 257-284.P. 271.

²⁵³Ibid., p. 272.

²⁵⁴Ibid., p. 272-273.

²⁵⁵MADRUGA, Antenor. O Brasil e a jurisprudência do STF na idade média da cooperação jurídica internacional. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, [s.l.], v. 13, n. 54, p.291-311, Não é um mês valido! 2005. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/40933>>. Acesso em: 19 ago. 2018.P. 297.

da cooperação fundamentando o posicionamento na Convenção de Palermo, a qual prevê essa modalidade de forma expressa²⁵⁶.

Apesar de parte da doutrina se dedicar à conceituação e delimitação da ordem pública e suas possíveis formas de ofensa, ainda se considera que cada caso deverá ser analisado a partir de suas especificidades. Entretanto, Abade²⁵⁷ consegue identificar três formas aceitas como ofensivas à ordem pública, que consistem nas opções em que há casos de procedimento ou instituições desconhecidas ao direito interno, na possibilidade de ato proibido no Estado requerido, como a negação da garantia ao silêncio, e a possibilidade de solicitação de ato proibido com formato não admitido.

Ademais, os princípios limitadores espaciais, da dupla incriminação e *ne bis in idem*, serão tratados a seguir de forma mais aprofundada, tendo em vista sua influência em todos os instrumentos da cooperação jurídica internacional, apesar de serem mais bem observados na extradição – instrumento mais frequente e abrangente.

Diante do exposto, verifica-se que a cooperação jurídica internacional não é entendida como obrigação absoluta perante os sujeitos do Direito Internacional, pois necessita de uma limitação para sua concretude, tendo em vista, principalmente, a soberania dos Estados, a dignidade da pessoa humana e a ordem pública. Podem, portanto, os Estados negarem os pedidos de cooperação justificando sua denegação com base nos fatores aqui demonstrados.

²⁵⁶ SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. **Curso de direito processual penal: teoria (constitucional) do processo penal**. 2. ed. Natal: Owl, 2015. 670 p. P. 255.

²⁵⁷ ABADE, Denise Neves. **Direitos fundamentais na cooperação jurídica internacional: extradição, assistência jurídica, execução de sentença estrangeira e transferência de presos**. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 106-107.

4. O TERRORISMO À LUZ DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Além dos limites abordados anteriormente, foi observada uma necessidade de discutir de forma minuciosa outros limites que possuem maior relevância para que sejam mais bem compreendidos. A perspectiva espacial envolve os princípios da territorialidade, da extraterritorialidade e da transterritorialidade, abordando-se também em seguida a perspectiva dos princípios da dupla imputação e do *ne bis in idem* – todos no âmbito específico do terrorismo.

De forma geral, esses princípios se coadunam com os três preceitos maiores abordados anteriormente, quais sejam a soberania, a dignidade da pessoa humana e a ordem pública. Em virtude disso, merecem ser discutidos ao mesmo passo em que se vislumbra o contexto do terrorismo, com uma abordagem mais profunda, tendo em vista a necessidade de estudar os elementos próprios de cada princípio e como eles se apresentam em casos práticos de terrorismo.

Diante desse cenário, analisar-se-á, posteriormente, como todos os limites da cooperação jurídica internacional estudados se apresentam no âmbito específico do terrorismo, propondo-se, por fim, uma divisão desses princípios a partir de seus núcleos tendo por base a forma com que se apresentam na prática, tecendo-se críticas ao seu respeito.

4.1 PERSPECTIVA ESPACIAL DO TERRORISMO

Para uma melhor compreensão acerca da perspectiva espacial a partir do conceito de territorialidade, essencial neste estudo, é necessário perpassar, em primeiro lugar, pelo estudo do tempo e do espaço. Essas noções são atreladas entre si e historicamente pesquisadas para privilegiar diversos campos inseridos na física e nas ciências sociais. Estudadas em conjunto, possibilitam um panorama mais completo acerca dessas dimensões.

No âmbito da física, Hawking²⁵⁸ parte da ideia do tempo como conceito absoluto, defendido tanto por Aristóteles quanto por Newton, e independente da noção de espaço, até o advento da teoria da relatividade de Einstein²⁵⁹. A partir dessa teoria, houve uma atualização

²⁵⁸ HAWKING, Stephen W.. **Uma breve história do tempo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. 256 p. Tradução de: Cássio de Arantes Leite. P. 31.

²⁵⁹ Ibid., p. 34.

do conceito de tempo no qual ele não é mais considerado como absoluto e independente, interligado diretamente com o espaço, formando o objeto chamado espaço-tempo²⁶⁰.

Segundo Hawking²⁶¹, compreende-se que o tempo e o espaço são, atualmente, consideradas quantidades dinâmicas: o movimento de um corpo afeta a curvatura do espaço-tempo. Dessa forma, o autor defende que tanto o espaço e o tempo afetam tudo que acontece no universo, bem como tudo que acontece irá afetá-los. Não se pode, portanto, discorrer sobre eventos que acontecem no universo sem as noções de espaço e tempo.

Nas ciências sociais, também com a noção de que tempo e espaço são elementos interligados, acrescentam-se os eventos sociais que representam a dimensão do ser humano nesse contexto. Considerando que a sociedade humana evolui com base na organização em agrupamentos sociais, Vergara e Vieira²⁶² asseveram que essa formação de grupos sociais passou a delinear a forma societária até originar as civilizações.

Com o passar do tempo, com a organização e desenvolvimento das formas societárias, técnicas e espaços de produção foram se expandindo. Isso fez com que os eventos sociais acontecidos no âmbito dessas civilizações projetassem efeitos no espaço e no tempo, correspondendo, assim, a processos espaço-temporais da própria organização humana²⁶³.

Clementino²⁶⁴ realiza, a partir dos preceitos de Kant, um estudo acerca do elemento espacial compreendido no âmbito do direito. Diante das noções do espaço-tempo, também entendidos nesse contexto como um só elemento em razão de sua interconexão, o ser humano é capaz de perceber o fato social.

Por fato social, o campo sociológico entende como sendo as formas de agir que surgem independentemente da vontade dos seres humanos, possuindo existência própria e exercendo uma coerção em relação a eles, de acordo com os preceitos de Durkheim. Assim, o fato social

²⁶⁰ HAWKING, Stephen W.. **Uma breve história do tempo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. 256 p. Tradução de: Cássio de Arantes Leite. P. 37

²⁶¹ Ibid., p. 52.

²⁶² VERGARA, Sylvia Constant; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.103-119, jun. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-65552005000200006>. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/8tgqhc>>. Acesso em: 30 maio 2018. P.108.

²⁶³ Ibid., P. 109.

²⁶⁴ CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. **Cooperação Jurídica Internacional Penal-Tributária e Transnacionalidade**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. P. 36.

tem a sociedade como finalidade e irá refletir sua vontade nos seres humanos²⁶⁵. Na equação em estudo, o fato social se configura como o objeto cultural²⁶⁶.

Com o fato social formado, surge a norma como elemento representativo do direito, pelo qual se irá formular caminhos a serem seguidos pelos indivíduos da sociedade. A norma tem, portanto, eficácia na medida em que possui como referencial principal o fato social e, como afirma Freitag²⁶⁷, irá se impor de forma coercitiva aos membros da sociedade.

Assim, a validade de qualquer norma se dá por meio das noções do espaço-tempo, que, por sua vez, origina o fato social, que, em consequência, ocasiona a norma. O fator do espaço-tempo é responsável por conduzir as informações necessárias acerca do fato social em direção à norma, bem como a norma oferece de volta informações ao fato²⁶⁸.

A partir da relação direta entre o ser humano com o espaço-tempo por intermédio dos eventos sociais, Vergara e Vieira²⁶⁹ defendem que, na atualidade, o presente tem ficado mais curto e o futuro mais próximo em razão, principalmente, da tecnologia. Como já explicitado neste estudo, a tecnologia, os aparelhos eletrônicos e todo o contexto do ciberespaço influenciam diretamente na sociedade global.

Essas influências partem não apenas da diminuição de barreiras de informações e físicas, mas partem também de sua evidente interferência com as noções de espaço-tempo por meio da realidade virtual: o tempo se torna instantâneo e o espaço é expandido, numa situação em que o virtual toma o lugar do real. São, assim, projetadas na realidade virtual, que compreende no espaço-tempo as ações dos agrupamentos sociais por meio de codificações²⁷⁰.

Alicerçado ao seu estudo sobre o espaço-tempo relacionado com teorias e sociedade, Vieira²⁷¹ chega à conclusão que a noção do tempo-espaço possui duas dimensões na

²⁶⁵ FREITAG, Barbara. **Itinerários de Antígona**: A questão da moralidade. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1992. 316 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=PVfWI6cQ0aQC&pg=PA117&lpg=PA117&dq=fato+social+++kant&source=bl&ots=nK70L-GI7S&sig=eSaBVm7oHCnrep_Hr0cXZWwN_tA&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi_1oK8jbHbAhWLfpAKHcNeCuEQ6AEITDAD#v=onepage&q=fato+social+kant&f=false>. Acesso em: 31 maio 2018. P. 118-119.

²⁶⁶ CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. **Cooperação Jurídica Internacional Penal-Tributária e Transnacionalidade**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. P. 35.

²⁶⁷ FREITAG, Barbara, op. cit., p. 128.

²⁶⁸ CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda, op. cit., p. 36.

²⁶⁹ VERGARA, Sylvia Constant; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.103-119, jun. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-65552005000200006>. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/8tgqhc>>. Acesso em: 30 maio 2018. P. 108.

²⁷⁰ Ibid., p. 114.

²⁷¹ VIEIRA, Euripedes Falcão. O tempo-espaço: ficção, teoria e sociedade. **Cadernos Ebape.br**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.01-07, ago. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-39512003000100004>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512003000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 maio 2018.

contemporaneidade, a que contempla os fluxos em maneira geral, inseridos os movimentos de informação, capital, demanda e decisões de interações no ciberespaço; e a dimensão dos lugares, o que o autor considera ser a realidade tangível das ações humanas, no mundo real e fático em que espaço é lugar e tempo é sucessão.

Ao refutar o argumento de que a nova ordem global é simplificada, Vergara e Vieira²⁷² asseguram que no ciberespaço “é a compressão do tempo-espaço que define, configura e operacionaliza as novas formas organizacionais” em um contexto que demanda a diminuição de burocracias, aceleração no tempo e no espaço e novas percepções de procedimentos com constante fluxo na transterritorialidade global²⁷³.

Não se pode, no entanto, entender a transterritorialidade global sem antes perceber o sentido que engloba a territorialidade e a extraterritorialidade, conceitos primordiais para efetivo estudo de soberania, por exemplo.

Casella, Accioly e Nascimento²⁷⁴ tratam sobre a territorialidade, antes de tudo, como sendo constantemente estudada pelo Direito Internacional e mencionada em tratados, deixando clara a importância a ela atribuída pelos próprios Estados, que sempre visaram sua delimitação de maneira detalhada para que se pudesse abordar a soberania territorial.

De acordo com os autores²⁷⁵, a soberania aqui tratada é compreendida sob dois aspectos que eles denominam de *imperium* e *dominium*. No primeiro, a soberania é apreciada de maneira abstrata, focando nas pessoas que vivem sobre seu poder, enquanto no segundo, a soberania envolve o fato de o Estado ter o direito único e exclusivo de reger seu próprio território a partir de sua vontade, representando os agrupamentos sociais que fazem parte do Estado.

Ao considerar a soberania como um conceito-chave na discussão sobre o Estado, Voigt²⁷⁶ realiza uma interessante acepção sobre ela, comparando-a com a Bela Adormecida, pois, quando em situação ordinária, ela deve estar adormecida. Entretanto, necessita acordar

²⁷² VERGARA, Sylvia Constant; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.103-119, jun. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-65552005000200006>. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/8tgqhc>>. Acesso em: 30 maio 2018. P. 114.

²⁷³ Ibid., p. 115.

²⁷⁴ CASELLA, Paulo Borba; ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO, G. E. do. **Manual de direito internacional público**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 1357 p. Disponível em: <<http://noosfero.ucs.br/articles/0010/3246/hildebrando-accioly-manual-de-direito-internacional.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2018. P. 806.

²⁷⁵ Ibid., p. 807.

²⁷⁶ VOIGT, Rüdiger. Quem é o soberano?: Sobre um conceito-chave na discussão sobre o estado. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 21, n. 46, p.105-113, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782013000200007>. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/tdcm7s>>. Acesso em: 01 jun. 2018. P. 105.

quando for deflagrada uma crise – a qual ele chama de beijo. Defende, portanto, a soberania ilimitada de um Estado.

Ainda assim, observam-se Estados com interesses geoestratégicos que conduzem a forma de agir dos demais. Temos, portanto, grandes potências com soberania ilimitada, que tentam demonstrar o lado benéfico das armas nucleares, por exemplo, em suas mãos, enquanto nas dos outros Estados elas apenas são nocivas. É passado pelas grandes potências um discurso de que hoje, a soberania é um conceito ultrapassado – mas apenas para os Estados²⁷⁷.

Tomando por base esses aspectos acerca da soberania, pode-se compreender que qualquer pessoa e coisa que estejam no território do Estado devem se submeter a esse, e nenhum outro poderá intervir ou exercer atos de jurisdição, admitindo exceções como a própria cooperação jurídica internacional. Além disso, todas as exceções para serem permitidas, necessitam do consentimento do próprio Estado²⁷⁸.

Acerca da extraterritorialidade como exceção do princípio da soberania, em suma, entende-se que incide nas ocasiões previstas em que a lei jurídica de outro Estado é a que prevalece se não ofender a soberania do outro. Como afirma Liu²⁷⁹, é também uma das exceções do princípio da territorialidade e indica extensões de um Estado ainda que nas terras de outro, podendo se referir a pessoas e a prédios físicos, como consulados.

Interpretado como exceção ao princípio da territorialidade, a extraterritorialidade fundamenta três princípios presentes nesse cenário: o princípio pessoal, o princípio real e o princípio de jurisdição universal. De acordo com o primeiro, atribui-se à pessoa uma perspectiva de exclusividade na qual se permite o seu tratamento diferenciado, como é o caso da regra da não extradição dos brasileiros natos²⁸⁰.

No tocante ao princípio real, percebe-se que ele fundamenta a possibilidade de o Estado assumir a situação para si no âmbito de seu próprio direito interno dependendo da existência e natureza do bem jurídico tutelado, não importando onde o crime aconteceu, como quando acontece com a previsão brasileira de competência nacional dos casos de bem imóveis. Acerca do princípio da jurisdição universal, constata-se que ele influencia uma visão cosmopolita ao

²⁷⁷ VOIGT, Rüdiger. Quem é o soberano?: Sobre um conceito-chave na discussão sobre o estado. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 21, n. 46, p.105-113, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782013000200007>. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/tdcm7s>>. Acesso em: 01 jun. 2018. P. 105. P. 112.

²⁷⁸ LIU, Shih Shun. **Extraterritoriality: Its rise and its decline**. 1925. Panarquia arquivos. Disponível em: <<http://www.panarchy.org/shihshunliu/presentation.1925.html#introduction>>. Acesso em: 03 jun. 2018. Introdução.

²⁷⁹ Ibid., mesmo arquivo.

²⁸⁰ CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. **Cooperação Jurídica Internacional Penal-Tributária e Transnacionalidade**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. P. 120.

considerar que nos casos que bens jurídicos sensíveis à sociedade internacional qualquer Estado possa julgá-lo²⁸¹.

São os casos de exceções que demonstram a busca dos Estados em traçar seus limites de forma precisa: para que todos saibam a quem seguir como suprema autoridade e, se for o caso, as formas em que essa soberania pode dar lugar à cooperação.

Assim, levando em consideração a importância e necessidade dos conceitos de território, admite-se que ele pode ser configurado por elementos que auxiliam possíveis formas de delimitações, admitindo variações. O território, portanto, configura-se como: íntegro (ou compacto); desmembrado (ou dividido); encravado; terrestre; fluvial; marítimo; lacustre; e aéreo. Considera-se o território íntegro quando se forma através de uma parte compacta da terra, mas pode ser considerado desmembrado quando é formado por várias partes da terra, com espaços entre sua continuidade. Quando, por sua vez, se encontra cercado por territórios alheios pertencentes a outros Estados, o território se configura como encravo²⁸².

As concepções de território em terrestre, fluvial, marítimo, lacustre e aéreo se formam a partir de aspectos físicos concretos e geográficos. Essas configurações ainda se desdobram a partir da formação do território em si, que podem influenciar no momento da demarcação de limites, como montanhas e rios.²⁸³ As delimitações conceituais demonstram o marco clássico forte acerca do tema diante de definições que evidenciam o caráter particular e político atribuído ao princípio da territorialidade.

Casella, Accioly e Nascimento²⁸⁴ afirmam, contribuindo para a noção clássica da territorialidade, que a demarcação das fronteiras dos Estados se dá por meio de comissões compostas por técnicos dos Estados relacionados, seguindo um processo burocrático com atas e mapas que, em primeiro lugar, delimitam o espaço para que depois esse seja demarcado por objetos no próprio local. Posteriormente, os Estados terão que aprovar para que, em seguida, sejam feitas referências da específica fronteira por intermédio de marcos.

Ainda, considerando que os territórios são definidos por fronteiras, há duas dimensões interligadas às fronteiras, o “limite” que se refere à própria linha limítrofe; e a fronteira em si,

²⁸¹ CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. **Cooperação Jurídica Internacional Penal-Tributária e Transnacionalidade**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. P. 122.

²⁸² CASELLA, Paulo Borba; ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO, G. E. do. **Manual de direito internacional público**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 1357 p. Disponível em: <<http://noosfero.ucs.br/articles/0010/3246/hildebrando-accioly-manual-de-direito-internacional.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2018. P. 807.

²⁸³ Ibid., p. 808.

²⁸⁴ Ibid., mesma página.

entendendo por ser toda a extensão da zona de fronteiras²⁸⁵. Entretanto, o mundo contemporâneo coloca em xeque essas definições clássicas e demonstra que conceitos de fronteiras podem, em alguns casos específicos, sofrer alterações caso seja necessário, como por exemplo, na França por meio de leis de imigração e a criação de zonas de espera.²⁸⁶

Observa-se, assim, que o território, em seu sentido estudado pelo Direito Internacional, possui diversos modos formais de apresentação em prol do princípio da soberania, fator que limita de forma rígida todas as expressões que envolvem seu conceito, incluindo a cooperação jurídica internacional.

Inegavelmente, há uma apreensão jurídica de fronteiras que delimitam o território e demonstram o espaço no qual a soberania pode atuar. Apesar disso, com o advento do mundo mais globalizado com avanço de tecnologias, atualmente, o conceito de fronteiras territoriais começou a ser questionado, bem como sua relevância. Não se pode, entretanto, considerar conceitos de fronteiras sem considerar a lei, pois ambos são próximos na concepção de Klötgen²⁸⁷ quando admite que só existem leis em razão de fronteiras.

Nessa ótica, entende-se a necessidade de delimitação do espaço para decidir qual autoridade Estatal será responsável pelas porções de terra com a finalidade principal da preservação do princípio da soberania – situação que também oferece segurança jurídica aos grupos sociais envolvidos.

Entretanto, também se observa que esses conceitos territoriais engessados não mais satisfazem quando se compreende que espaço e tempo se constituem como um só elemento e que o tempo atual se traduz com uma palavra: instantaneidade. A dimensão formal de território-espaço dificulta o seu acompanhamento com o espaço-tempo a partir, essencialmente, do excesso de fronteiras e barreiras físicas que tendem a ignorar o fluxo intenso de pessoas e informações no mesmo contexto.

Do outro lado da moeda, também inserido no mesmo âmbito, tem-se a presença constante de ataques terroristas em diversos locais do mundo, de grupos terroristas que utilizam o ciberespaço com fins de recrutamento, financiamento, comunicação e prática de crimes por meio de formas que acompanham a instantaneidade da realidade virtual, principalmente no contexto do ciberterrorismo. Esses fatos advêm da transterritorialidade, âmbito que consegue

²⁸⁵ KLÖTGEN, Paul. La frontière et le droit, esquisse d'une problématique. **Scientia Juris**, [s.l.], p.45-69, 2010. Disponível em: <http://www.revuegeneraledudroit.eu/wp-content/uploads/scientia01theme_klotge.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.p. 49

²⁸⁶ Ibid., p. 52

²⁸⁷ Ibid., p. 47.

envolver valores e culturas de diferentes mundos por intermédio do fácil trânsito entre diferentes territórios²⁸⁸.

Na perspectiva de Voigt²⁸⁹, no contexto atual de presentes e constantes conflitos que envolvem os Estados soberanos, cada vez mais fica difícil atingir a ideia de paz global. O ataque de 11 de setembro e a sua consequente guerra ao terror deram uma guinada no curso global, no qual nenhum Estado é imune a ataques, a desconfianças e medidas de segurança rigorosas.

Como visto anteriormente, uma das características do terrorismo se configura como a busca por grande audiência. É por meio da divulgação de seus atos e ideais que os grupos terroristas conseguem chamar atenção de jovens dispostos a participar do movimento e a grande parte dessa comunicação se dá pela internet.

Em seu estudo sobre o processo de recrutamento das organizações terroristas, Silva²⁹⁰ apresenta que há notadamente duas formas capazes de ligar o indivíduo às organizações terroristas, que são os processos *bottom-up* e o *top-down*²⁹¹. No primeiro, os indivíduos se interessam pelos ideais, valores e propósitos das organizações terroristas, voluntariamente as procuram para participar das missões, enquanto no segundo, as próprias organizações selecionam seus possíveis membros²⁹².

De acordo com os preceitos da autora, existem atualmente três possibilidades para encontrar os possíveis militantes e estabelecer uma comunicação: o recrutamento em rede; em instituições de promoção do terrorismo; e a internet. No recrutamento em rede, o indivíduo possui alguma conexão com alguém já interligado à organização terrorista, de forma *bottom-up*²⁹³.

As instituições de promoção remetem a espaços físicos utilizados para que os militantes avancem em suas missões, sendo as mesquitas e as prisões os principais lugares como meio de entrada nas organizações terroristas. Com papel de destaque na fase de recrutamento, a internet é o principal canal com jovens, com utilização de mensagens e vídeos, estimulando e

²⁸⁸ FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. Geografia, Ensino & Pesquisa, vol. 21 (201), n. 1, p. 19-29. Doi 10.5902/2236499422589. P. 20.

²⁸⁹ VOIGT, Rüdiger. Quem é o soberano?: Sobre um conceito-chave na discussão sobre o estado. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 21, n. 46, p.105-113, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782013000200007>. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/tdcm7s>>. Acesso em: 01 jun. 2018. P. 112.

²⁹⁰ SILVA, Lígia Gonçalves. **O processo de recrutamento em organizações terroristas**. 2012. 41 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23432>>. Acesso em: 02 jun. 2018. S p. 13

²⁹¹ Tradução livre: Bottom-up – de baixo para cima; Top-down – de cima para baixo

²⁹² SILVA, Lígia Gonçalves, op. cit., p. 13

²⁹³ Ibid., p. 14

incentivando recrutas a partir de seus pontos fracos. Ambas as formas se classificam como *top-down*, já que é a própria organização que busca e influencia os indivíduos²⁹⁴.

A internet, por meio de sites de domínio público, é considerada como um dos meios de canal público de contato mediado. Consiste na comunicação entre os membros das organizações terroristas que servem como propaganda para um determinado grupo alvo, como jovens, homens solteiros e membros de congregações religiosas²⁹⁵. Nos últimos tempos, também tem sido mais comum o recrutamento de mulheres que são atraídas pelas oportunidades de melhoria de vida em um contexto de sociedade que ainda as reprime²⁹⁶.

Acerca dos processos de recrutamento por organizações terroristas por meio da internet, esse se dá principalmente pelas redes sociais e compartilhamento de vídeos. Na experiência de um jovem britânico, que passou a seguir ideais em prol da jihad nas redes sociais para buscar seu irmão desaparecido, os recrutas do Estado Islâmico lhe encontraram e passaram a conversar e compartilhar vídeos com os ideais da causa²⁹⁷.

Além do recrutamento realizado principalmente por meio das ferramentas da internet, há também a conexão dessas com o financiamento do terrorismo. É por intermédio da captação de recursos que as organizações terroristas possuem meios para preparação e realização de ataques e, de acordo com o Departamento sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC)²⁹⁸, a internet tem facilitado esse financiamento.

De acordo com as análises do UNODC, há quatro possíveis formas encontradas de financiar o terrorismo pelas ferramentas da internet. A primeira é entendida como via direta, por meio da utilização de websites, bate-papos on-line e e-mails com mensagens que solicitam o financiamento daqueles que apoiam o movimento, podendo oferecer livros, áudios e vídeos que ajudem no convencimento²⁹⁹.

²⁹⁴ SILVA, Lígia Gonçalves. **O processo de recrutamento em organizações terroristas**. 2012. 41 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23432>>. Acesso em: 02 jun. 2018. S p.16

²⁹⁵ Ibid., p. 24-25

²⁹⁶ DALTON, Angela; ASAL, Victor. Is It Ideology or Desperation: Why Do Organizations Deploy Women in Violent Terrorist Attacks?. **Studies In Conflict & Terrorism**, [s.l.], v. 34, n. 10, p.802-819, out. 2011. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/1057610X.2011.604833>. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1057610X.2011.604833>>. Acesso em: 02 jun. 2018. P. 804.

²⁹⁷ 'A TÁTICA do Estado Islâmico para me recrutar: e como eu resisti'. e como eu resisti'. 2015. BBC, Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150824_ei_tatica_radical_fd>. Acesso em: 02 jun. 2018.

²⁹⁸ Tradução livre: United Nations Office on Drugs and Crime

²⁹⁹ UNODC, United Nations Office On Drugs And Crime. **The use of Internet for terrorist purposes**. Nova Iorque: United Nations, 2012. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/frontpage/Use_of_Internet_for_Terrorist_Purposes.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018. P. 7.

A segunda categoria consiste no comércio virtual por meio de sites existentes exclusivos para esse meio, que utilizam formas de pagamento como transferência eletrônica, cartões de crédito e outras alternativas como *PayPal* ou até mesmo o *Skype*. A terceira categoria, de pagamentos on-line, é diretamente relacionada à segunda, mas também envolve meios fraudulentos para o financiamento, como falsidade ideológica e outras fraudes, além da própria clonagem de cartões de crédito³⁰⁰, um cenário que por si só já se configura como inserto no âmbito do ciberterrorismo.

Como exemplo dessas categorias, a UNODC demonstra o caso no Reino Unido contra Younis Tsouli, que, com o dinheiro a partir da clonagem de cartões de crédito, realizou lavagem de dinheiro por meio de moedas digitais para poder financiar *websites* da Al-Qaeda com vídeos que faziam propaganda da organização, além de servir para providenciar equipamentos para ataques terroristas em diferentes países³⁰¹.

A quarta categoria abordada pela UNODC remete a organizações já legitimadas, como instituições de caridade disfarçadas, que suportam na superfície direitos humanitários, mas que, na prática, desviam o financiamento recebido para as organizações terroristas. Como exemplo desses tipos de instituições, tem-se a *Benevolence International Foundation*, sobre a qual foi descoberto que transferia os recursos para organizações terroristas do Oriente Médio. Por meio dessas também é possível que membros das organizações terroristas se infiltrem para promover seus ideais ou para conseguir materiais para os outros militantes³⁰².

O planejamento de atividades terroristas também depende intrinsecamente das ferramentas disponíveis no ciberespaço para, principalmente, realizar a comunicação entre os membros que podem estar em diferentes partes do mundo. Como a UNODC apresenta, o caso que ocorreu na França, da Promotora vs. Hicheur demonstra diferentes formas de tecnologia que podem ser utilizadas na preparação do ataque terrorista³⁰³.

Nesse caso em específico, Hicheur foi acusado de praticar as seguintes ações interligadas com a internet: tradução, criptografia e compactação de mensagens pró-jihadistas protegidas por senhas; com documentos e vídeos carregados e circulados na internet; distribuição do *software* de criptografia; conspiração com um membro da organização terrorista

³⁰⁰ UNODC, United Nations Office On Drugs And Crime. **The use of Internet for terrorist purposes**. Nova Iorque: United Nations, 2012. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/frontpage/Use_of_Internet_for_Terrorist_Purposes.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

³⁰¹ Ibid., mesma página.

³⁰² Ibid., mesma página.

³⁰³ Ibid., mesma página

para organizar e planejar os ataques; apoio financeiro por intermédio de tentativas de uso do *PayPal*; e atuação como moderador nos sites jihadistas.³⁰⁴

As redes sociais são fundamentais para as organizações terroristas. Dentre as mais utilizadas, de acordo com a base de pesquisa da Universidade de Maryland³⁰⁵, destacam-se:

- i) *YouTube, Flickr e Tumblr* – como plataformas abertas para todos, com pesquisa de materiais e informações –;
- ii) *Twitter, Instagram e Facebook* – utilizadas principalmente para divulgar propagandas e troca de mensagens de usuários –;
- iii) *Ask.Fm* – plataforma que disponibiliza a oportunidade de perguntas realizadas para um usuário de forma anônima –;
- iv) *Kik, Surespot, e Skype Messenger* – que são os meios de comunicação instantânea.

Dando destaque especial ao *Twitter*, Lister³⁰⁶ demonstra a sua importância como ferramenta para divulgação e comunicação das organizações terroristas por meio, principalmente, do uso das *hashtags* (#). Segundo sua análise, em 2014, na época em que estava acontecendo a Copa do Mundo no Brasil, os perfis com ligação ao Estado Islâmico utilizaram as *hashtags* que estavam em alta (como #Brazil2014 e #WC2014) para divulgar conteúdos e ideais jihadistas.

Com o objetivo de suprimir esse tipo de conteúdo em sua plataforma, o *Twitter* passou a suspender contas em que fossem observadas o apoio e compartilhamento de mensagens terroristas, chegando a suspender contas que possuíam de 500 a 1.500 seguidores³⁰⁷. Em pesquisa da Recorded Future, dados demonstram que apesar do empenho da empresa, em 2014 ainda existiam mais de 27 mil contas em prol do Estado Islâmico³⁰⁸.

³⁰⁴ UNODC, United Nations Office On Drugs And Crime. **The use of Internet for terrorist purposes**. Nova Iorque: United Nations, 2012. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/frontpage/Use_of_Internet_for_Terrorist_Purposes.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018, p. 9.

³⁰⁵ BRACHMAN, Jarret. **Transcending Organization: Individuals and 'The Islamic State.'**. Maryland: College Park, 2014. START Analytical Brief. Disponível em: <<http://www.start.umd.edu/publication/transcending-organization-individuals-and-islamic-state>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

³⁰⁶ LISTER, Charles. **Profiling the Islamic State**. Washington: The Brookings Institution, 2014. 57 p. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2014/12/en_web_lister.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018. P. 25.

³⁰⁷ BARRETT, Richard. **The Islamic State**. Nova Iorque: The Soufan Group, 2014. 66 p. Disponível em: <<http://soufangroup.com/wp-content/uploads/2014/10/TSG-The-Islamic-State-Nov14.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018. P. 54.

³⁰⁸ TRUVÉ, Staffan. **ISIS jumping from account to account, twitter trying to keep up**. 2014. Recorded Future Blog. Disponível em: <<https://www.recordedfuture.com/isis-twitter-activity/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

No que diz respeito às plataformas de comunicação instantânea, além das já citadas, outras mais recentes vêm sendo utilizadas com recursos de mensagens criptografadas, como o *Viber* e o *Telegram*. Surgido a partir da vontade de criar uma ferramenta de mensagens que não estivesse sob a investigação constante das agências de espionagem da Rússia, o *Telegram* conseguiu criar uma plataforma focada na privacidade com serviços de criptografia avançados³⁰⁹.

Semelhante ao que aconteceu com o *WhatsApp* no Brasil em 2015, em que a Justiça brasileira bloqueou a plataforma no país por alguns dias por motivos de sua negação a oferecer ajuda em processos criminais, a Rússia recentemente baniu o *Telegram* em seu território em razão, principalmente, de sua notoriedade em disseminar propagandas terroristas e se configurar como uma ferramenta de organização de ataques terroristas³¹⁰.

A política de privacidade motiva o desenvolvimento de técnicas para criar ferramentas que dificultem a identidade do remetente, do destinatário e das próprias mensagens trocadas, com mensagens criptografadas consistentes na alteração dos dados das mensagens para que ninguém possa decifrá-las além dos envolvidos, que possuem a chave desse comando.

Ferramentas de criptografia e *softwares* de anonimatos podem ser adquiridas facilmente, mas, além disso, os grupos terroristas utilizam e-mails normais e divulgam a senha da conta para que não haja registro de troca de mensagens: eles criam a mensagem como rascunho e deixam salvo na conta. A internet também serve para que os grupos terroristas realizem ameaças de violência, causando ansiedade, medo e pânico em uma determinada população e ainda pode servir como campo de treinamento para recrutas, ensinando como criar um explosivo, por exemplo³¹¹.

Além dessas redes sociais, o Estado Islâmico ainda criou seu próprio aplicativo social denominado *The Dawn of Glad Tidings (Dawn)*, que tem como propósito manter seus usuários atualizados com as últimas notícias da organização terrorista e possui acesso para publicar no nome do usuário *tweets* (as mensagens publicadas no *Twitter*) com links, *hashtags* e imagens que divulgam os ideais e ações do Estado Islâmico³¹².

³⁰⁹ SAVOV, Vlad. **Russia's Telegram ban is a big, convoluted mess:** Brute enforcement has taken major banks, online stores, and Viber calls offline. 2018. The Verge Website. Disponível em: <<https://www.theverge.com/2018/4/17/17246150/telegram-russia-ban>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

³¹⁰ Ibid., mesmo arquivo.

³¹¹ UNODC, United Nations Office On Drugs And Crime. **The use of Internet for terrorist purposes.** Nova Iorque: United Nations, 2012. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/frontpage/Use_of_Internet_for_Terrorist_Purposes.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018. P. 10 et. Seq.

³¹² BERGER, J. M.. **How ISIS Games Twitter:** The militant group that conquered northern Iraq is deploying a sophisticated social-media strategy.. 2014. The Atlantic, Global.. Disponível em:

O lado positivo dessa situação é que, de acordo com o relatório da UNODC³¹³, na medida em que cresce a quantidade de formas em que os terroristas utilizam a internet, mais cresce a quantidade de dados eletrônicos que podem ser analisados por meio de uma perspectiva de contraterrorismo. Mais do que dados eletrônicos que podem ser utilizados, as ferramentas eletrônicas com propósito de investigação para prevenir atos terroristas também estão sendo desenvolvidas por intermédio da internet.

Para suprimir diretamente as propagandas ideológicas que disseminam o contexto dos grupos terroristas, há também a opção do confronto direto utilizando as mesmas vias por meio da comunicação direta com a grande audiência da internet com mensagens de contranarrativas.

A exemplo disso, o departamento especializado em comunicações de contraterrorismo dos Estados Unidos lançou uma iniciativa para reduzir a radicalização da violência por meio de propagandas na internet que respondessem de forma eficiente aos argumentos dos grupos terroristas: em maio de 2010, em 48 horas da publicação, foram respondidas e comentadas propagandas/anúncios que promoviam a violência em sites apoiados pela Al-Qaeda³¹⁴.

Além disso, os métodos do contraterrorismo em sua fase de prevenção focam na vigilância e coleta de dados acerca de suspeitos, devendo cada Estado especificar em suas normas de direito interno as circunstâncias em que interferências no direito à privacidade sejam permitidas (caso sejam), proibindo, entretanto, o abuso de vigilância à vida privada³¹⁵.

Leis para disciplinar a vigilância e seus meios começaram a ser criadas nos Estados, prevendo o uso da investigação até de dados biométricos e dados para aplicação da lei, além de câmeras e identificações nacionais de cartões, com propósitos de enfrentar o terrorismo, destacando-se o Ato Patriota dos Estados Unidos, que prevê e autoriza o FBI a obter dados financeiros dos suspeitos de instituições financeiras sem aprovação judicial, e demais leis em outros países que regulam as interceptações de comunicação³¹⁶.

No que concerne à cooperação internacional em sentido amplo para o enfrentamento do terrorismo, a UNODC destaca principalmente no ciberespaço, a cooperação no

<<https://www.theatlantic.com/international/archive/2014/06/isis-iraq-twitter-social-media-strategy/372856/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

³¹³ UNODC, United Nations Office On Drugs And Crime. **The use of Internet for terrorist purposes**. Nova Iorque: United Nations, 2012. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/frontpage/Use_of_Internet_for_Terrorist_Purposes.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018. P. 12.

³¹⁴ Ibid., p. 13.

³¹⁵ Ibid., p. 14.

³¹⁶ WONG, Mary W. S.. Terrorism and technology: policy challenges and current responses. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 10. p. 199-224. P 202.

compartilhamento de informações e dados, como a chave-mestra para efetivos processos criminais quando diante de suspeitos de práticas terroristas³¹⁷.

A partir de então, observa-se que o terrorismo ultrapassou as barreiras físicas por meio da internet e da realidade virtual, atingindo de forma transnacional todo o mundo. As fronteiras físicas não constam como obstáculo para que os delitos terroristas sejam praticados. Na verdade, acabam por facilitar que eles obtenham sucesso em driblar as jurisdições.

Há, assim, uma necessidade pulsante para que os Estados reajam de forma semelhante não apenas por intermédio de respostas diretas e mecanismos de vigilância, mas que também ultrapassem a barreira física do espaço-tempo para que possam pelo menos alcançar os avanços dos grupos terroristas.

4.2 PERSPECTIVA DA DUPLA IMPUTAÇÃO E *NE BIS IN IDEM* NO ÂMBITO DO TERRORISMO

O princípio da dupla imputação, também denominado de dupla incriminação ou dupla tipicidade, é um importante aspecto da cooperação jurídica internacional que funciona não apenas como princípio, mas também pode ser interpretado como limite, dependendo de sua previsão em tratados e a forma com que é considerada pelo direito interno dos Estados.

Com o principal intuito de salvaguardar a soberania dos Estados e propor a aproximação dos que partilham dos mesmos valores, a dupla imputação determina que, nos casos de cooperação jurídica internacional em matéria penal que envolva o cometimento de crimes, é necessário que estejam tipificados na legislação interna tanto do Estado que requer a cooperação quanto ao que é requerido³¹⁸.

Sob a perspectiva da *Common Law*, Hafén³¹⁹ considera que a dupla imputação teve sua origem no *Jay Treaty* de 1794, tratado de extradição entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, e obteve sua uniformização a partir do Ato de Extradição Britânico³²⁰, em 1870. A partir de

³¹⁷ UNODC, United Nations Office On Drugs And Crime. **The use of Internet for terrorist purposes**. Nova Iorque: United Nations, 2012. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/frontpage/Use_of_Internet_for_Terrorist_Purposes.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018., p. 52.

³¹⁸ CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. **Cooperação Jurídica Internacional Penal-Tributária e Transnacionalidade**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. p. 145.

³¹⁹ HAFEN, Jonathan O.. International Extradition: Issues arising under the dual criminality requirement. **Byu Law Review**, [s.l.], v. 1992, p.191-230, 1992. Disponível em: <<https://digitalcommons.law.byu.edu/lawreview/vol1992/iss1/4>>. Acesso em: 07 jun. 2018. P. 194.

³²⁰ Tradução livre de Britain's Extradiction Act

então, outros Estados passaram a adotar esse princípio, chegando a ser mundialmente reconhecido como parte do costume no âmbito do Direito Internacional.

Não só limitador do instrumento da extradição, a dupla imputação também se apresenta como princípio nos demais instrumentos. Na carta rogatória e no auxílio direto, a discussão acerca da dupla imputação pode ser verificada de forma prática nos casos entre Brasil e Suíça no que tange a delitos fiscais e financeiros, princípio alegado em casos que no Brasil o delito está tipificado na lei do Colarinho Branco, enquanto na Suíça o delito é uma mescla de crimes, ou, mais conhecido, nos casos de pedido de assistência quanto ao crime de sonegação de impostos, que não se configura como crime na legislação suíça³²¹.

Entretanto, em razão do amplo número de casos de extradição que levam em consideração a limitação da dupla imputação, prevista especificamente nos casos da determinação de requisitos da extradição, será abordado esse princípio limitador na perspectiva principalmente desse instrumento para melhor análise.

Nesse cenário, Hafen³²² assevera que o princípio da dupla imputação visa evitar que um fugitivo seja punido de forma injusta, assim como objetiva proteger a liberdade do indivíduo que praticou uma ação considerada inofensiva pelo Estado requerido. Sob a visão dos Estados, esse princípio garante que o país requerido não será obrigado a extraditar alguém em que no seu âmbito interno não seria punido, bem como se depreende que nos demais instrumentos da cooperação, esse princípio visa que os indivíduos que praticam ato considerado crime em outro país sem saber sejam protegidos.

No contexto da *Common Law* do caso *Parisien vs. The Queen, Williams*³²³, observa-se que um dos argumentos apresentados na decisão acerca de um pedido de extradição é que o Estado não está obrigado a cumprir a solicitação por motivos de não considerar a mesma prática como delitiva em seu direito interno, seguindo a máxima do direito processual *nulla poena sine lege*, ou seja, não há pena sem a prévia cominação legal.

Bechara consegue definir a dupla imputação como sendo a necessidade “de que o fato objeto da cooperação seja qualificado como infração penal na legislação dos Estados cooperantes, bastando a convergência dos elementos essenciais e pouco importando o nome

³²¹ MENDONÇA, Albérico Camelo de. **As recomendações do grupo de ação financeira e a soberania dos estados não-cooperativos**. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/380>>. Acesso em: 12 jul. 2018. P. 108.

³²² Ibid., mesma página.

³²³ WILLIAMS, Sharon A.. The double criminality rule and extradition: a comparative analysis. **Nova Law Review**, [s.l.], v. 2, n. 15, p.581-624, 1991. Disponível em: <http://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=1454&context=scholarly_works>. Acesso em: 07 jun. 2018. P. 612.

iuris e a presença de outros elementos”³²⁴. Acrescenta que esse princípio evoluiu ao longo do tempo em conjunto com a própria extradição, sendo considerado parâmetro de legalidade que é capaz de legitimar quando o Estado requerido cumpre o pedido de extradição e, de mesma forma, colabora com o caráter ilegítimo caso ocorra de o fato não se constituir como típico no país requerido.

Williams³²⁵ acrescenta que a dupla imputação é fundamentada na caracterização de ofensas recíprocas, numa espécie de mutualidade de obrigações entre os Estados. Considera, entretanto, que é um princípio que não obriga os Estados, ou seja, configuraria-se como *soft law*, ao contrário do que Hafen acredita ser costume internacional. Para Williams, o princípio é advindo de estatutos e de tratados, e não de normas do Direito Internacional.

No Brasil, a dupla imputação é encarada com força no âmbito da extradição e de forma mais branda nos outros pedidos de assistência mútua que permitem a utilização dos demais instrumentos, havendo inclusive tratados assinados e ratificados que dispensam esse princípio, como é o caso dos tratados bilaterais entre o Brasil e países como a Espanha e Canadá. Em outros tratados, porém, há previsão expressa da necessidade da dupla imputação, como entre o Brasil e Portugal e China³²⁶.

Sobre esse princípio, existem duas diferentes e possíveis formas de serem interpretados, a partir do modo concreto ou abstrato. Hafen³²⁷ assegura que pelo método concreto, o direito interno do Estado é que vai ditar se a prática é considerada um crime de acordo com seus próprios elementos que estabelecem o que seria ou não tipificado, devendo possuir corolários exatamente iguais aos do direito doméstico e, em caso negativo, a extradição deve ser negada.

Já na forma abstrata, a interpretação da dupla imputação, para o autor³²⁸, é dada de forma mais branda, não havendo necessidade de possuir exatamente os mesmos termos e elementos de tipificação, contanto que a conduta seja considerada como delito no Estado requerido. Essa é

³²⁴ BECHARA, Fábio Ramazzini. **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**: eficácia da prova produzida no exterior. São Paulo: Saraiva, 2011. 215 p.154.

³²⁵ WILLIAMS, Sharon A.. The double criminality rule and extradition: a comparative analysis. **Nova Law Review**, [s.l.], v. 2, n. 15, p.581-624, 1991. Disponível em: <http://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=1454&context=scholarly_works>. Acesso em: 07 jun. 2018. P. 582.

³²⁶ BELOTTO, Ana Maria de Souza; MADRUGA, Antenor; TOSI, Mariana Tumbiolo. Dupla incriminação na cooperação jurídica internacional. **Instituto Brasileiro de Ciências Criminais: IBCCRIM**. [s.l.], ago. 2012. Artigos, Suplemento 237, p. 1-1. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4678-Dupla-incriminacao-na-cooperacao-juridica-internacional>. Acesso em: 07 jun. 2018.

³²⁷ HAFEN, Jonathan O.. International Extradition: Issues arising under the dual criminality requirement. **Byu Law Review**, [s.l.], v. 1992, p.191-230, 1992. Disponível em: <<https://digitalcommons.law.byu.edu/lawreview/vol1992/iss1/4>>. Acesso em: 07 jun. 2018. P. 199.

³²⁸ *Ibid.*, p. 196.

atualmente a forma de interpretação adotada pelos Estados Unidos, bastando que as condutas sejam substancialmente análogas.

Nesse contexto, no que concerne à extradição, o Brasil tem adotado um entendimento mais inclinado para a interpretação de forma abstrata, ainda que não tenha se desprendido totalmente das amarras da interpretação em concreto. O STF costuma analisar, portanto, os elementos estruturantes da tipicidade, mas não exigem que sejam exatamente iguais à forma prevista no direito doméstico.

Cervini e Tavares³²⁹ asseveram para que haja efetiva dupla imputação no Brasil, ou identidade normativa como eles denominam, é necessário que além do fato consistir crime nos dois Estados envolvidos, que haja uma identidade fática entre os bens jurídicos afetados, que a tipicidade prevista seja semelhante, assim como a sua respectiva sanção.

Destacam-se dois casos de extradição julgados pelo STF que podem ilustrar o seu posicionamento. No primeiro, no caso de extradição nº 1.288, o indivíduo teria praticado o crime de *violacion sexual*³³⁰ com pena máxima de 8 anos, previsto no Código Penal Peruano por ter constrangido uma mulher a praticar conjunção carnal. No Brasil, como bem destaca o Ministro Relator Gilmar Mendes, a conduta se configuraria como crimes de estupro e atentado violento ao pudor determinados nos artigos 213 e 214 do Código Penal Brasileiro com penas máximas de 8 e 7 anos, respectivamente. Observado os elementos do tipo, o pedido foi julgado procedente³³¹.

Por outro lado, também em relação a um caso de extradição solicitado ao Brasil pelo Peru³³², o indivíduo teria praticado o crime de omissão de prestação de alimentos, previsto no Código Penal Peruano com pena máxima em 3 anos de privativa de liberdade. Entretanto, como o Ministro Relator observou, apesar da conduta corresponder ao crime de abandono material, com pena em abstrato de 4 anos de detenção no art. 244 do Código Penal Brasileiro, que, por sua vez, apresenta três hipóteses, nenhuma das quais se encaixaria o motivo da solicitação da extradição.

Ademais, um dos elementos do tipo do abandono material é a realização da conduta sem justa causa, enquanto a do caso em comento foi realizada de forma dolosa. Considerando a ausência desses dois elementares do tipo, o relator considerou que nesse caso não há tipicidade

³²⁹ CERVINI, Raúl; TAVARES, Juarez. **Princípios de cooperação judicial penal internacional no protocolo do Mercosul**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 132

³³⁰ Tradução livre: violação sexual

³³¹ STF. Extradição nº 1.288, Acórdão. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, DF, 21 de março de 2017. Brasília, Segunda Turma.

³³² Ibid., mesmo arquivo.

material no âmbito do direito interno brasileiro e, por essa razão, o pedido de extradição foi julgado totalmente improcedente³³³.

Além de a conduta ter que ser considerada como crime no direito interno do Estado requerente e no Estado requerido, para que um Estado recuse uma solicitação de extradição com base nesse argumento, pode ser que seja previsto nos tratados bilaterais ou multilaterais outros requisitos, como destaca Hafén³³⁴ ao analisar casos de extradição dos Estados Unidos em que foi necessário além de demonstrar que a prática era configurada crime, que o ato também seja considerado crime com maior nível de seriedade ou gravidade, ou ainda que seja apenas um dos crimes previstos nos acordos.

A exemplo da modulação do princípio da dupla imputação, o Brasil, no art. 82 da Lei de Migração³³⁵, ao determinar a adoção desse princípio, menciona que o crime que existir no país tenha que ter sua pena em abstrato superior a dois anos tendo em vista principalmente que o direito doméstico prevê um processamento diferenciado para os delitos praticados que possuam sua pena máxima até dois anos nos Juizados Especiais, com garantias diferenciadas.

Em razão da evidente burocratização no que diz respeito ao princípio da dupla imputação, bem como as possíveis modulações que esse princípio pode sofrer dependendo do Estado ou dependendo dos tratados bilaterais e multilaterais, questões acerca de sua efetividade começam a surgir no que tange a certos crimes transnacionais no âmbito do tráfico de drogas e, principalmente, do terrorismo.

Para Hafén³³⁶, cada vez mais se observa a necessidade em aceitar e simplificar os processos de extradição para que eles ocorram quando possível nesses contextos mencionados. Na opinião do autor, o problema se torna muito mais sério quando se considera ainda que existam requisitos territoriais e que a jurisdição extraterritorial se aplique, se os Estados não possuírem definições análogas de tipificação do crime de terrorismo, os casos de extradição de suspeitos de atos terroristas podem permanecer sem ser julgados.

O principal problema na extradição nos casos de terrorismo é exatamente a ausência de uma definição clara que seja suficiente e acordada pelos Estados, deixando uma perigosa brecha

³³³ STF. Extradição nº 1.480, Acórdão. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, DF, 30 de maio de 2017. Brasília, Segunda Turma.

³³⁴ HAFEN, Jonathan O.. International Extradition: Issues arising under the dual criminality requirement. **Byu Law Review**, [s.l.], v. 1992, p.191-230, 1992. Disponível em: <<https://digitalcommons.law.byu.edu/lawreview/vol1992/iss1/4>>. Acesso em: 07 jun. 2018. P. 195.

³³⁵ BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Lei de Migração**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 25 maio 2018.

³³⁶ HAFEN, Jonathan O., op. cit., p. 220.

no que concerne o princípio da dupla imputação³³⁷, pois, se os Estados envolvidos correm o risco de não concordarem sobre a tipicidade e seus respectivos elementos, como seria possível uma extradição nesses casos se a dupla imputação fosse obrigatória?

Segundo os estudos de Hafén³³⁸, uma possível solução alternativa para que isso não ocorresse seria a criação de um tratado multilateral entre os Estados que contivesse uma modulação do princípio da dupla imputação, prevendo que, em certos casos específicos e pré-determinados, como no terrorismo, os Estados deveriam ter a obrigação de extraditar.

Partindo para outro princípio, que pode ser visto como complementar para a dupla imputação, tem-se o princípio existente em matéria penal denominado *ne bis in idem* – expressão que do latim, literalmente significa “não duas vezes pela a mesma coisa”³³⁹ –, o qual defende que um indivíduo não poderá ser julgado duas vezes pela mesma prática delitiva.

Estabelecido formalmente pela primeira vez no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, a forma de aplicação do *ne bis in idem* cabe a cada Estado que decida sobre a matéria. No âmbito da cooperação jurídica internacional, assim como a dupla imputação, é um princípio que recai com mais frequência nos casos de extradição com a finalidade de salvaguardar o extraditando se esse já tiver sido absolvido ou condenado pelo mesmo crime que a solicitação de extradição se refere.

Entendido por Torres³⁴⁰ como um princípio desenvolvido pela doutrina caracterizado como direito fundamental transnacional, o princípio *ne bis in idem* se configura como universal após ter passado por dois planos ao longo de sua evolução: o regional europeu, que contribuiu para o ativismo judicial em busca da cidadania europeia, e o internacional³⁴¹.

Comumente utilizado no âmbito da União Europeia, em que os Estados se comprometem a já reconhecer as decisões judiciais uns dos outros, esse princípio pode ser utilizado como justificativa para recusar o cumprimento de uma solicitação de execução de

³³⁷ KOLOMEITZ, Glenn. International criminal law: a weapon in the arsenal of the war on terror. **The University Of New England Law Journal**, [s.l.], v. 3, p.109-124, 2006. Disponível em: <<http://www5.austlii.edu.au/au/journals/UNELawJl/2006/9.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018. P. 119.

³³⁸ HAFÉN, Jonathan O.. International Extradition: Issues arising under the dual criminality requirement. **Byu Law Review**, [s.l.], v. 1992, p.191-230, 1992. Disponível em: <<https://digitalcommons.law.byu.edu/lawreview/vol1992/iss1/4>>. Acesso em: 07 jun. 2018. P. 227.

³³⁹ DICIONÁRIO de Latim Online: significado de palavras e expressões em latim: significado de palavras e expressões em latim. [s.l.]: 7graus, 2017-2018. Disponível em: <<https://www.dicionariodelatim.com.br/non-bis-in-idem/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

³⁴⁰ TORRES, Agostinho S.. O princípio *ne bis in idem*: Funcionalidade e valoração na evolução para a transnacionalidade e a sua expressividade na jurisprudência internacional, em especial na do TJ da União Europeia. **Julgar**, Lisboa, v. 14, p.77-100, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://julgar.pt/wp-content/uploads/2014/07/04-DEBATER-Agostinho-Torres-O-princípio-Ne-bis-in-idem.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2018. P. 77

³⁴¹ Ibid., p. 78

mandado de detenção Europeu caso o indivíduo já tenha sido condenado (ou absolvido) por um terceiro Estado (que não seja o que requereu), pelo mesmo crime³⁴².

O próprio módulo sobre cooperação internacional elaborado pela UNODC assevera, apesar de existir uma tendência dos Estados aplicarem esse princípio de forma ampla, não há no Direito Internacional uma norma de *jus cogens* acerca do assunto que os obrigue a aplicar o *ne bis in idem*, assim como os Estados não estão obrigados a aplicar decisões obtidas por jurisdições estrangeiras³⁴³.

Ao fazer um estudo específico dos casos de terrorismo, a UNODC traça um aspecto importante do *ne bis in idem* previsto no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos no artigo 14.7, o qual determina que nenhum indivíduo poderá ser processado ou punido por um crime em que foi absolvido ou condenado, desde que esteja em conformidade com a lei e procedimentos penais de cada país³⁴⁴.

É dada uma ênfase na parte do artigo que deixa explícito que deve ser em conformidade com a lei e processos penais de “cada país”. Ou seja, na aplicação do *ne bis in idem*, esse só irá ser obrigatório dentro de cada sistema jurídico nacional, podendo o Estado aplicá-lo de forma unilateral a condenações ou absolvições estrangeiras, caso deseje³⁴⁵.

Classificando o *ne bis in idem* como princípio informador, quando se trata do Tribunal Penal Internacional (TPI), Távora e Alencar³⁴⁶ asseveram que esse advém do princípio da complementariedade, que, por sua vez significa que as normas do Direito Internacional não possuem o condão de substituir as jurisdições nacionais, mas sim complementá-las e realçá-las.

Assim, o *ne bis in idem* possui, além da finalidade de evitar que o indivíduo seja processado ou julgado pelo mesmo fato tanto na jurisdição nacional quanto na internacional, o fim de permitir que a jurisdição internacional, como o TPI e as Cortes Internacionais, atue nos casos em que a nacional não desempenhe seu papel.³⁴⁷

³⁴² NAÇÕES UNIDAS. United Nations Office On Drugs And Crime. Órgão das Nações Unidas. **International cooperation in criminal matters: Counter-terrorism**. [s.l]: Unodc, 201-?. 162 p. Módulo de treinamento. Disponível em:

<https://www.unodc.org/documents/terrorism/Publications/Training_Curriculum_Module3/Module3_EN.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018. P. 63

³⁴³ Ibid., P. 64.

³⁴⁴ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 592, de 06 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 08 jun. 2018.

³⁴⁵ NAÇÕES UNIDAS. Unodc. Nações Unidas. **Digest of Terrorist Cases**. Nova Iorque: United Nations Office On Drugs And Crime, 2010. 144 p. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/terrorism/Publications/Digest_of_Terrorist_Cases/English.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018. P. 16.

³⁴⁶ TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal**. 9. ed. Salvador: Jus Podivm, 2014. 1504 p. P.1379.

³⁴⁷ Ibid., mesma página.

Ao oferecer uma distinta interpretação a esse princípio, Távora e Alencar³⁴⁸ defendem que o *ne bis in idem* também funciona como um juízo prévio de admissibilidade e do direito aplicável praticado pelo TPI, podendo ele se negar a admitir algum caso que já tenha sido anteriormente objeto de algum processo criminal em algum dos Estados que tenha acolhido sua jurisdição.

Esse princípio é adotado pelo Brasil em conformidade com os artigos 8º e 42 do Código Penal Brasileiro³⁴⁹ de forma tácita por parte da doutrina, já que tratam sobre computação e detração das penas. Para Mascarenhas³⁵⁰, a Constituição Federal também se refere ao *ne bis in idem* em seu aspecto formal quando garante a coisa julgada no art. 5º, XXXVI³⁵¹, atribuindo a esse princípio também um ideal de justiça, apesar de não previsto formalmente.

A importância desse princípio e sua consequente relevância ultrapassam os limites dos ordenamentos jurídicos internos tendo como pano de fundo não só a globalização e a necessidade da cooperação jurídica internacional, como também o fato dos crimes terem se tornado transnacionais. Segundo Torres³⁵², é um princípio facilmente aceito pelos Estados e “torna-se seguramente incontornável”.

Permitir que o mesmo indivíduo fosse sancionado mais de uma vez pela mesma conduta poderia ser tido como um abuso do exercício do *ius puniendi* (direito de punir) do Estado, tendo em vista que seria uma contradição direta à presunção de inocência, ao princípio da legalidade e ao próprio devido processo legal. Outrossim, a ausência do *ne bis in idem* e a respectiva sanção nesses casos pode ser interpretada como injusta por levar a uma punição desproporcionada do mesmo comportamento ilícito.

Um dos principais fundamentos do *ne bis in idem* no âmbito da cooperação jurídica internacional consiste na confiança mútua dos sistemas judiciais dos outros Estados, ainda que esses sejam tecnicamente diferentes do seu. Entretanto, como destaca Torres³⁵³, na prática, os

³⁴⁸ TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal**. 9. ed. Salvador: Jus Podivm, 2014. 1504 p. P.1379.

³⁴⁹ BRASIL. Congresso. Senado. Decreto-lei nº 3.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 08 jun. 2018.

³⁵⁰ MASCARENHAS, Marcella Alves. **O Princípio “Ne Bis In Idem” nos Âmbitos Material e Proessual sob o Ponto de Vista do Direito Penal Interno**. Revista de direito da Unigranrio. Volume 2. Número 2 2009. P. 3.

³⁵¹ BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº S/N, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. ed. Brasília, DF.

³⁵² TORRES, Agostinho S.. O princípio *ne bis in idem*: Funcionalidade e valoração na evolução para a transnacionalidade e a sua expressividade na jurisprudência internacional, em especial na do TJ da União Europeia. **Julgar**, Lisboa, v. 14, p.77-100, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://julgar.pt/wp-content/uploads/2014/07/04-DEBATER-Agostinho-Torres-O-princípio-Ne-bis-in-idem.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2018. P. 82.

³⁵³ Ibid., p. 83.

Estados tendem a contornar o *ne bis in idem*, seja julgando o indivíduo em seu próprio território ainda que ele já tenha sido julgado em outro lugar, ou aplicando esse princípio com restrições.

Na visão de Torres³⁵⁴, o *ne bis in idem* não pode ser interpretado com caráter subsidiário em relação às outras garantias como a proporcionalidade, boa-fé e segurança jurídica, pois ele não é meramente um princípio acessório. Pelo contrário, é um princípio que se originou antes mesmo da formação do processo e atua como regulador desse, ajustando o próprio *ius puniendi* do Estado.

No âmbito do terrorismo e seu consequente enfrentamento, uma decisão foi tomada pelas Nações Unidas de não incluir o *ne bis in idem* no que concerne até aos instrumentos da cooperação jurídica internacional, deixando aos Estados a liberdade de escolha de aplicação ou não do princípio nesses casos – decisão consistente desde 1970³⁵⁵.

O caso dos Estados Unidos *vs.* Omar Rezaq representa bem como o *ne bis in idem* funciona na prática, levando-se em consideração que sua decisão foi fundamentada principalmente no histórico da utilização desse princípio e em seus fundamentos.

Omar Rezaq fazia parte do grupo autointitulado Revolução do Egito³⁵⁶ e em conjunto com mais dois membros sequestraram uma aeronave egípcia, que teve de pousar forçadamente em Malta³⁵⁷. Os responsáveis pelo sequestro da aeronave pretendiam que ela voasse até a Líbia para que pudessem trocar os passageiros presentes por Abu Nidal, um dos militantes do Fatah, Movimento de Libertação Nacional da Palestina, que estava preso no Egito³⁵⁸.

Durante o tempo em que a aeronave permaneceu no solo e Rezaq negociava com as autoridades, ele atirou em cinco pessoas, matando duas no processo e tendo vítimas norte-americanas que estavam presentes no voo. Sendo o único a ter sobrevivido à situação, Rezaq

³⁵⁴ TORRES, Agostinho S O princípio *ne bis in idem*: Funcionalidade e valoração na evolução para a transnacionalidade e a sua expressividade na jurisprudência internacional, em especial na do TJ da União Europeia. **Julgar**, Lisboa, v. 14, p.77-100, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://julgar.pt/wp-content/uploads/2014/07/04-DEBATER-Agostinho-Torres-O-princípio-Ne-bis-in-idem.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2018. P. 84.

³⁵⁵ NAÇÕES UNIDAS. Unodc. Nações Unidas. **Digest of Terrorist Cases**. Nova Iorque: United Nations Office On Drugs And Crime, 2010. 144 p. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/terrorism/Publications/Digest_of_Terrorist_Cases/English.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018. P. 16.

³⁵⁶ Tradução livre: Egypt Revolution

³⁵⁷ AVIATION SAFETY NETWORK (Malta). Flight Safety Foundation. **Hijacking description**. Malta: Flight Safety Foundation, 201-?. 1 p. Disponível em: <<http://aviation-safety.net/database/record.php?id=19851124-0>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

³⁵⁸ MILLHOLLAND, Lewis. EgyptAir Flight 648: The story of a woman who survived a terrorist's bullet to her skull, and the FBI special agents who brought her would-be-murderer to justice. **Collegiate Times**. Blacksburg, 30 mar. 2017. News, p. 1-1. Disponível em: <http://www.collegiatetimes.com/news/egyptair-flight/article_4753f35c-152b-11e7-a09d-f7de535180ca.html>. Acesso em: 08 jun. 2018.

foi capturado pelas autoridades de Malta e sentenciado a 25 anos de privativa de liberdade, mas foi liberado após cumprir apenas sete anos³⁵⁹.

Posteriormente, quando ele estava se dirigindo à Nigéria, os Estados Unidos o capturaram após terem feito um acordo com o governo nigeriano e o levaram aos Estados Unidos, onde foi novamente processado pelos mesmos fatos, porém em categorias distintas³⁶⁰.

Nos Estados Unidos, Omar Rezeq foi sentenciado à prisão perpétua, país onde até hoje se encontra preso. Porém, nessa ocasião, foi evitada a discussão acerca do *ne bis in idem*, porque os Estados Unidos conseguiram sentenciar Rezaq por pirataria aérea, crime não envolvido na sentença de Malta³⁶¹. Além disso, outro próprio argumento utilizado para evitar o *ne bis in idem* é que ele mesmo não proíbe julgamentos sequenciais por diferentes soberanias, ainda que esses se refiram ao mesmo fato praticado. Na decisão sobre o caso, no que se refere a esse princípio, é reconhecido que fica a critério de cada Estado a forma de aplicar esse princípio, assim como a maneira de aplicá-lo nos casos de extradição³⁶².

Acerca da aplicação do *ne bis in idem* nos casos que envolvem terrorismo, o Supremo Tribunal da Espanha tratou sobre o tema quando se deparou com um caso de um membro do ETA (Pátria Basca e Liberdade, considerada como organização terrorista) que já havia sido anteriormente condenado na França por associação terrorista. Essa condenação por parte da Espanha implicaria a dupla acusação e, portanto, o processo da Espanha em relação ao crime de associação criminosa não seria permitido³⁶³.

O raciocínio utilizado consistiu no fato de que, já que os grupos terroristas costumam não possuir uma hierarquia vertical, e sim horizontal, a partir de sua divisão em células que podem atingir cada uma um país diferente, a participação na organização terrorista deve ser definida pela atividade do membro em cada célula³⁶⁴. Ou seja, se o mesmo indivíduo participa em mais de uma célula em mais de um país, ele pode ser processado e punido em cada jurisdição de forma separada.

³⁵⁹ MILLHOLLAND, Lewis. EgyptAir Flight 648: The story of a woman who survived a terrorist's bullet to her skull, and the FBI special agents who brought her would-be-murderer to justice. **Collegiate Times**. Blacksburg, 30 mar. 2017. News, p. 1-1. Disponível em: <http://www.collegiatetimes.com/news/egyptair-flight/article_4753f35c-152b-11e7-a09d-f7de535180ca.html>. Acesso em: 08 jun. 2018.

³⁶⁰ Ibid, mesmo arquivo.

³⁶¹ Ibid., mesmo arquivo.

³⁶² JUSTIA (Estados Unidos). Cortes Federais. **United States of America, Appellee, v. Omar Mohammed Ali Rezaq, A/k/a Omar Marzouki, A/k/a Omaramr, Appellant, 134 F.3d 1121**: (D.C. Cir.). 1998. Disponível em: <<https://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/F3/134/1121/562102/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

³⁶³ NAÇÕES UNIDAS. Unodc. Nações Unidas. **Digest of Terrorist Cases**. Nova Iorque: United Nations Office On Drugs And Crime, 2010. 144 p. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/terrorism/Publications/Digest_of_Terrorist_Cases/English.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018. P. 17.

³⁶⁴ Ibid., mesma página.

Entretanto, como o ETA não possui esse tipo de organização horizontal, o Supremo Tribunal Espanhol entendeu que o princípio *ne bis in idem* teria prevalência nesse caso³⁶⁵. Ademais, como a própria UNODC destaca, é comum que um só ato terrorista seja capaz de implicar vários resultados, como a explosão de uma bomba que pode provocar diferentes violações³⁶⁶.

Por esse motivo, dá-se liberdade aos Estados em escolherem a melhor forma de aplicar esse princípio³⁶⁷ para que ele não incida no oposto – em deixar de processar e condenar terroristas.

4.3 A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO TERRORISMO: OS NÚCLEOS DE SEUS LIMITES

Com a finalidade de evitar a injustiça que pode ser originada por meio da ideia positiva de direito, os limites possuem extrema importância, seja no *civil law* ou no *common law*. São os limites que surgem por intermédio dos princípios que conseguem estabelecer os contornos das normas e liberdades, contribuindo com a evolução do direito e das instituições políticas³⁶⁸, evitando conceitos e sistemas absolutos no âmbito do direito.

Se os limites da jurisdição nacional se encontram no Poder Estatal, como afirma Alle³⁶⁹, percebe-se que a ordem dos Estados no campo internacional além de ter influência na esfera do direito interno e ser capaz de o limitar, também delimita os contornos no âmbito internacional por meio dos aspectos da soberania.

Tomando por base os preceitos de Pellet, Casella e principalmente Häberle, Alle³⁷⁰ aborda a soberania destacando sua mais moderna percepção em que essa deve ser considerada como um dever-poder para os Estados Constitucionais Cooperativos na esfera do Direito Internacional, negando seu caráter estático e, sobretudo, relacionada e também a serviço dos direitos humanos, consistindo no fundamento dos limites principiológicos abordados.

³⁶⁵ NAÇÕES UNIDAS. Unodc. Nações Unidas. **Digest of Terrorist Cases**. Nova Iorque: United Nations Office On Drugs And Crime, 2010. 144 p. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/terrorism/Publications/Digest_of_Terrorist_Cases/English.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018. P. 16.

³⁶⁶ Ibid., p. 18.

³⁶⁷ Ibid., p. 17.

³⁶⁸ FONTES, Paulo Gustavo Guedes. Limites do direito diante da autonomia moral do indivíduo. **Gen Jurídico**. São Paulo, 10 jul. 2017. Artigos, p. 1-1. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2017/07/10/limites-do-direito/>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

³⁶⁹ ALLE, Saulo Stefanone. **Cooperação jurídica internacional e auxílio direto ativo em matéria penal**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017. 189 p. P. 113.

³⁷⁰ Ibid., p. 57-59.

Dessa forma, compreende-se que a soberania determina a Ordem dos Estados a partir de suas expressões internas e internacionais e em conjunto com os princípios que circundam o Direito Internacional, oferecem as delimitações necessárias. Nesse contexto, encontra-se a cooperação jurídica internacional, que por si só possui delineados limites em seu instituto advindos da base principiológica, que funcionam a partir de entendimentos específicos.

Não diferente disso, é notável que a cooperação jurídica internacional no âmbito específico do terrorismo tem seguido as mesmas delimitações formalizadas a partir dos princípios norteadores de seu sistema, tendo sempre o conceito da soberania como fundamento principal que costuma justificar as razões para os casos da negação dos pedidos de cooperação. Possui, portanto, limites quando se trata de terrorismo.

Entretanto, na medida em que se percebe o amplo leque de situações que podem ser resolvidas por meio da cooperação jurídica internacional tanto em matéria cível como em matéria penal, pode-se vislumbrar que no âmbito do terrorismo, que já engloba uma contextualização diferenciada, esse instituto do Direito Internacional pode ser interpretado a partir de diferentes perspectivas no que tange à utilização de seus instrumentos e mecanismos como meios de enfrentamento do terrorismo.

Em virtude do caráter transnacional que o terrorismo possui, bem como suas áreas acinzentadas que dificultam seu enfrentamento por meio de vias tradicionais utilizadas comumente na área criminal nos direitos internos dos Estados, no momento que esse fenômeno é relacionado com a cooperação, é necessário novas e diferentes percepções para manusear os instrumentos já existentes. A partir disso, será possível ter medidas e formas apropriadas que, de fato, contribuam no confronto efetivo ao terrorismo.

Isso não significa que na perspectiva do terrorismo, a cooperação jurídica internacional não deva ter limitações. Pelo contrário, tida como absoluta, a cooperação teria o cunho de se transformar em instrumento injusto no enfrentamento de algo que já atinge o mundo inteiro de formas negativas. Sem limitações, seria apenas uma forma automatizada de resposta Estatal (e, portanto, legitimada) que responderia de forma violenta aos ataques sofridos.

Considerar qualquer forma de confronto ao terrorismo sem contornos delimitados de forma absoluta e discricionária para todos os Estados consistiria apenas em uma inversão de valores, que pode até ser relacionado com o que George Orwell cria em sua obra 1984: “Guerra é paz. Liberdade é escravidão. Ignorância é força”³⁷¹. Respostas na mesma medida dos

³⁷¹ ORWELL, George. **1984**. Tradução de Wilson Velloso. 29. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. P. 7.

confrontos podem ser capazes de incitar mais o repúdio, o ódio e a violência, além de desrespeitar os próprios preceitos de direitos humanos.

Isso posto, como bem destaca Vergueiro³⁷², a cooperação jurídica internacional não deixa os Estados desprovidos de qualquer controle de atos que devam praticar em seus territórios ou de atos que consistam na solicitação de auxílio a terceiros, a partir de limites advindos principalmente de sua base principiológica que delineia os seus limites.

Partindo desse contexto, propõe-se neste presente estudo para melhor compreensão da temática de limites para a cooperação jurídica internacional específica na matéria do terrorismo duas principais perspectivas que variam a partir de seus núcleos, podendo ser duros e rígidos ou flexíveis e maleáveis, limites que devem ser sempre invariáveis, independentemente se versam sobre o terrorismo ou questões de outra matéria, ou limites que possuem (ou deveriam possuir) uma margem maior de flexibilidade que permitem sua maleabilidade diante de diferentes situações, respectivamente.

Na medida em que essas perspectivas dos limites serão abordadas, analisar-se-á não apenas as formas em que eles são concebidos na atualidade pela doutrina e na prática, como também será abordado se essas percepções se mostram adequadas quando observadas no contexto do terrorismo e, em caso negativo, como se defende que seria mais bem interpretado.

4.3.1 Os limites de núcleo duro

Em primeiro lugar, faz-se necessário abordar os limites principiológicos que possuem caráter inflexível em todo o contexto que permeia a cooperação jurídica internacional, não importando a matéria em que verse especificamente. Além de ser observado como esses limites são encarados e interpretados na prática, abordam-se também os motivos e fundamentos que justificam seu cunho duro e invariável, bem como as situações em que esses limites deveriam ser flexibilizados.

Como observado anteriormente, tem-se a soberania como limite à cooperação jurídica internacional que por si só se apresenta de forma rígida no Direito Internacional, devendo permanecer dessa forma também no cenário do terrorismo. Considerando que a cooperação é uma forma de comunicação entre Estados que respeitam a soberania, defende-se no presente

³⁷² VERGUEIRO, Luiz Fabrício Thaumaturgo. **Implementação da cooperação jurídica internacional vertical**. 2012. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/anais/Downloads/tese_Luiz_Fabricio_T_Vergueiro_revisada_final.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018. P. 45.

estudo a possibilidade e necessidade dos instrumentos de cooperação jurídica internacional no próprio enfrentamento do terrorismo, objeto passível de ser realizado, já que os dois conceitos não são contraditórios entre si.

No caso do princípio *locus regit actum*, é um dos que mais visam proteger a soberania dos Estados. Existe para garantir que nenhum Estado imponha sua vontade ao solicitar cooperação, pois, além de violar a soberania do Estado requerido, iria implicar efeitos extraterritoriais ao Estado requerente³⁷³.

Para evitar que esse princípio implique a não proteção dos direitos humanos do investigado, Moro³⁷⁴ defende que há uma exigência prévia para que o Estado requerente encaminhe a solicitação da medida pretendida à própria autoridade interna responsável e, caso autorizada, encaminhe-se para o Estado requerido. O autor destaca os casos de cooperação para produção de prova por meio da quebra do sigilo bancário, em que o Estado requerido deverá apenas analisar se o pedido pode ser cumprido de acordo com suas próprias regras.

É considerado como princípio limitador de núcleo duro em virtude de suas características condicionantes. Ou seja, ele condiciona à forma em que os pedidos de cooperação devem ser realizados e, caso não seja seguido, consistirá em um vício formal que não necessariamente impedirá que a cooperação seja realizada³⁷⁵. Por esse motivo, em razão de sua própria natureza de não ser flexibilizado dependendo da matéria que verse a cooperação, considera-se que seu núcleo é duro, apesar de não absoluto, pois se o vício formal for corrigido, a cooperação poderá ter seu prosseguimento confirmado.

O princípio da territorialidade, também fundamentado principalmente pelo princípio da soberania a partir da delimitação geográfica e jurisdicional, verifica-se como detentor de limite duro na prática, tendo em vista que a partir dele, a autoridade de um juiz de um Estado não pode ir além de seu limite territorial.

Cumprida a cooperação jurídica internacional lidar com as situações em que se necessita da colaboração de outro Estado – sem, entretanto, violar o princípio maior de soberania, que possui a territorialidade como princípio inerente, sendo ambos dotados de núcleo absoluto e rígido. A cooperação, nesse sentido, ocupa um lugar de alternativa oferecida pelo Direito

³⁷³ MORO, Sergio Fernando. Cooperação jurídica internacional em casos criminais: considerações gerais. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 1. p. 15-58. P. 28.

³⁷³ Caso referente a Norambuena. STF – Extradicação nº 855-2, Relator: MinCelso de Mello, República do Chile e Brasil. Tribunal pleno. Data de Julgamento: 26/08/2004. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/noticias/imprensa/VotoExt855.pdf>>. Acesso em 26 jun 2018. p. 27-28.

³⁷⁴ MORO, Sergio Fernando, op. cit., p. 31.

³⁷⁵ CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. **Cooperação Jurídica Internacional Penal-Tributária e Transnacionalidade**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. p. 144.

Internacional para que se satisfaçam as necessidades de extrapolar os limites fixos de uma forma contida.

Sobre a territorialidade, Ryngaert e Zoetekouw³⁷⁶ observam que os preceitos de limites territoriais não nasceram sozinhos e não são naturais, eles foram criados a partir de noções materiais, políticas e epistemológicas que foram se moldando desde o século XIV. Entretanto, o “achatamento de fronteiras”³⁷⁷ por meio dos avanços tecnológicos contribuiu para o crescimento e desenvolvimento do crime transnacional, demonstrando como os conceitos de territorialidade e soberania estão defasados.

Apesar de a cooperação ser um mecanismo que demonstra a mudança de paradigma nesse aspecto ao tentar alterar a conceituação de poder absoluto do Estado em prol de interesses internacionais³⁷⁸, ainda é clara e presente a rigidez desses princípios em todas as matérias abrangidas pela cooperação jurídica internacional, inclusive no âmbito do terrorismo.

É o caso, por exemplo, de equipes de investigação em campo, em outro Estado, buscando organizações terroristas, que no plano da legalidade não podem agir com rapidez e eficiência para obterem provas suficientes e ser efetivas na captura de terroristas. Por esse motivo, apesar de rígido na prática, esse princípio merece um maior destaque em razão de se defender nesse estudo que quando aplicado na cooperação jurídica internacional, deveria ser mais flexível.

Continuar com limites absolutos e rígidos pode resultar no impedimento que suspeitos sejam encontrados ou provar que cometeram algum crime. A característica dura do núcleo desses princípios pode contribuir para violação dos dois valores em matéria de direito internacional – a eliminação de impunidade, como justiça universal; e o reconhecimento de valores da ordem comunitária internacional³⁷⁹ –, podendo incentivar os Estados a evitar a cooperação nas matérias de terrorismo, em que é necessário agilidade e rapidez.

³⁷⁶ RYNGAERT, Cedric; ZOETEKOUW, Mark. The End of Territory? The Re-Emergence of Community as a Principle of Jurisdictional Order in the Internet Era. *Ssrn Electronic Journal*, [s.l.], p.185-201, 2014. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2523354>. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2523354>>. Acesso em: 29 jun. 2018. P. 188

³⁷⁷ ANSELMO, Marcio Adriano. Cooperação internacional em matéria penal no âmbito do Mercosul: Anatomia do protocolo de San Luís. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo; LIMA, Luciano Flores de (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 6. p. 215-249. P. 216.

³⁷⁸ Ibid., p. 217.

³⁷⁹ ALLE, Saulo Stefanone. **Cooperação jurídica internacional e auxílio direto ativo em matéria penal**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017. 189 p. P. 110.

Nesse contexto, o ciberterrorismo pode encontrar situações que podem facilitar sua impunidade. Oliveira e Callegari³⁸⁰ defendem que, seguindo rigorosamente o princípio da territorialidade, se o agente (aqui entendendo-se como ciberterrorista) ingressa em um Estado por um breve período de tempo, é possível que seja autorizada uma ação penal se preencher as condições para tanto. Porém, caso ele saia do país antes que seja decretada uma prisão, por exemplo, sua execução penal só poderá acontecer se ele por acaso voltar para esse mesmo país.

Após as experiências negativas durante a Segunda Guerra Mundial que ocasionaram horrores às vidas humanas, as Nações Unidas fundamentam a dignidade da pessoa humana com a respectiva promoção ao respeito aos direitos humanos em conformidade com o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948³⁸¹.

Devido a sua evidente necessidade diante das atrocidades que o próprio ser humano é capaz de realizar, a proteção e a promoção aos direitos humanos estão expressamente previstas e garantidas em tratados, assim como no direito internacional consuetudinário e nas bases principiológicas que fundamentam as modalidades do Direito, possuindo a ONU como o órgão ideal e responsável para o desenvolvimento de medidas internacionais que versem sobre os direitos humanos³⁸².

Sendo assim, a partir do seu caráter máximo que atinge todos os seres humanos, evidencia-se que os direitos humanos fundamentais são dotados de grande importância possibilitando observar uma evolução das normas nos âmbitos internacional e doméstico na medida em que o seu próprio conceito evolui, fator que lhe atribui mais força.

Não se estranha, portanto, quando se observa que os direitos humanos fundamentais, além de representarem um guia para as normas e princípios, é, ao mesmo tempo, um limite capaz de delinear até que ponto os institutos do direito podem atuar. Isso quer dizer que em razão de seu histórico, contexto e força, o respeito aos direitos humanos se configura como um limite racional e necessário. Esses fatores que o tornam em um limite principiológico de caráter duro.

O tema de direitos humanos é, entretanto, ainda hoje revestido de nuances capazes de questionar sua legitimidade e conseqüentemente o seu caráter de núcleo duro. Discussões como seu caráter, que pode ser de caráter universal ou relativo, em tese, poderiam colocar à prova o

³⁸⁰ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de.; CALLEGARI, André. **Manual de Direito Penal**. Parte Geral. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A, 2015, p 180.

³⁸¹ UNESCO. Resolução nº 217 A (III), de 10 de dezembro de 1948. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, DF: Representação da Unesco no Brasil, Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

³⁸² ÂMBITO INTERNACIONAL. Nações Unidas. Onu. **O que são os direitos humanos?** 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

caráter não flexível dos direitos humanos como base limitadora da cooperação jurídica internacional, mesmo que a sociedade internacional esteja caminhando para um processo de harmonização.

Contudo, ainda que essas discussões sejam válidas a partir do entendimento que os direitos humanos podem variar a partir de fatores político-ideológicos de cada Estado, a ideia contramajoritária do direito internacional dos direitos humanos é, como afirma Alle³⁸³, um mecanismo capaz de controlar os excessos que possam vir a acontecer até em democracias com sistema constitucionais que *a priori* preveem garantias individuais.

Acerca do padrão normativo universal sob a perspectiva dos direitos humanos, Bechara³⁸⁴ resalta o modelo de *standards*, entendendo ser as normas jurídicas com caráter cogente dotadas, portanto, de força e ética, utilizadas para garantir e concretizar direitos, liberdades e garantias que são aceitas perante a sociedade. Esse processo de reconhecimento de *standards* pode ser realizado principalmente pelo meio da harmonização, que consiste na incorporação das normas internacionais pelo direito interno.

Assim, o autor assevera que os direitos humanos devem ser qualificados como *standard* normativo universal que são incorporados no âmbito doméstico e devem, portanto, ser preservados em razão da harmonização dos valores ideais que devem ser seguidos ainda que os Estados já possuam outras tradições jurídicas, sob uma visão axiológica³⁸⁵.

É, dessa forma, um princípio que controla os excessos existentes e que, concomitantemente, deve ser apresentado como limite rígido em institutos do direito, como a própria cooperação jurídica internacional. Significa que os valores de direitos humanos fundamentais contidos no Estado requerido são capazes de constituir motivos sólidos para uma denegação de cooperação, ainda que os Estados não compartilhem das mesmas posições política-ideológicas de direitos humanos como no caso *Soering vs. Reino Unido* tratado anteriormente, em que o Estado requerido se posiciona de uma forma diferente sobre o corredor e pena de morte do Estado requerente.

Compreende-se, portanto, que mesmo não previsto expressamente em todos os tratados que versam sobre cooperação jurídica internacional, os princípios de direitos humanos já adquiriram uma posição tão forte no direito que, como considera Abade³⁸⁶, os Estados

³⁸³ ALLE, Saulo Stefanone. **Cooperação jurídica internacional e auxílio direto ativo em matéria penal**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017. 189 p. P. 88.

³⁸⁴ BECHARA, Fábio Ramazzini. **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal: eficácia da prova produzida no exterior**. São Paulo: Saraiva, 2011. 215 p. P. 63-64.

³⁸⁵ Ibid., p. 65.

³⁸⁶ ABADÉ, Denise Neves. **Direitos fundamentais na cooperação jurídica internacional: extradição, assistência jurídica, execução de sentença estrangeira e transferência de presos**. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 107.

requeridos não podem condescender com violações de direitos humanos e nem sequer se omitir, caso estejam diante de situações em que os Estados requerentes possam cometer tais violações.

A respeito de toda a evolução conquistada no que tange à dignidade da pessoa humana em todas as áreas que envolvem os direitos humanos, ainda se observa a necessidade de enfrentar obstáculos conceituais. No âmbito do terrorismo, os direitos humanos fundamentais se deparam com a tendência social e governamental de, como Blakesley³⁸⁷ aduz, encontrar atalhos para buscar a verdade e eliminar possíveis impunidades de crimes advindos do “lado malvado”, ou seja os terroristas, inimigos.

Por vezes, nota-se o embate dos discursos sobre o assunto. De um lado, há os que defendem que tudo é permitido para combater os atuais inimigos da sociedade global, enquanto do outro, alega-se que a resposta ao terrorismo não deve ser realizada da mesma forma do ataque, devendo respeitar os limites principalmente delineados pelos direitos humanos.

Neste diapasão, tem-se a situação da prisão de Guantánamo, organizada e administrada pelos Estados Unidos. Após o ataque de 11 de setembro, com a declarada Guerra ao Terror, deu-se início a uma corrida desenfreada de combate ao terrorismo para manter a população a salvo, mesmo que para isso fosse necessário deixar os direitos humanos de lado³⁸⁸.

A Baía de Guantánamo, fixada em 2002 em Cuba, foi idealizada para manter os suspeitos de serem terroristas ou que tivessem informações importantes acerca das organizações terroristas, a fim de auxiliar o combate ao terrorismo. Apreendidos em países como o Afeganistão e Paquistão, os detentos eram considerados como se não fossem detentores de direitos, chegando a sofrer torturas e tratamentos desumanos, como ausência de sono, solidão, longos períodos no calor, no frio ou com barulhos³⁸⁹.

O perigo de não seguir os contornos delineados pelos direitos humanos consiste, além de transformar-se em perseguição injusta, em realizar tratamentos desumanos e ainda assim não conseguir atingir o objetivo esperado de enfrentar o mal do terrorismo. De acordo com pesquisas da Humans Rights Watch (HRW)³⁹⁰, por exemplo, da totalidade dos detentos em

³⁸⁷ BLAKESLEY, Christopher L.. Autumn of the Patriarch: The Pinochet Extradition debacle and beyond - Human rights clauses compared to traditional derivative protections such as double criminality. **The Journal Of Criminal Law And Criminology**, [s.l.], v. 91, n. 1, p.1-98, 2001. Disponível em: <<https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=7066&context=jclc>>. Acesso em: 25 jun. 2018. P. 6.

³⁸⁸ ANISTIA INTERNACIONAL (Reino Unido). Anistia Internacional. **Guantánamo Bay: 14 years of injustice**. 2018. Disponível em: <<https://www.amnesty.org.uk/guantanamo-bay-human-rights>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

³⁸⁹ HRW. Guantanamo Bay, Us Detentions, and the Trump Administration. 2018. Elaborada por Human Rights Watch. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2018/02/01/qa-guantanamo-bay-us-detentions-and-trump-administration>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

³⁹⁰ Ibid, mesmo arquivo.

Guantánamo, apenas 17% acabaram envolvidos com o terrorismo depois de libertos, ficando a vasta maioria sem ter relações posteriores com organizações terroristas.

É evidente que em sua busca de combater a Guerra ao Terror, principalmente no que tange ao contexto de Guantánamo, os Estados Unidos não consideraram medidas de cooperação efetivas que pudessem de fato auxiliar suas pretensões antiterroristas, escolhendo em vez disso, medidas unilaterais que geram controvérsias em claro desrespeito aos direitos humanos. Levando-se em consideração a necessidade tanto da cooperação jurídica internacional quanto sua limitação pelos princípios de direitos humanos, salta aos olhos sua importância no contexto do terrorismo.

Dessa forma, cumpre destacar a título ilustrativo a utilização de ambos no caso prático que ficou conhecido como Caso Pinochet, em que houve a utilização do requerimento de extradição – o instrumento o qual mais circunda a necessidade da limitação pelos direitos humanos. Nesse caso, o General Augusto Pinochet, responsável pela ditadura militar no Chile na década de 70, foi processado por genocídio, terrorismo e tortura cometidos durante o período de ditadura³⁹¹.

Enquanto estava recebendo tratamento médico no Reino Unido, a Espanha requereu sua apreensão para fins de extradição para responder pelos crimes em que foi acusado, tendo a Suprema Corte Espanhola entendido que possuía jurisdição para o caso. Detido na Inglaterra, deu-se início a uma batalha interna de documentos a favor de sua detenção e sua consequente defesa que envolveria caso de imunidade por ter sido Chefe de Estado, tendo o Reino Unido decidido que não envolveria caso de imunidade em razão de no momento do requerimento, ele não ocupar mais o cargo³⁹².

Mesmo assim, após laudos e perícias médicas, restou-se comprovado que as condições de saúde de Pinochet eram graves e que ele não teria condições suficientes de responder ao processo na Espanha. O pedido de extradição foi denegado em virtude da incapacidade do extraditando³⁹³, independentemente da culpa efetiva ou não de Pinochet nos crimes em que estava sendo acusado.

³⁹¹ JONAS, Stacie. The ripple effect of the Pinochet Case. **American University Washington College Of Law**, [s.l.], v. 11, n. 3, p.36-38, 2004. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/home/163-general/29411.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018. P. 36.

³⁹² REINO UNIDO. House Of Lords. Judgment nº In Re Pinochet. Opinions of the Lords of appeal for judgment in the cause. Reino Unido, . Disponível em: <<https://publications.parliament.uk/pa/ld199899/ldjudgmt/jd990115/pino01.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

³⁹³ BLAKESLEY, Christopher L.. Autumn of the Patriarch: The Pinochet Extradition debacle and beyond - Human rights clauses compared to traditional derivative protections such as double criminality. **The Journal Of Criminal Law And Criminology**, [s.l.], v. 91, n. 1, p.1-98, 2001. Disponível em: <<https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=7066&context=jclc>>. Acesso em: 25 jun. 2018. P. 16.

Sobre a incapacidade do extraditando, como bem destaca Blakesley³⁹⁴, um dos valores básicos protegidos pela dignidade da pessoa humana é que, caso o indivíduo não tenha capacidades mentais suficientes para passar por um julgamento ou não consiga entender o que está acontecendo consigo sob ponto de vista legal, o julgamento não deve ser prosseguido. Isso porque, de acordo com o autor, qualquer Estado que tenha em seu ordenamento jurídico interno valores de direitos humanos, possui um mecanismo que proteja os incapazes de se submeterem a julgamentos, mesmo que tenham cometido atrocidades.

Ainda que não necessariamente em razão de serem princípios *standard*, os direitos humanos são expressamente previstos em alguns tratados que versam sobre extradição especificamente ou nos códigos penais do direito doméstico, demonstrando com ênfase seu caráter limitador de núcleo duro.

Exemplifica-se o caso com o artigo 6º da Lei da cooperação judiciária internacional em matéria penal de Portugal³⁹⁵, que prevê como requisito geral negativo o desrespeito do disposto na Convenção Europeia para Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, bem como quando houver fundamentos para crer que os instrumentos da cooperação jurídica internacional estejam sendo solicitados para punir ou perseguir um indivíduo, entre outras medidas.

A respeito do princípio da não devolução, também intimamente relacionado aos direitos humanos, destaca-se seu caráter rígido. Nesse ponto, ele se harmoniza com a limitação contida nos próprios requisitos da extradição nos Estados do crime em questão não ser de cunho político. Ressalta-se, inclusive, que as perspectivas do princípio da não devolução, conceito de refugiado, crime político, terrorismo e a própria extradição e seus requisitos específicos são temas tão interligados que por vezes se confundem, havendo discussões nos casos práticos para decidir quando seria o caso de um ou outro.

Exemplo evidente disso se encontra no caso de extradição nº 855-2 analisado pelo STF em 2004³⁹⁶, no qual o Ministro Relator Celso de Mello aborda os conceitos em separado e, mais tarde, em conjunto. O caso trata do pedido de extradição realizado feito pelo Chile em face de

³⁹⁴ BLAKESLEY, Christopher L.. Autumn of the Patriarch: The Pinochet Extradition debacle and beyond - Human rights clauses compared to traditional derivative protections such as double criminality. **The Journal Of Criminal Law And Criminology**, [s.l.], v. 91, n. 1, p.1-98, 2001. Disponível em: <<https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=7066&context=jclc>>. Acesso em: 25 jun. 2018. P. 16.

³⁹⁵ PORTUGAL. Lei nº 144/99, de 13 de agosto de 1999. Aprova a lei de cooperação judiciária internacional em matéria penal. . [s.l.], Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/581978/details/maximized>>. Acesso em: 25 jun. 2018

³⁹⁶ STF – Extradição nº 855-2, Relator: MinCelso de Mello, República do Chile e Brasil. Tribunal pleno. Data de Julgamento: 26/08/2004. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/noticias/imprensa/VotoExt855.pdf>>. Acesso em 26 jun 2018.

Maurício Norambuena, que havia sido condenado em seu país pela prática dos crimes de homicídio, formação de quadrilha armada e extorsão mediante sequestro – todos de caráter terrorista.

Mesmo o extraditando tendo expressado que queria retornar ao seu país, houve a análise técnica dos requisitos previstos na legislação brasileira, já que era o Estado requerido, incluindo o estudo de possível prescrição, dupla imputação e exclusão de julgamento anterior em Tribunal de Exceção. Observado o cumprimento dos requisitos e não sendo verificada nenhuma causa de exclusão, o Ministro Relator seguiu sua análise com a finalidade de decidir se o caso envolveria crime político ou não em específico.

Para isso, realizou um estudo dos conceitos do crime político, relacionando-o diretamente com a prática do terrorismo a partir de noções de asilo e refúgio. Fez-se necessário analisar todos esses conceitos em razão de que, caso o extraditando se configurasse na categoria de refugiado, as práticas delitivas em comento seriam de cunho político e, portanto, impediriam que a solicitação de extradição fosse concedida. O princípio da não devolução, nesse caso, traça limites evidentes de caráter rígido, tendo em vista permanecer o mesmo independente das circunstâncias, salvaguardando os direitos dos extraditados envolvidos com crimes políticos.

Por outro lado, ao entender que o caso não se configurava como crime político, e sim terrorista, o tratamento da situação se torna diferenciado ao afastar as justificativas formais e materiais de possível denegatória do pedido de extradição, cabendo apenas fundamentar os motivos dos crimes praticados por Norambuena ao descaracterizar atos terroristas como crimes políticos. Considerou-se, principalmente, que a extradição deveria ser concedida em razão dos atos terroristas não possuírem conteúdo altruístico, ante a ausência de substrato ético³⁹⁷.

No entanto, a extradição foi concedida com a condição de que a pena de prisão perpétua decidida no Chile fosse comutada para prisão de trinta anos em razão de o Brasil não admitir pena perpétua. O Chile até o momento não cumpriu o acordado e Norambuena já está há mais de 14 anos preso, encontrando-se atualmente na penitenciária federal em Mossoró.³⁹⁸

Nesse mesmo sentido de caráter inflexível dos limites abordados neste estudo, tem-se também a proteção das garantias fundamentais e da ordem pública, limitações principiológicas essas que não apenas se referem a todos os instrumentos da cooperação, como também afetam

³⁹⁷ STF – Extradição nº 855-2, Relator: MinCelso de Mello, República do Chile e Brasil. Tribunal pleno. Data de Julgamento: 26/08/2004. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/noticias/imprensa/VotoExt855.pdf>>. Acesso em 26 jun 2018.

³⁹⁸ TRF-1. Andamento do processo n. 4050-98.2015.4.01.4100. Execução da Pena. 12 abril 2016. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/323586031/andamento-do-processo-n-4050-9820154014100-execucao-da-pena-12-04-2016-do-trf-1>>. Acesso em 20 jul 2018.

diretamente as questões associadas ao terrorismo. Portanto, apesar de ser o instrumento que mais se destaca que envolva os dois temas, a extradição não é o único meio existente que seja capaz de atuar na cooperação.

Em meio ao contexto da globalização e transnacionalidade, utilizar-se de meios no âmbito do ciberespaço se tornou essencial com as tecnologias envolvidas, incluindo a produção de provas com auxílio de outros países para julgamentos internos. Nesse ponto de vista, há as cartas rogatórias como instrumento da cooperação jurídica internacional, que engloba produções de provas como a interceptação telefônica, assim como o auxílio direto.

Espécie de prova que tem potencial de auxiliar fortemente as investigações criminais, as interceptações telefônicas são amplamente utilizadas no âmbito de crime organizado e lavagem de dinheiro. Em razão de ter nuances semelhantes ao crime de terrorismo, entende-se que as interceptações também seriam de extrema importância no processo de conhecimento de organizações terroristas. Assim, as normas que tratam sobre interceptações telefônicas começam a ter previsão de sua utilização no âmbito do terrorismo, como o próprio anteprojeto de lei de interceptação telefônica do Brasil³⁹⁹.

Na medida em que se observa sua necessidade e importância, as interceptações telefônicas devem ser produzidas por meio da cooperação jurídica internacional obedecendo não apenas os preceitos de direitos humanos fundamentais, que envolve a liberdade de comunicação, como também a garantia da ordem pública. Como destaca Bechara⁴⁰⁰, aplica-se às interceptações tanto as limitações de direitos humanos como as garantias de ordem pública. A medida tem que ser prevista tanto no Estado requerente quanto no requerido para que a cooperação possa ser concedida.

Nesse caso de garantia da ordem pública, apesar de não serem expressamente determinados em razão da dependência de seus preceitos específicos de cada Estado, esse limite deve ser interpretado como duro, tendo em vista que nos casos de terrorismo não se admitiria que fossem descumpridos ou flexibilizados se a própria defesa de direitos humanos já consta como núcleo rígido, sendo ambos os limites interligados.

Isso quer dizer que mesmo investigando um suspeito de ser membro de uma organização terrorista, em que a interceptação de sua comunicação seja essencial, a cooperação estará limitada da mesma forma que aconteceria com outros processos de investigações nas demais

³⁹⁹ BRASIL. Anteprojeto de lei de 2009. Comissão Parlamentar de Inquérito das Escutas Telefônicas Clandestinas. Art. 19. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/anteprojeto.pdf>> .Acessado em 27 de jun 2018.

⁴⁰⁰ BECHARA, Fábio Ramazzini. **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**: eficácia da prova produzida no exterior. São Paulo: Saraiva, 2011. 215 p.122.

áreas. O que se sugere é que os casos de terrorismo, por possuírem caráter de urgência, tivessem prioridade nas jurisdições dos Estados requeridos quando os pedidos de cooperação versassem sobre essa área, considerando-se que sua prevenção e seu consequente enfrentamento são prioridade em nível internacional.

Há necessidade, portanto, de esses princípios não serem tão rígidos na prática. Não seria caso de violação de soberania, mas sim, perceber que o Direito Internacional, mais do que nunca, tem que acompanhar as evoluções da sociedade. Livrar-se das amarras rígidas e burocráticas é a forma ideal para responder ao terrorismo, estando preparado para lidar com as questões de cooperação da melhor forma possível.

4.3.2 Os limites de núcleo flexível

Na prática, alguns dos princípios limitadores elencados neste estudo se apresentam com o núcleo flexível, capazes de se moldarem diante das questões e casos específicos para que a cooperação jurídica internacional não fique prejudicada. Por ser uma área que envolve crimes transnacionais no tempo e no espaço real e virtual, nem todos os limites duros e inflexíveis são capazes de contribuir para prevenção e enfrentamento do terrorismo, pois essas características poderiam contribuir com a impunidade dos fatos delituosos, além de prejudicar intensamente as investigações de organizações terroristas.

Partindo para a perspectiva processual da cooperação jurídica internacional, verifica-se que o princípio da especialidade possuiria, num primeiro olhar, núcleo rígido, considerando-se que as solicitações de cooperação que podem ser requeridas devem se encaixar nos termos do Estado requerido. Porém, quando analisado detalhadamente, observa-se que na prática no que tange às provas produzidas por meio dos instrumentos da cooperação, algumas vezes é permitida sua utilização em outros processos que não sejam o que ocasionou o pedido de cooperação.

No caso do MLAT entre Brasil e Estados Unidos, por exemplo, Giacomolli e Diettrich⁴⁰¹ percebem que a regra geral disposta no artigo VII, 1, é que se dê ampla autorização para a utilização de provas produzidas por intermédio da cooperação jurídica internacional para

⁴⁰¹ GIACOMOLLI, Nereu José; DIETRICH, Eduardo Dalla Rosa. Necessidade e limites na cooperação jurídica internacional em matéria criminal: ordem pública e especialidade. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; CHOUKR, Fauzi Hassan (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 257-284. P. 279.

outros processos que as necessite, salvo os casos em que um dos Estados requeira expressamente seu uso restrito.

Observa-se, portanto, que esse limite é dotado de uma considerável flexibilidade, o que deve ser encarado com reservas, como afirmam os autores⁴⁰². A previsão do compartilhamento de provas até no âmbito criminal pode ser algo positivo em situações que o investigado esteja envolvido em processos de outros âmbitos, como administrativo ou cível, inclusive nos casos de terrorismo, já que agilizaria ambos os processos no lugar de precisar de outra solicitação de cooperação.

Todavia, diante da autorização no MLAT de compartilhamento e permissão das provas para qualquer finalidade se os documentos tiverem se tornado público⁴⁰³, levando em consideração que essa mesma medida pode ser prevista em outros acordos multilaterais e bilaterais, em outras situações que versassem sobre o terrorismo e provas penais, essa característica flexível do limite poderia se tornar um empecilho.

Para evitar que isso ocorra, é fundamental que se note a possibilidade de o Estado requerer o uso restrito das provas, quando já seja a regra principal ou possibilidade de exceção. Isso quer dizer que, apesar de seu caráter flexível, o princípio da especialidade possui meios suficientes que garantem a devida eficácia das provas produzidas, demonstrando sua adequabilidade na prática às situações que em anos anteriores não eram previstas, oferecendo, inclusive, eficiência à cooperação.

No ponto de vista do princípio da especialidade na extradição, em que o extraditando não deve ser processado por outros fatos além do que originou o pedido de extradição ou ser levado a um terceiro Estado por outra ofensa cometida, Blakesley⁴⁰⁴ considera mais uma vez que para salvaguardar os direitos humanos, seria necessário que seu núcleo fosse duro.

O autor, entretanto, observa que na prática, como no caso do Tratado entre Estados Unidos e França que versa sobre extradição, no artigo 19, é prevista a possibilidade de julgamento de outro crime que não seja o que deu origem ao pedido de cooperação caso o outro Estado não se oponha. Para ele, a falha em salvaguardar os direitos humanos a partir da

⁴⁰² GIACOMOLLI, Nereu José; DIETRICH, Eduardo Dalla Rosa. Necessidade e limites na cooperação jurídica internacional em matéria criminal: ordem pública e especialidade. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; CHOUKR, Fauzi Hassan (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 257-284. P. 280.

⁴⁰³ Ibid., mesma página.

⁴⁰⁴ BLAKESLEY, Christopher L.. Autumn of the Patriarch: The Pinochet Extradition debacle and beyond - Human rights clauses compared to traditional derivative protections such as double criminality. **The Journal Of Criminal Law And Criminology**, [s.l.], v. 91, n. 1, p.1-98, 2001. Disponível em: <<https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=7066&context=jclc>>. Acesso em: 25 jun. 2018. P. 53.

expansão dos julgamentos não deveria existir e a ausência de sua aplicação ou a violação desse limite deveria significar que o extraditando deve ser liberado da custódia e sair do país, caso já tenha sido entregue para o país requerente.⁴⁰⁵

Atribui-se esse núcleo flexível ao princípio da dupla imputação, que possui uma aplicação nebulosa no âmbito do terrorismo. O principal motivo dessa área cinzenta consiste no fato da ausência de uma só definição exata que caracterize o terrorismo, correndo o risco de acontecer o caso da cooperação versar sobre esse crime e ele possuir diferentes tipificações ou nenhuma, o que não cumpriria com o requisito da dupla imputação, fazendo com que o pedido de cooperação deva ser denegado.

Blakesly⁴⁰⁶ destaca em seu estudo o caso da extradição de Pinochet para a Espanha, alegando que o Reino Unido se utilizou da aplicação altamente dura, rígida e dualística da dupla imputação para evitar a extradição, negando assim a cooperação para proteger os direitos humanos fundamentais do extraditando. Entretanto, de acordo com o autor, apesar da dupla imputação em seu caráter mais rígido conseguir proteger os direitos humanos⁴⁰⁷, na prática, ela se mostra diferenciada, principalmente na atualidade na qual se verifica que esse princípio está sendo flexibilizado a depender do caso.

Na decisão de Norambuena, abordada anteriormente em que foram destacados os princípios limitadores de núcleo duro, também é possível identificar a abordagem da dupla imputação diante da dificuldade em analisar atos que no Estado requerente já são caracterizados como terroristas e no Estado requerido não, já que o caso foi julgado antes da criação e promulgação da Lei de Antiterrorismo.

Ante a ausência de tipificação concreta e expressa de terrorismo à época do pedido de extradição de Norambuena, o Ministro Celso de Mello⁴⁰⁸ considera que os crimes em que o extraditando havia sido julgado, independente de terem sido qualificados como detentores de valores terroristas, existem no ordenamento jurídico com plena correspondência à previsão de crimes de homicídio, extorsão mediante sequestro e formação de quadrilha armada no Código Penal. Havia, portanto, correspondência típica, apesar de penas previstas diferentes.

⁴⁰⁵ BLAKESLEY, Christopher L.. Autumn of the Patriarch: The Pinochet Extradition debacle and beyond - Human rights clauses compared to traditional derivative protections such as double criminality. **The Journal Of Criminal Law And Criminology**, [s.l.], v. 91, n. 1, p.1-98, 2001. Disponível em: <<https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=7066&context=jclc>>. Acesso em: 25 jun. 2018. P. 54.

⁴⁰⁶ Ibid., p. 13.

⁴⁰⁷ Ibid., p. 40.

⁴⁰⁸ STF – Extradição nº 855-2, Relator: MinCelso de Mello, República do Chile e Brasil. Tribunal pleno. Data de Julgamento: 26/08/2004. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/noticias/imprensa/VotoExt855.pdf>>. Acesso em 26 jun 2018. P. 16.

Acerca do caráter terrorista, o Ministro se posiciona como favorável no que tange ao Brasil admitir a mesma qualificação dos crimes, considerando que eles não são de caráter político e se equiparam de fato às ofensas previstas na Constituição Federal. É em razão de considerar esses crimes com cunho terrorista, atos desprezados pela Constituição⁴⁰⁹, que o Ministro Celso de Mello impede a aplicação do limite à extradição por crime político⁴¹⁰.

Verifica-se, assim, que sob a perspectiva limitadora da dupla imputação, esse é um princípio de grande importância por, em primeiro lugar, salvaguardar os valores de cada Estado que são refletidos em seus códigos criminais, impedindo assim que o Estado requerido seja obrigado a cooperar quando possui valores internos diferenciados (como seria o caso se um país estivesse requerendo extradição por crime de adultério, quando esse não é mais tipificado); como também ele garante a proteção dos direitos humanos fundamentais quando aplicado de forma rígida⁴¹¹.

Apesar de ser constantemente previsto em tratados e nos próprios estudos de cooperação jurídica internacional, mais especificamente nos instrumentos de extradição e homologação de sentenças estrangeiras, sua flexibilização também é evidente quando se verificam os casos mais recentes, como o próprio caso de Norambuena, em que se maleabilizou o princípio a partir de uma interpretação análoga, o suficiente para que a extradição fosse concedida em 2004.

Além disso, como bem destaca Anselmo⁴¹², observa-se a clara flexibilização da dupla imputação em tratados específicos bilaterais, como o Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre Brasil e Portugal, que determina a análise de elementos constitucionais e nomes jurídicos dos fatos típicos, bem como a admissibilidade de cooperação entre um crime e uma infração, como é o caso do Brasil e Suíça, em que sonegação tributária não é considerada crime e sim, um ilícito administrativo.

Apesar dos argumentos de Blakesley acerca da necessidade da rigidez do princípio da dupla imputação para maior proteção aos direitos humanos, observa-se também a importância

⁴⁰⁹ BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº S/N, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. ed. Brasília, DF. Artigo 5º, LII.

⁴¹⁰ STF – Extradição nº 855-2, Relator: MinCelso de Mello, República do Chile e Brasil. Tribunal pleno. Data de Julgamento: 26/08/2004. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/noticias/imprensa/VotoExt855.pdf>>. Acesso em 26 jun 2018. P. 24.

⁴¹¹ BLAKESLEY, Christopher L.. Autumn of the Patriarch: The Pinochet Extradition debacle and beyond - Human rights clauses compared to traditional derivative protections such as double criminality. **The Journal Of Criminal Law And Criminology**, [s.l.], v. 91, n. 1, p.1-98, 2001. Disponível em: <<https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=7066&context=jclc>>. Acesso em: 25 jun. 2018. P. 43.

⁴¹² ANSELMO, Marcio Adriano. Cooperação internacional em matéria penal no âmbito do Mercosul: Anatomia do protocolo de San Luís. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo; LIMA, Luciano Flores de (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 6. p. 215-249. P. 230.

de sua flexibilização para adaptação da atualidade. Na época em que o autor escreveu sua obra que se dedica principalmente em analisar o caso de Pinochet, os crimes não possuíam o caráter transnacional que possuem hoje, o que direciona a necessidade cada vez mais crescente de cooperação.

É principalmente em razão disso que pode se considerar que o núcleo flexível desse princípio na prática atual vem trazendo aspectos positivos para o dinamismo da cooperação jurídica internacional. Não se deve atribuir caráter rígido quando sua flexibilidade pode auxiliar o outro Estado, contanto que os valores domésticos do Estado não sejam violados.

A interpretação abstrata do princípio da dupla imputação, que admite a analogia, no âmbito do terrorismo, consegue demonstrar o empenho dos Estados em repudiar esse fenômeno, ainda que ele não possua definições exatas suficientes para ser adotado igualmente em todos os ordenamentos jurídicos internos. Indica, na verdade, um avanço na forma em que se trata o terrorismo por meios previstos no Direito Internacional na ausência de um processo de harmonização de entendimentos por parte dos Estados que, em conjunto, definissem os contornos mínimos do terrorismo.

Quanto ao princípio *ne bis in idem*, é evidente que sua prática no âmbito do terrorismo tem tratamento diferenciado de acordo com a própria decisão da ONU de deixar a critério dos Estados a sua aplicação ou não. Nota-se, portanto, que esse princípio é dotado de flexibilidade justamente pela liberdade de escolha de como aplicá-lo, tendo em vista que uma só ação terrorista tem o condão de provocar danos em várias pessoas e pode inclusive atingir mais de um Estado ao mesmo tempo.

As mesmas ações de um indivíduo podem se categorizar como pertencente a mais de um fato típico nos diferentes Estados, como no caso de Omar Rezaq, em que nos Estados Unidos suas ações se configuravam como pirataria aérea, enquanto em Malta se configurava em outros fatos típicos. Se não fosse a liberdade dos Estados em decidir como melhor aplicar o *ne bis in idem*, Rezaq ainda estaria em liberdade e poderia ter participado mais ativamente de outros ataques terroristas.

Apesar de, nesse caso, os Estados Unidos terem realizado uma evidente manobra ao conseguir levar Rezaq às terras norte-americanas para conseguir processá-lo e julgá-lo, os responsáveis nessa missão souberam se comunicar com as autoridades dos Estados em que o indivíduo se encontrava, como a Nigéria, tendo havido todo um processo de cooperação conjunta para capturá-lo.

Blakesley⁴¹³ ressalta que o caráter flexível do *ne bis in idem* representa dúvidas em sua proteção, ainda que esteja previsto em muitos tratados de extradição. É o caso, por exemplo, de quando os tratados de extradição determinam que é permitido extraditar quando os delitos forem cometidos sob a jurisdição do Estado requerente, mesmo que os delitos também tenham acontecido no Estado requerido, que poderá, portanto, julgar primeiro o indivíduo e só depois extraditá-lo.

Numa perspectiva mais radical acerca desse princípio, Vervaele considera que “historicamente se tem considerado que o princípio *ne bis in idem* somente se aplica a nível nacional e está limitado à justiça penal”⁴¹⁴, apesar de defender que está previsto como direito individual em Convenções e Pactos do Direito Internacional. Porém, destaca o Convênio Europeu de Direitos Humanos (CEDH), que negou a existência desse princípio em seu artigo 6º.⁴¹⁵

O autor acrescenta, ainda, que mesmo nas situações em que no plano internacional o *ne bis in idem* é aceito pelos Estados e previstos em seus tratados, as diferentes interpretações acerca dos temas “*idem*” e “*bis*” podem causar problemas. Exemplifica-se esse problema diante da incerteza se o que é considerado como “mesmos fatos” inclui mesma definição do delito juridicamente falando, ou mesmo conjunto de fatos⁴¹⁶.

Para Blakesley⁴¹⁷, as limitações conferidas à cooperação jurídica internacional que não sejam de caráter protecional diretamente ligados aos direitos humanos, não conseguem proteger o indivíduo. Visam apenas proteger os interesses soberanos de cada Estado, principalmente no que concerne ao instrumento da extradição. É em razão disso que quem é responsável por levantar as questões de limitação da cooperação é o próprio Estado envolvido, e nunca o extraditando.

Essas limitações a que Blakesley se refere enquadram principalmente os limites aqui destacados como detentores de núcleo flexível. É imperioso notar, entretanto, que a flexibilização dos limites não representa necessariamente uma ofensa aos direitos humanos –

⁴¹³ BLAKESLEY, Christopher L.. Autumn of the Patriarch: The Pinochet Extradition debacle and beyond - Human rights clauses compared to traditional derivative protections such as double criminality. **The Journal Of Criminal Law And Criminology**, [s.l.], v. 91, n. 1, p.1-98, 2001. Disponível em: <<https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=7066&context=jclc>>. Acesso em: 25 jun. 2018. P. 34.

⁴¹⁴ VERVAELE, John A.E.. Direitos Fundamentais no espaço de liberdade, segurança e justiça: o *ne bis in idem* pretoriano do Tribunal de Justiça. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 11. p. 439-476..P. 442

⁴¹⁵ Ibid., P. 444.

⁴¹⁶ Ibid., P. 446.

⁴¹⁷ BLAKESLEY, Christopher L., op. cit., p. 4-5.

representam, em vez disso, uma necessária adaptação e evolução de conceitos rígidos quando deparados com novas nuances de fenômenos existentes, como o terrorismo.

Defender que o Direito Internacional, a cooperação jurídica internacional e seus respectivos princípios sejam sempre rígidos seria admitir que os instrumentos oferecidos pelo direito estão ultrapassados quando deparados com a realidade atual que envolve novas situações a todo momento. Não se ignora, aqui, entretanto, a necessidade de se observar a proteção dos direitos humanos, mas sim, a necessidade de observar que instrumentos tradicionais devem evoluir para que possam de fato enfrentar o terrorismo.

Mais do que isso, deve-se compreender que a cooperação jurídica internacional, ainda que possua limites de caracteres duros e flexíveis, oferece um melhor caminho no âmbito da previsão pelo Direito do que a busca de satisfação de interesses próprios de um Estado por meio unicamente de medidas unilaterais. Isso porque o cunho transnacional do terrorismo afeta toda a comunidade internacional de maneira que, ainda que o atentado terrorista tenha acontecido em um só local, como o caso do 11 de setembro, todo o mundo é afetado – afinal, se aconteceu com uma das maiores potências mundiais, pode-se facilmente acreditar que aconteceria também em outros locais, como foi o caso de alguns países europeus como Espanha e Inglaterra.

Nesse diapasão, tem-se o caso da captura e morte de Osama bin Laden⁴¹⁸, pertencente à organização terrorista Al Qaeda e grande responsável pelo atentado de 11 de setembro de 2001, ocasião em que aviões controlados por terroristas que atingiram as torres do World Trade Center e o Pentágono.

Percebe-se, nesse caso, a ausência da cooperação jurídica internacional em possível interceptação telefônica do indivíduo. Se tivesse sido solicitada ao Paquistão desde o início, quando a identidade do integrante foi descoberta, a interceptação como prova poderia ter evitado que os Estados Unidos agissem de forma unilateral por meio de medidas de vigilância quando no território do Paquistão.

Devido à contextualização de terrorismo envolvida no caso, implicaria ao Paquistão o dever de cooperar no plano internacional, afastando a vontade individual e nacionalista capaz

⁴¹⁸ Caso que em 2011 Osama bin Laden foi capturado pelos Estados Unidos no Paquistão. Processo de investigação e dedicação da inteligência norte americana, a busca por bin Laden durou 10 anos, sendo possível a partir de um pseudônimo descoberto de um dos integrantes mensageiros da Al Qaeda. Verificada a conexão com bin Laden, foi descoberto sua localização, apesar da incerteza se era de fato bin Laden que se encontrava lá. Com um planejamento específico de invasão aérea e terrestre, a missão de captura-lo vivo ou morto foi iniciada – caso ele se rendesse, a ideia era de leva-lo a julgamento criminal. Bin Laden de fato estava lá e foi morto no incidente, tendo seu corpo sido jogado ao mar para não ser encarado como mártir, após confirmação de identidade. Cf. BOWDEN, Mark. The death of Osama bin Laden: how the US finally got its man. **The Guardian News**. [s.l.], p. 1-1. 12 out. 2012. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2012/oct/12/death-osama-bin-laden-us>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

de prejudicar os planos de captura. Sobre o dever de cooperar em matéria penal, Trotta e Ferreira⁴¹⁹ escrevem sobre sua previsão na prestação de assistência penal em tratados da ONU que tratam especificadamente de crimes transnacionais, como o caso da Convenção de Palermo e Mérida.

Em seu estudo sobre o caso bin Laden, Mégret⁴²⁰ inicia sua análise jurídica a partir da ideia de que, em razão de sua provada culpabilidade, o indivíduo seria julgado na jurisdição norte-americana, que anteriormente já julgou pessoas em razão de terrorismo, havendo a possibilidade de culminar na execução do acusado frente às leis domésticas. A questão para o autor, no caso, era que bin Laden se classificava como um fugitivo fora da jurisdição americana em local no qual as autoridades não possuíam competência para capturá-lo. Provavelmente com a intenção de não impor mais obstáculos do que necessário, evitando um risco de negação de auxílio, os Estados Unidos não notificaram em nenhum momento as autoridades do Paquistão sobre a provável presença do terrorista em seu território.

Apesar disso, como o autor destaca, o Paquistão já havia decidido anteriormente em auxiliar os demais Estados e aderiu à Guerra ao Terror. Caso houvesse sido requisitado antes, durante o processo de investigação, desde a parte da localização do mensageiro até o momento da localização da base em que bin Laden se encontrava, o Paquistão poderia ter organizado e auxiliado em uma possível transferência de Bin Laden para os Estados Unidos⁴²¹.

Mégret⁴²² afirma que o caso bin Laden representa uma tentativa de rapto falha. Explica que os Estados Unidos costumam sequestrar seus próprios fugitivos no exterior como meio de garantia que eles serão julgados sob a jurisdição norte-americana, prática essa aceita no direito doméstico de lá, em que os Tribunais não irão anular o procedimento em razão do indivíduo ter chegado no país por meios duvidosos. Mesmo se os Estados Unidos não tivessem assassinado Osama bin Laden, entretanto, o fato ainda poderia ser interpretado como violação à soberania do Paquistão.

Não se pretende, neste estudo, defender que Osama bin Laden não deveria ser perseguido ou alegar que os Estados Unidos deveriam de certeza ter agido de outra forma. Fato é, entretanto, que eles agiram de forma unilateral no âmbito de suas funções policiais no

⁴¹⁹ TROTTA, Sandro Bercosvit; FERREIRA, Luciano Vaz. Da obrigatoriedade de cooperar e os recursos cabíveis em casos de descumprimento de tratado internacional. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo; LIMA, Luciano Flores de. **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 3. p. 95-121. P. 106.

⁴²⁰ MÉGRET, Frédéric. Bin Laden: Tale of a Death Foretold. **Journal Of Genocide Research**, [s.l.], v. 20, n. 2, p.290-304, 3 abr. 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14623528.2018.1459170>. P. 292-293.

⁴²¹ Ibid., p. 293.

⁴²² Ibid., mesma página.

território de outro Estado e, ainda, conduziram todo um ataque mediante força – o que atualmente viola a Carta da ONU ao agir mediante força dentro de relações internacionais, como destaca Mégret⁴²³.

Nesse sentido, é imprescindível perceber que o caminho da cooperação jurídica internacional nesse caso seria uma alternativa que não violaria os preceitos defendidos pela ONU e nem a soberania do Paquistão. Nos moldes da cooperação jurídica internacional aqui apresentados, portanto, primeiro haveria tido o pedido de cooperação na fase de investigação, por meio de auxílio direto para facilitar e agilizar o processo, com a finalidade de produzir provas. O Paquistão, a partir de seu dever de cooperar para confrontar o terrorismo, aceitaria o pedido de cooperação e ofereceria outros suportes aos Estados Unidos para identificação dos envolvidos e investigação do local.

Na perspectiva do limite no âmbito da territorialidade, interpretando-a no ideal de núcleo flexível tratando-se de terrorismo, fundamentado nos princípios gerais da boa-fé e confiança, a partir de uma comunicação entre os governos estatais, seriam possíveis as iniciativas dos representantes norte-americanos para agir sem utilização de força e sem ficarem tão presos às fronteiras rígidas delimitadas geograficamente. Ou seja, daria para dar prosseguimento às investigações e meios necessários para manter a localização do indivíduo sob controle sem agir às escondidas do Paquistão.

Assim, chegado o momento certo, poderia ser solicitada a extradição do indivíduo sem sobrepor interesses individuais em virtude dos coletivos e, uma vez chegando em solo norte-americano, seria dado início ao julgamento por terrorismo, havendo a possibilidade de condenação à pena de morte legalizada nos Estados Unidos.

Evidentemente, esse caminho só sairia do papel para a prática a partir não só da compreensão da necessidade de cooperar, como também de domínio dos instrumentos e vias de comunicação para utilizá-los da melhor forma possível, agilizando o processo e tornando-o mais eficiente. Idealmente, seria adequado estabelecer instruções específicas que promovessem essa eficiência dos procedimentos quando se tratasse do terrorismo, partindo justamente da premissa da existência dos limites de núcleo duro, como o respeito aos direitos humanos, e os limites de núcleo flexível, como o não rigor do princípio da dupla imputação e *ne bis in idem*.

⁴²³ MÉGRET, Frédéric. Bin Laden: Tale of a Death Foretold. **Journal Of Genocide Research**, [s.l.], v. 20, n. 2, p.290-304, 3 abr. 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14623528.2018.1459170>. P. 292-293. P. 293.

5. CONCLUSÕES

Diante do que foi trabalhado nesta pesquisa, verifica-se como o fenômeno do terrorismo vem sendo cada vez mais presente nos últimos anos, afetando a sociedade internacional global em seu conjunto. A primeira consideração que se faz é que, sozinhos e de maneira independente, os Estados não possuem condições plenas para evitar que ataques terroristas aconteçam ou até mesmo condições para se defender por completo.

No mundo globalizado, com a presença de relações e crimes transnacionais, a partir da maior mobilidade, facilidade e acessibilidade de organização de ações terroristas, torna-se impraticável a busca individual às cegas dos Estados para satisfazerem interesses próprios, não respeitando o posicionamento dos demais países ou agindo de maneira soturna em território que não seja o seu.

Esperar soluções definitivas para erradicar por completo o terrorismo significaria aguardar o impossível, o utópico. Fato é que o terrorismo tal como é, alastra-se pelo mundo de forma descontrolada e envolve questões muito mais complexas que necessitam de respostas mais elaboradas do que apenas declarar que há uma Guerra ao Terror. Primeiro, há que se ter em mente que o fenômeno do terrorismo abrange uma gama de nuances delicadas, não só evidente quando se tenta defini-lo, como também ao tentar elaborar respostas, já que é possível facilmente se perder entre discursos radicais.

Mesmo não tendo um só conceito definido de terrorismo, entende-se que esse fenômeno possui algumas características específicas, como as ações de um grupo de indivíduos que possuem um fundamento em ideologias principalmente políticas, ainda que possam envolver outras questões, como o revestimento religioso. Diferentemente do que acontece nos crimes tipificados como meramente políticos, o terrorismo envolve toda uma construção de filosofia, a partir da intenção de instaurar o pavor. Isso explica o aceitamento dos seus indivíduos em praticar qualquer tipo de ação por um propósito maior, mesmo que seja tirar sua própria vida junto à de milhares de desconhecidos, como em um ataque de homem-bomba.

Com a intenção de ter os Estados em comum acordo sobre medidas de contraterrorismo, incluindo sua prevenção, investigação e punição, convenções e tratados internacionais foram realizados para que pudessem guiar os países na comunicação entre si sobre as questões terroristas e para incentivá-los a elaborar procedimentos internos de enfrentamento ao terrorismo, que fossem de acordo com seu ordenamento interno. É imprescindível observar que o Brasil, nesse quesito, apresenta-se como um dos Estados que aceitam enfrentar o terrorismo em seu caráter transnacional.

Ainda que o Brasil não seja tradicionalmente vítima direta de atentados terroristas, o país se envolve na questão em virtude não apenas do cunho transnacional do terrorismo, como também a partir de seu comprometimento em auxiliar a sociedade internacional no enfrentamento do terrorismo. Para isso, a Constituição Federal declara como fundamento o seu repúdio ao terrorismo, característica constitucional que por si só já possui o condão de incluir o Brasil no rol dos Estados empenhados a oferecer respostas contraterroristas.

Além disso, a partir desse posicionamento adotado pela Constituição Federal de 1988, o Brasil também sancionou uma lei interna específica de antiterrorismo, tendo em vista as ameaças de ataques terroristas no país na época das Olimpíadas de 2016. Pela primeira vez, o país se viu envolvido diretamente no contexto do terrorismo, sendo necessário possuir medidas próprias que guiassem o comportamento a ser realizado no caso de suspeitas reais de terrorismo. Apesar de evidentes falhas na redação da norma, percebe-se o esforço do país em criar um documento que deixasse mais explícito o que a Constituição já trazia consigo: o fato de o Brasil não tolerar ações de cunho terrorista.

Seu evidente caráter transnacional chama atenção para a modalidade do terrorismo que ao contrário do gênero que existe há séculos, é bem mais recente: o ciberterrorismo. A partir das tecnologias advindas da globalização, os grupos terroristas têm utilizado o ciberespaço cada vez mais para incrementar seus atentados terroristas, fazendo com que essa espécie de terrorismo seja sempre inserida ultimamente na sua prática, incluindo planejamento, organização e comunicação.

Além disso, o ciberterrorismo demonstra o que a redução de barreiras pode influenciar: a facilidade na mobilidade de indivíduos entre fronteiras, a comunicação rápida e instantânea, a divulgação de informações de maneira rápida e urgente para toda a sociedade internacional – enfim, a facilidade em ao mesmo tempo fascinar novos recrutas e espalhar o terror aos demais.

A forma ideal e recomendada para enfrentar o terrorismo, de acordo com o Direito Internacional, é a cooperação internacional, na concepção de que os Estados, em conjunto, representam uma maior força do que a demonstrada nos atentados terroristas, ainda que não se fale e nem se defenda o uso literal da força nesse contexto. Sendo a cooperação jurídica internacional uma das modalidades previstas para os casos que envolvem jurisdições de outros Estados, é imperioso notar sua relevância e necessidade no âmbito do terrorismo.

Já muito utilizada nas últimas décadas a partir de um método prático específico, a cooperação jurídica internacional vem contribuindo para a solução de várias questões não só de matéria penal, como casos civis. Vê-se, entretanto, que em alguns casos, quando os preceitos da soberania são extremamente rígidos, essa cooperação pode ser interpretada como deveras

burocrática, a partir de limites rígidos e específicos. Inserida no contexto de matéria penal com crimes transnacionais, não é diferente, é apenas um fato que demonstra a necessidade de evolução do instrumento já previsto.

As vias de comunicação existentes na cooperação jurídica, apresentadas por meio dos instrumentos da extradição, carta rogatória, auxílio direto e homologação de sentença estrangeira, adotados pelo Brasil, constituem a principal forma de entender como a comunicação entre os Estados deve funcionar. Por vezes interpretadas como obstáculos à soberania ou à agilidade em missões específicas, a cooperação jurídica internacional e seus instrumentos são importantes e merecem ser mais bem estudados para que se compreenda que ela auxilia a convivência entre os Estados.

Quando envolvida no campo do terrorismo, percebe-se que a cooperação jurídica internacional é revestida de um caráter diferenciado, podendo-se até admitir uma categoria distinta: a cooperação jurídica internacional no âmbito do terrorismo. Nesse ponto de vista, ao questionar se essa modalidade da cooperação apresentaria limites de atuação, verificou-se que há limites práticos e teóricos evidentes na área do terrorismo, apesar de eles possuírem algumas diferenças quando relacionados aos limites tradicionais.

Apesar de muito discutido e questionado, percebe-se o princípio da soberania numa posição que ainda rege os conceitos do Direito, principalmente quando é necessário proteger os interesses de grandes potências, como os Estados Unidos em sua Guerra ao Terror de forma unilateral, que por vezes preferem ignorar os mecanismos de cooperação previstos no Direito Internacional para satisfazer seus objetivos, ainda que as formas escolhidas para isso sejam deveras duvidosas.

Ademais, os limites clássicos da cooperação jurídica internacional se mostram importantes para o seu entendimento no âmbito do terrorismo, destacando-se a perspectiva espacial que envolve os conceitos de espaço-tempo, territorialidade, extraterritorialidade e transterritorialidade, bem como as noções dos princípios da dupla imputação e do *ne bis in idem*. Tratados especificamente no âmbito do terrorismo, esses limites da cooperação jurídica internacional apresentam nuances diferentes da forma em que se apresentam nas demais áreas da cooperação.

Defende-se, em primeiro lugar, que o absolutismo de qualquer norma é negativo para a sociedade. Há que se ter espaço de limitação para salvaguardar a segurança jurídica, para que o sistema não se torne totalitário. Sob essa perspectiva, a cooperação jurídica internacional compartilha na teoria e na prática limites considerados, na presente pesquisa, rígidos e limites

considerados flexíveis. Neste estudo, foram respectivamente denominados de limites com núcleo duro e flexível com a finalidade de compreendê-los melhor.

Em razão das características específicas envolvidas no contexto do terrorismo, entende-se a necessidade que a cooperação jurídica internacional nesse âmbito também contenha peculiaridades que se adequem às necessidades demandadas. Ao contrário, se existissem apenas limites rígidos para essa cooperação, a comunicação e a cooperação entre os Estados poderiam enfrentar obstáculos severos em seu caminho a ponto de prejudicar o confronto ao terrorismo.

Havendo maior destaque para o limite da cooperação pela proteção dos direitos humanos, compreende-se que no enfrentamento do terrorismo, apesar de os indivíduos terroristas serem considerados inimigos, eles também são humanos. Não significa, deve-se acrescentar, que por serem humanos eles devam sair impunes diante das atrocidades cometidas. Pelo contrário, significa que o Estado não deve responder às provocações terroristas da mesma forma com que recebe os ataques. É o que diferencia um governo que segue preceitos básicos de uma organização terrorista dotada de fundamentos radicais.

Em virtude disso, defende-se neste estudo a flexibilização de alguns limites específicos, como os princípios da dupla imputação, *ne bis in idem* e o da territorialidade, apesar de esse último possuir limite de núcleo duro, contexto pelo qual se defende que acompanhando a evolução dos fatos sociais e as necessidades demandadas, seus limites não deveriam ser rígidos.

Além disso, percebe-se a necessidade de a cooperação jurídica internacional no âmbito do terrorismo ser mais eficiente por meio da agilização dos procedimentos já existentes. Assim, a fim de evitar que por causa de suas características burocráticas, como o trâmite existente no caso da carta rogatória para conceder um pedido de produção de prova, um terrorista saia impune ou que isso seja incentivo para a não cooperação.

No contexto do terrorismo, portanto, defende-se que uma das formas essenciais para combatê-lo se constitui na modalidade específica de cooperação jurídica internacional com limites rígidos e flexíveis. Quando comparado aos grupos terroristas, a cooperação permite que os Estados não estejam tão defasados, oferecendo medidas práticas e possíveis de serem realizadas para prevenir, investigar e punir os indivíduos que se empenham em praticar atrocidades ao redor do mundo.

REFERÊNCIAS

A RAE, Jonathan. Will it Ever be Possible to Profile the Terrorist? **Journal Of Terrorism Research**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.64-74, 22 set. 2012. University of St. Andrews Library. <http://dx.doi.org/10.15664/jtr.380>. Disponível em: <<https://cvir.st-andrews.ac.uk/article/10.15664/jtr.380/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

“A tática do Estado Islâmico para me recrutar: e como eu resisti”. 2015. BBC, Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150824_ei_tatica_radical_fd>. Acesso em: 02 jun. 2018.

ABADE, Denise Neves. Convivência entre instrumentos cooperacionais: a carta rogatória e o auxílio direto. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 306-329.

_____. **Direitos fundamentais na cooperação jurídica internacional**: extradição, assistência jurídica, execução de sentença estrangeira e transferência de presos. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 106-107.

ALLE, Saulo Stefanone. **Cooperação jurídica internacional e auxílio direto ativo em matéria penal**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017. 189p.

ALMEIDA, Bruno Rodrigues de. APONTAMENTOS SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DO STF EM MATÉRIA DE PROCEDIMENTOS TRANSNACIONAIS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA. **Rfd- Revista da Faculdade de Direito da Uerj**, [s.l.], n. 18, p.1-26, 7 abr. 2010. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rfd.2010.1355>. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1355>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

ÂMBITO INTERNACIONAL. Nações Unidas. Onu. **O que são os direitos humanos?** 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ANISTIA INTERNACIONAL (Reino Unido). Anistia Internacional. Guantánamo Bay: 14 years of injustice. Disponível em: <<https://amnesty.org.uk/guantanamo-bay-human-rights>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ANSELMO, Marcio Adriano. Cooperação internacional em matéria penal no âmbito do Mercosul: Anatomia do protocolo de San Luís. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo; LIMA, Luciano Flores de (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 6. p. 215-249.

ARAS, Vladimir. O papel da autoridade central nos acordos de cooperação penal internacional. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 1. p. 15-58. P. 16

ARAÚJO, Nádia de. A importância da cooperação jurídica internacional para a atuação do Estado Brasileiro no plano interno e internacional. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça (Org.). **Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal**. 2.ed. Brasília: Ministério da Justiça,

2012. Cap. 14, p. 33-50. Disponível em:

<<http://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/CartasRogatorias/Documentos/ManualEspedCRP.pdf>>. Acesso em 23 maio 2018.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução nº 217 A III, de 10 de dezembro de 1948. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque, Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 25 maio 2018.

_____. Resolução nº 2525 (XXV), de 24 de outubro de 1970. Declaration on principles of international law concerning friendly relations and co-operation among States in accordance with the charter of the United States. Estados Unidos. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a25r2625.htm>>. Acesso em 23 maio 2018.

AVIATION SAFETY NETWORK (Malta). Flight Safety Foundation. **Hijacking description**. Malta: Flight Safety Foundation, 201-?. 1 p. Disponível em: <<http://aviation-safety.net/database/record.php?id=19851124-0>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

AWAN, Imran. Paving the way for extremism: how preventing the symptoms does not cure the disease of terrorism. **Journal of Terrorism Research**, [s.l.], v. 2, n. 3, p. 4-8, 11 nov. 2011. University of St. Andrews Library. Doi: <http://dx.doi.org/10.15664/jtr.224>. Disponível em: <<http://cvir.st-andrews.ac.uk/article/10.15664/jtr.224/#>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BARBOSA, Ruchester Marreiros. **Lei 14.260/2016 é um ato terrorista à hermenêutica constitucional**. 2016. Consultor Jurídico (Conjur). Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-mar-22/academia-policial-lei-132602016-ato-terrorista-hermeneutica-constitucional>>. Acesso em: 11 maio 2018.

BARRETT, Richard. The Islamic State. Nova Iorque: The Soufan Group, 2014. 66 p. Disponível em: <<http://soufangroup.com/wp-content/uploads/2014/10/TSG-The-Islamic-State-Nov14.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BASSIOUNI, M. Cherif. International extradition in american practice and world public order. **Tennessee Law Review**, Tennessee, v. 36, n. 1, p.1-30, 1968. Disponível em: <file:///C:/Users/anais/Downloads/MCherifBassiouniInternati_stamped.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

BECHARA, Fábio Ramazzini. **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal: eficácia da prova produzida no exterior**. São Paulo: Saraiva, 2011. 215 p.

BECKER, Marina. Tentativa criminosa: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Siciliano Jurídico, 2004.

BELOTTO, Ana Maria de Souza; MADRUGA, Antenor; TOSI, Mariana Tumbiolo. Dupla incriminação na cooperação jurídica internacional. **Instituto Brasileiro de Ciências Criminais: IBCCRIM**. [s.l.], ago. 2012. Artigos, Suplemento 237, p. 1-1. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4678-Dupla-incriminacao-na-cooperacao-jurdica-internacional>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BERGER, J. M. How ISIS Games Twitter: The militant group that conquered northern Iraq is deploying a sophisticated social-media strategy. 2014. The Atlantic, Global. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2014/06/isis-iraq-twitter-social-media-strategy/372856/>>. Acesso em 04 jun. 2018.

BLAKESLEY, Christopher L.. Autumn of the Patriarch: The Pinochet Extradition debacle and beyond - Human rights clauses compared to traditional derivative protections such as double criminality. **The Journal Of Criminal Law And Criminology**, [s.l.], v. 91, n. 1, p.1-98, 2001. Disponível em:

<<https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=7066&context=jclc>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BOWDEN, Mark. The death of Osama bin Laden: how the US finally got its man. **The Guardian News**. [s.l.], p. 1-1. 12 out. 2012. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/world/2012/oct/12/death-osama-bin-laden-us>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

BRACHMAN, Jarret. **Transcending Organization**: Individuals na the Islamic State. Maryland: College Park, 2014. START Analytical Brief. Disponível em:

<<http://www.start.umd.edu/publication/transcending-organization-individuals-and-islamic-state>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. Anteprojeto de lei de 2009. Comissão Parlamentar de Inquérito das Escutas Telefônicas Clandestinas. Art. 19. Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/dl/anteprojeto.pdf>> .Acessado em 27 de jun 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização internacional das Nações Unidas. Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto nº 3.810, de 02 de maio de 2001. Promulga o Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Brasília, em 14 de outubro de 1997, corrigido em sua versão em português, por troca de Notas, em 15 de fevereiro de 2001.. Brasília, DF, Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3810.htm>. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto nº 4.021, de 19 de novembro de 2011. Promulga a Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para Fins de Detecção... Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D4021.htm>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto nº 4.394, de 26 de setembro de 2002. Promulga a Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas, com reserva ao parágrafo 1 do art. 20.. Brasília, DF, Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4394.htm>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto nº 5. 640, de 26 de dezembro de 2005. Promulga a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1999 e assinada pelo Brasil em 10 de novembro de 2001. Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5640.htm>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm>. Acesso em: 29 maio de 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto nº 5.639, de 26 de dezembro de 2005. Promulga a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5639.htm>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto nº 50.215, de 28 de janeiro de 1961. Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50215.htm>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto nº 592, de 06 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em 08 jul. 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto nº 6.136, de 26 de junho de 2007. Promulga a Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e o Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, ambos de 10 de março de 1988, com reservas ao item 2 do artigo 6o, ao artigo 8o e ao item 1 do artigo 16 da Convenção, bem como ao item 2 do artigo 3o do Protocolo.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6136.htm>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto nº 66.520, de 30 de abril de 1970. Promulga a Convenção relativa às infrações e a certos outros atos cometidos a bordo de aeronaves.. Brasília, DF, Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=489159&id=14239614&idBinario=15641796&mime=application/rtf>>. Acesso em: 02 maio 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos artigos 25 e 66. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em 24 maio 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto nº 7.030, de 23 de maio de 2009. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em: 23 maio 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto nº 70.201, de 24 de fevereiro de 1972. Promulga a Conversão para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves.. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70201-24-fevereiro-1972-418691-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 maio 2018.

BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 72.383, de 20 de junho de 1973. Promulga a Convenção para a Repressão aos Atos ilícitos Contra a Segurança da Aviação Civil.. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72383.htm>. Acesso em: 02 maio 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto-lei nº 3.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. Congresso. Senado. Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**: LINDB. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. Congresso. Senado. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.. **Lei de Antiterrorismo**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm>. Acesso em: 03 mar. 2018

_____. Congresso. Senado. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Lei de Migração**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 25 maio 2018.

_____. Congresso. Senado. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm>. Acesso em: 01 jul. 2018.

_____. Constituição (1988). 5 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

_____. Decreto nº 18.871, de 13 de agosto de 1929. **Convenção de Direito Internacional Privado**: Código de Bustamante. Brasília, DF, Disponível em: <http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/codigo_de_bustamante-04.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. Ministério da Justiça. Portaria 2.465, de 3 de julho de 2013. DOU. Seção 1, 4 jul. 2013. Disponível em < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/56295671/dou-secao-1-04-07-2013-pg-33>>. Acesso em 28 maio 2018.

_____. **Projeto de Lei nº 8045**, de 2010. Novo Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2C714D71817245D196702579A365F8E6.proposicoesWebExterno1?codteor=1638152&filename=PL+8045/2010>. Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. Ricardo Andrade Saadi. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional. **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**: Cartilha. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2015. 34 p. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-protecao/lavagem-de-dinheiro/institucional-2/publicacoes/arquivos/cartilha-penal-09-10-14-1.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BROWN, Katherine E.. Transnational Terrorism. In: MCGLINCHEY, Stephen (Ed.). **International Relations**. Bristol: E-international Relations Publishing, 2017. p. 152-162. E-book. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/wp-content/uploads/2016/12/International-Relations-E-IR.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BUSHER, Joel. What do ‘middle class’ terrorists tell us about the link between poverty and terrorism? **Journal Of Terrorism Research**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.1-3, 7 abr. 2011. University of St. Andrews Library. <http://dx.doi.org/10.15664/jtr.178>. Disponível em: <<https://cvir.st-andrews.ac.uk/article/10.15664/jtr.178/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

CÂMARA, Alexandre Freitas. A Emenda Constitucional 45/2004 e a homologação de sentença estrangeira: primeiras impressões. In: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (Org.). **O Direito internacional contemporâneo: Estudos em homenagem ao Professor Jacob Dolinger**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. Cap. 1. p. 1-8.

CANADÁ, Scott Anthony Newton. Security Essentials. **Can cyberterrorists kill people?** Elaborado pelo SANS Institute. Disponível em: <<https://www.sans.org/reading-room/whitepapers/warfare/cyberterrorists-kill-people-820>>. Acesso em: 16 maio 2018.

CARREAU, Dominique; BICHARA, Jahyr Philippe. **Direito Internacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 876 p

CASELLA, Paulo Borba; ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO, G. E. do. **Manual de direito internacional público**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 1357 p. Disponível em: <<http://noosfero.ucsal.br/articles/0010/3246/hildebrando-accioly-manual-de-direito-internacional.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2018.

CASTRO, Christiano Alves Monteiro de; ALVIM, Eduardo Reis; ALVES, Marcos Fernando Cordeiro. Jus Cogens: Origem, conceito, elementos informadores, hierarquia e fontes. **Revista Eletrônica de Direito Internacional: CEDIN**, Belo Horizonte, p.368-384, jan./jun. 2016. Semestral. Disponível em: <<http://centrodireitointernacional.com.br/wp-content/uploads/2014/05/JUS-COGENS-ORIGEM-CONCEITO-ELEMENTOS-INFORMADORES-HIERARQUIA-E-FONTES.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

CASTRO, Elcinéia Silva de. **Arábia Saudita e a liga dos estados árabes: Uma análise sobre a relação entre ações de combate ao terrorismo, elaboradas pelo governo Saudita e as propostas pela organização**. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40915/R_-_D_-_ELCINEIA_SILVA_DE_CASTRO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 maio 2018.

CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de; COSTA, Adriano Sousa. **Lei antiterrorismo inova com a tentativa antecipada do crime**. 2016. Consultor Jurídico (Conjur). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-abr-20/lei-antiterrorismo-inova-tentativa-antecipada-crime#_ftn8>. Acesso em: 11 maio 2018.

CHOUDHURY, Tufyal; FENWICK, Helen. **The impact of counter-terrorism measures on Muslim communities**. Manchester: Durham University, 2011. 125 p. (Equality and Human Rights Commission 2011). Disponível em:

<<https://www.equalityhumanrights.com/sites/default/files/research-report-72-the-impact-of-counter-terrorism-measures-on-muslim-communities.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2018.

CLEMENTINO, Marco Bruno Miranda. **Cooperação Jurídica Internacional Penal-Tributária e Transnacionalidade**. São Paulo: Quartier Latin, 2016.

CONSELHO DA EUROPA. Convenção Europeia nº 1, de 04 de novembro de 1950. **Convenção Para A Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais**. Roma, Disponível em:

<<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=536&IID=4>>. Acesso em: 28 maio 2018.

CONSORTE, Raquel de Castro Campos Jaime. Cooperação Internacional à repressão e combate ao terrorismo. **Revista Jurídica**, [s.l.], v. 9, n. 85, p.149-164, 2007. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/313/306>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

DALTON, Angela; ASAL, Victor. Is It Ideology or Desperation: Why Do Organizations Deploy Women in Violent Terrorist Attacks?. **Studies In Conflict & Terrorism**, [s.l.], v. 34, n. 10, p.802-819, out. 2011. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/1057610x.2011.604833>. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1057610X.2011.604833>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

DEGAUT, Marcos. **O desafio global do terrorismo**: Política e segurança internacional em tempos de instabilidade. Brasília: Csi Publishing, 2014. 233 p. Versão Digital.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. **Direito internacional público**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 1517 p. Traduzido por Vítor Marques Coelho.

DOLINGER, Jacob. O terrorismo internacional como ameaça ao direito internacional. **Revista Forense**: Doutrina, legislação e jurisprudência, Rio de Janeiro, v. 2, p.78-113, 2008. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r27151.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2018.

DONOHUE, Laura K. Terrorism and the counter-terrorist discourse. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. 3. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 2. p. 13-36.

FAVARO, Luciano Monti. Perda da nacionalidade brasileira nata: Possibilidade de extradição. Análise da decisão do STF no MS 33.864/DF. **Conpedi/uminho**, Florianópolis, p.156-176, 2017. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/pi88duoz/fik89gls/m51l86K0HY4KhpQu.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

FENWICK, Helen; PHILLIPSON, Gavin. Legislative over-breadth, democratic failure and the judicial response: fundamental rights and the UK's anti-terrorist legal policy. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 21. p. 455-489.

FLOH, Fabio et al. Direito internacional contemporâneo: Elementos para a configuração de um direito internacional na Ordem Internacional Neo-Vestfaliana. In: SOARES, Guido Fernando Silva et al (Org.). **Direito internacional, humanismo e globalidade**. São Paulo: Atlas, 2008. Cap. 14. p. 219-235.

FONSECA, Pietra da. **A extradição e o princípio da não devolução no direito internacional dos refugiados**. 2014. 39 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2014_2/pietra_ferrapoutof.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

FONTES, Paulo Gustavo Guedes. Limites do direito diante da autonomia moral do indivíduo. **Gen Jurídico**. São Paulo, 10 jul. 2017. Artigos, p. 1-1. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2017/07/10/limites-do-direito/>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

FORNAZARI JUNIOR, Milton. **Cooperação Jurídica Internacional: Auxílio direto penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 136 p.

FREITAG, Barbara. **Itinerários de Antígona: A questão da moralidade**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1992. 316 p. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=PVfWI6cQ0aQC&pg=PA117&lpg=PA117&dq=fato+social+++kant&source=bl&ots=nK70L-Gl7S&sig=eSaBVm7oHCnrep_Hr0cXZWwN_tA&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi_1oK8jbHbAhWLfpAKHcNeCuEQ6AEITDAD#v=onepage&q=fato social + kant&f=false](https://books.google.com.br/books?id=PVfWI6cQ0aQC&pg=PA117&lpg=PA117&dq=fato+social+++kant&source=bl&ots=nK70L-Gl7S&sig=eSaBVm7oHCnrep_Hr0cXZWwN_tA&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi_1oK8jbHbAhWLfpAKHcNeCuEQ6AEITDAD#v=onepage&q=fato%20social%20+kant&f=false)>. Acesso em: 31 maio 2018.

FREITAS, Juarez. **A interpretação sistemática do direito**. São Paulo: Malheiros Editores, 1998. Capítulo I, p. 19-50.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, vol. 21 (201), n. 1, p. 19-29. Doi 10.5902/2236499422589. P. 20.

GIACOMOLLI, Nereu José; DIETRICH, Eduardo dalla Rosa. Necessidade e limites na cooperação jurídica internacional em matéria criminal: ordem pública e especialidade. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; CHOUKR, Fauzi Hassan (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 257-284.

HAFEN, Jonathan O.. International Extradition: Issues arising under the dual criminality requirement. **Byu Law Review**, [s.l.], v. 1992, p.191-230, 1992. Disponível em: <<https://digitalcommons.law.byu.edu/lawreview/vol1992/iss1/4>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

HAWKING, Stephen W.. **Uma breve história do tempo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. 256 p. Tradução de: Cássio de Arantes Leite.

HOFFMAN, Bruce. **Inside terrorism**. 2. ed. Nova Iorque: Columbia University Press, 2006. 456 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=RSzyEx4do48C&pg=PA1&hl=pt-BR&source=gbp_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 abr. 2018.

HRW. Guantanamo Bay, Us Detentions, and the Trump Administration. 2018. Elaborada por Human Rights Watch. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2018/02/01/qa-guantanamo-bay-us-detentions-and-trump-administration>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

JAGUARIBE, Helio. Terrorismo e Islam. **Nueva Sociedad: Democracia y política en América Latina**, Buenos Aires, v. 177, p.123-131, 2002. ISSN: 0251-3552. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/3032_1.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo A.; PUGLIESE, Yuri Sahione. A cooperação internacional em matéria penal no direito brasileiro. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 197-223. P. 206.

JENKINS, Brian Michael. **The study of terrorism: Definitional problems**. In: 1978 Meeting of the institute of management sciences and operations research society of america, 1978., 1978, Nova Iorque. Paper. Santa Monica: The Rand Paper Series, 1980. p. 1 - 10. Disponível em: <<https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/papers/2006/P6563.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

JONAS, Stacie. The ripple effect of the Pinochet Case. **American University Washington College Of Law**, [s.l.], v. 11, n. 3, p.36-38, 2004. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/home/163-general/29411.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

JUSTIA (Estados Unidos). Cortes Federais. **United States of America, Appellee, v. Omar Mohammed Ali Rezaq, A/k/a Omar Marzouki, A/k/a Omaramr, Appellant**, 134 F.3d 1121: (D.C. Cir.). 1998. Disponível em: <<https://law.justia.com/cases/federal/appellate-courts/F3/134/1121/562102/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

KLÖTGEN, Paul. La frontière et le droit, esquisse d'une problématique. **Scientia Juris**, [s.l.], p.45-69, 2010. Disponível em: <http://www.revuegeneraledudroit.eu/wp-content/uploads/scientia01theme_klotge.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

KOLOMEITZ, Glenn. International criminal law: a weapon in the arsenal of the war on terror. **The University Of New England Law Journal**, [s.l.], v. 3, p.109-124, 2006. Disponível em: <<http://www5.austlii.edu.au/au/journals/UNELawJl/2006/9.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

LE Cyberterrorisme: Définition(s) et enjeux. Définition(s) et enjeux. Elaborado pelo Institut Régional d'Administration (IRA-Nantes). Disponível em: <<http://www.ira-nantes.gouv.fr/seminaire/cyberterrorisme/i-le-cyberterrorisme-definitions-et-enjeux/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

LEARY, Virginia A.. Globalização e os direitos humanos. In: SYMONIDES, Janusz et al. **Direitos humanos: novas dimensões e desafios**. Brasília: Unesco Brasil, 2003. Cap. 11. p. 335-354.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Globalização e Soberania. In: SOARES, Guido Fernando Silva et al (Org.). **Direito internacional, humanismo e globalidade**. São Paulo: Atlas, 2008. Cap. 18. p. 293-298.

LIM, C. L.. The question of a generic definition of terrorism under general international law. In: RAMRAJ, Victor V.; HOR, Michael; ROACH, Kent (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. 4. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 3. p. 37-64.

LISTER, Charles. Profiling the Islamic State. Washington: **The Brookings Institution**, 2014. 57 p. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2014/12/en_web_lister.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

LIU, Shih Shun. **Extraterritoriality: Its rise and its decline**. 1925. Panarquia arquivos. Disponível em: <<http://www.panarchy.org/shihshunliu/presentation.1925.html#introduction>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

LOPES, Luis Roberto Guerreiro. **Ciberspaço, cibercultura e a utilização da web 2.0 na aprendizagem colaborativa através da ferramenta google docs**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Tecnologias da Inteligência e Design Digital, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Cap. 1. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp153821.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

LOULA, Maria Rosa Guimarães. Auxílio direto: novo instrumento de cooperação jurídica internacional civil. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

MADRUGA, Antenor. O Brasil e a jurisprudência do STF na idade média da cooperação jurídica internacional. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, [s.l.], v. 13, n. 54, p.291-311, Não é um mês valido! 2005. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/40933>>. Acesso em: 19 ago. 2018. P. 297.

MARCENGO, Marcelo Willian. **Aspectos jurídicos do combate ao terrorismo: A necessidade de uma lei antiterrorista no Brasil**. 2007. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2013/07/ASPECTOS-JURIDICOS-DO-COMBATE-AO-TERRORISMO-A-NECESSIDADE-DE-UMA-LEI-ANTITERRORISTA-NO-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2018.

MASCARENHAS, Marcella Alves. **O Princípio “Ne Bis In Idem” nos Âmbitos Material e Proessual sob o Ponto de Vista do Direito Penal Interno**. Revista de direito da Unigranrio. Volume 2. Número 2 2009. P. 3.

MAZARI, Ali Al et al. Cyber Terrorism Taxonomies: Definition, targets, patterns and mitigation strategies. In: European conference on information warfare and security (ECCWS), 1., 2015, Hatfied. **Paper**. Hatfied: Eccws, 2016. p. 11 - 18. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/282985438_Cyber_terrorism_taxonomies_Definition_targets_patterns_and_mitigation_strategies?_sg=gtZQZs5r_3NPYqkPIhAqTBZVRyWkZl8mjF0uRCL_em6KgYoH2TH2Z1CjHdqC1EqNeL7YQ2aA>. Acesso em: 16 maio 2018.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MÉGRET, Frédéric. Bin Laden: Tale of a Death Foretold. **Journal Of Genocide Research**, [s.l.], v. 20, n. 2, p.290-304, 3 abr. 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14623528.2018.1459170>. P. 292-293.

MENDONÇA, Albérico Camelo de. **As recomendações do grupo de ação financeira e a soberania dos estados não-cooperativos**. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em:

<<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/380>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

MIGUEL, Alexandre. A constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos. In: BAPTISTA, Luiz Olavo; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Org.). **Direito Internacional: Direito Internacional dos direitos humanos temas diversos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. Cap. 1. p. 25-70. (3).

MILLHOLLAND, Lewis. EgyptAir Flight 648: The story of a woman who survived a terrorist's bullet to her skull, and the FBI special agents who brought her would-be-murderer to justice. **Collegiate Times**. Blacksburg, 30 mar. 2017. News, p. 1-1. Disponível em: <http://www.collegiatetimes.com/news/egyptair-flight/article_4753f35c-152b-11e7-a09d-f7de535180ca.html>. Acesso em: 08 jun. 2018.

MORAIS NETO, Arnaldo Sobrinho de. **Cibercrime e cooperação penal internacional: Um enfoque à luz da Convenção de Budapeste**. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Direito Econômico, Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/arnaldo-sobrinho-cibercrime-e-cooperacao-penal-internacional.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

MORO, Sergio Fernando. Cooperação jurídica internacional em casos criminais: considerações gerais. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 1. p. 15-58.

NAÇÕES UNIDAS. United Nations Office On Drugs And Crime. Órgão das Nações Unidas. **International cooperation in criminal matters: Counter-terrorism**. [s.l]: Unodc, 201-?. 162 p. Módulo de treinamento. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/terrorism/Publications/Training_Curriculum_Module3/Module3_EN.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. United Nations Office On Drugs And Crime. Nações Unidas. **Digest of Terrorist Cases**. Nova Iorque: United Nations Office On Drugs And Crime, 2010. 144 p. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/terrorism/Publications/Digest_of_Terrorist_Cases/English.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

NUNES, Paulo Fernando Viegas. **Ciberterrorismo:: aspectos de segurança**. 2004. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/428>>. Acesso em: 16 maio 2018

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de.; CALLEGARI, André. **Manual de Direito Penal**. Parte Geral. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A, 2015, p 180.

ORWELL, George. **1984**. Tradução de Wilson Velloso. 29. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

PERUCHIN, Marcelo Caetano Guazzelli. A proteção dos direitos fundamentais no cenário da cooperação judicial penal internacional. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 225-255.

PINTO, Marco Aurélio Gonçalves. **Teoria relativista do ciberterrorismo**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Guerra da Informação, Departamento de Estudos Pós-graduados, Academia Militar, Lisboa, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/6826>>. Acesso em: 17 maio 2018.

PORTUGAL. Lei nº 144/99, de 13 de agosto de 1999. Aprova a lei de cooperação judiciária internacional em matéria penal. . [s.l.], Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/581978/details/maximized>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

RAMOS, André de Carvalho. Cooperação jurídica internacional e o diálogo das fontes no Direito Internacional Privado contemporâneo. **Rev. Secr. Trib. Perm. Revis.**, [s.l.], v. 5, n. 10, p.56-72, 10 out. 2017. Tribunal Permanente de Revisao do MERCOSUL. <http://dx.doi.org/10.16890/rstpr.a5.n10.p56>. Disponível em: <<http://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/viewFile/267/361>>. Acesso em: 24 maio 2018.

_____. Estrutura da cooperação jurídica internacional e o novo direito internacional privado. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 163-180.

RAMRAJ, Victor V. et al. Introduction. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005. p. 1-10.

RAPOPORT, David C.. Fear and Trembling: Terrorism in Three Religious Traditions. **American Political Science Review**, [s.l.], v. 78, n. 03, p.658-677, dez. 1983. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.2307/1961835>. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1961835?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 15 maio 2017.

REINO UNIDO. House Of Lords. **Judgment nº In Re Pinochet**. Opinions of the Lords of appeal for judgment in the cause. Reino Unido, . Disponível em: <<https://publications.parliament.uk/pa/ld199899/ldjudgmt/jd990115/pino01.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 464 p. Disponível em: <[http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/700/1/Direito Internacional Público .pdf](http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/700/1/Direito%20Internacional%20P%C3%BAblico.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2018.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação**. Lisboa: Presença, 1993.

RYNGAERT, Cedric; ZOETEKOUW, Mark. The End of Territory? The Re-Emergence of Community as a Principle of Jurisdictional Order in the Internet Era. **Ssrn Electronic Journal**, [s.l.], p.185-201, 2014. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2523354>. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2523354>>. Acesso em: 29 jun. 2018. P. 188

SAVOV, Vlad. **Russia's Telegram ban is a big, convoluted mess**: Brute enforcement has taken major banks, online stores, and Viber calls offline. 2018. The Verge Website.

Disponível em: <<https://www.theverge.com/2018/4/17/17246150/telegram-russia-ban>>.

Acesso em: 04 jun. 2018.

SCHELLING, Thomas C.. What purposes can "international terrorism" serve? In: FREY, R. G.; MORRIS, Christopher W.. **Violence, terrorism and justice**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1991. Cap. 2. p. 18-32. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=oB77mNaj1aYC&pg=PA18&lpg=PA18&dq=SCHELLING,+Thomas.+What+purposes+can+international+terrorism+serve?&source=bl&ots=qh-Lfbie_H&sig=JPENINRTe66Xm1gvH5HGCrcbypg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi607zs2_3aAhUFhZAKHclJBnsQ6AEwAnoECAAQPw#v=onepage&q=schelling&f=false>. Acesso em: 08 maio 2018.

SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. **Curso de direito processual penal**: teoria (constitucional) do processo penal. 2. ed. Natal: Owl, 2015. 670 p. P. 255.

SILVA, Lígia Gonçalves. **O processo de recrutamento em organizações terroristas**. 2012. 41 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012. Disponível em:

<<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23432>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SILVA, Marco Antônio Marques da; FREITAS, Jayme Walner de. **Código de processo penal comentado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

STF. Ação Penal nº 863. Réu: Paulo Maluf. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 14 de maio de 2018. p. 1-11. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/maluf.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018. P. 2-3.

_____. ADI nº 1480, Tribunal Pleno. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, DF, 04 de setembro de 1997. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000018406&base=baseAcordaos>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

_____. Extradução nº 1.288, Acórdão. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, DF, 21 de março de 2017. Brasília, Segunda Turma.

_____. Extradução nº 1.480, Acórdão. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, DF, 30 de maio de 2017. Brasília, Segunda Turma.

_____. Extradução nº 855-2, Relator: MinCelso de Mello, República do Chile e Brasil. Tribunal pleno. Data de Julgamento: 26/08/2004. Disponível em

<<http://www.stf.jus.br/noticias/imprensa/VotoExt855.pdf>>. Acesso em 26 jun 2018.

_____. Extradução nº 897, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 23/09/2004, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 18-02-2005 PP-00005 EMENT VOL-02180-01 PP-00018 RTJ VOL-00193-02 PP-00440.

STF. Petição Avulsa na Extradução 1.085 nº S/N. Governo da Itália. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, DF, 08 de junho de 2011. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630001>>. Acesso em: 23 jul. 2018. P. 10; 85.

_____. Regimento Interno nº S/N, de 2017. Atualizado até a Emenda Regimental n. 51. .

Brasília, DF, Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_integral.pdf>.

Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. Sentença Estrangeira nº 5.705. Giane Deise Duarte Maranhão e outros. Relator:

Ministro Celso de Mello. Brasília, DF, 17 de março de 1998. Disponível em:

<<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19162782/sentenca-estrangeira-se-5705-eu-stf>>.

Acesso em: 28 maio 2018.

STJ. Regimento Interno do Stj nº S/N, de 2018. Edição até a Emenda Regimental n. 30 de 22 de maio de 2018. **Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça**. Brasília, DF, Disponível em:

<<https://ww2.stj.jus.br/publicacaoinstitutional//index.php/Regimento/article/view/533/3398>>.

Acesso em: 10 maio 2018.

SYMONTIDES, Janusz. Novas dimensões, obstáculos e desafios para os direitos humanos. In: SYMONTIDES, Janusz et al (Org.). **Direitos humanos: novas dimensões e desafios**. Brasília: Unesco Brasil, 2003. Cap. 1. p. 23-78.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal**. 9. ed. Salvador: Jus Podivm, 2014. 1504 p.

TEIXEIRA, Duda. **O maior ciberataque da história: uma guerra pela internet**. 2007.

Disponível em: <<https://arquivoetc.blogspot.com.br/2007/05/o-maior-ciberataque-da-historia.html>>. Acesso em: 18 maio 2018.

TORRES, Agostinho S.. O princípio ne bis in idem: Funcionalidade e valoração na evolução para a transnacionalidade e a sua expressividade na jurisprudência internacional, em especial na do TJ da União Europeia. **Julgar**, Lisboa, v. 14, p.77-100, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://julgar.pt/wp-content/uploads/2014/07/04-DEBATER-Agostinho-Torres-O-principio-Ne-bis-in-idem.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

TRF-1. Andamento do processo n. 4050-98.2015.4.01.4100. Execução da Pena. 12 abril 2016. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/323586031/andamento-do-processo-n-4050-9820154014100-execucao-da-pena-12-04-2016-do-trf-1>>. Acesso em 20 jul 2018.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (Brasil). Escola de

Magistrados. **Investigação e prova nos crimes cibernéticos**. São Paulo: Emag, 2017. 325 p. Disponível em:

<http://www.trf3.jus.br/documentos/emag/Midias_e_publicacoes/Cadernos_de_Estudos_Crimes_Ciberneticos/Cadernos_de_Estudos_n_1_Crimes_Ciberneticos.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

TROTTA, Sandro Bercosvit; FERREIRA, Luciano Vaz. Da obrigatoriedade de cooperar e os recursos cabíveis em casos de descumprimento de tratado internacional. In: BALTAZAR

JÚNIOR, José Paulo; LIMA, Luciano Flores de. **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 3. p. 95-121. P. 106.

TRUVÉ, Staffan. **ISIS jumping from account to account, twitter trying to keep up**. 2014. Recorded Future Blog. Disponível em: <<https://www.recordedfuture.com/isis-twitter-activity/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

UNESCO. Resolução nº 217 A (III), de 10 de dezembro de 1948. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, DF: Representação da Unesco no Brasil, Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

UNGROUPE de hackers turc menace de pirater "tous les sites des députés français". 2011. Elaborado por Le Monde France. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/europe/article/2011/12/25/piratage-du-site-de-la-deputee-ump-a-l-origine-du-texte-sur-le-genocide-armenien_1622666_3214.html>. Acesso em: 19 maio 2018.

UNIÃO EUROPEIA. Corte Europeia de Direitos Humanos. Soering V. The United Kingdom nº 14038/88. Luxemburgo, 07 de julho de 1989. Luxemburgo, . Disponível em: <<http://www.asylumlawdatabase.eu/en/content/ecthr-soering-v-united-kingdom-application-no-1403888-7-july-1989>>. Acesso em: 28 maio 2018.

UNODC, United Nations Office On Drugs And Crime. **The use of Internet for terrorist purposes**. Nova Iorque: United Nations, 2012. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/frontpage/Use_of_Internet_for_Terrorist_Purposes.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. Extradução: Caso Cesare Battisti: República Italiana: concessão de refúgio pelo Ministro da Justiça: controle jurisdicional do Alto de Concessão. In PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; CHOUKR, Fauzi Hassan (Coord.). **Cooperação jurídica internacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 91-128

VERGARA, Sylvia Constant; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.103-119, jun. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s141565552005000200006>. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/8tgqhc>>. Acesso em: 30 maio 2018.

VERGUEIRO, Luiz Fabrício Thaumaturgo. **Implementação da cooperação jurídica internacional vertical**. 2012. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/anais/Downloads/tese_Luiz_Fabricio_T_Vergueiro_revisada_final.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018. P. 45.

VERVAELE, John A.E.. Direitos Fundamentais no espaço de liberdade, segurança e justiça: o ne bis in idem pretoriano do Tribunal de Justiça. In: BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo et al (Org.). **Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010. Cap. 11. p. 439-476..P. 442

VIEIRA, Euripedes Falcão. O tempo-espaço: ficção, teoria e sociedade. **Cadernos Ebape.br**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.01-07, ago. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-39512003000100004>. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512003000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 maio 2018.

VOIGT, Rüdiger. Quem é o soberano?: Sobre um conceito-chave na discussão sobre o estado. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 21, n. 46, p.105-113, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782013000200007>. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/tdcm7s>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

WALDMANN, Peter. **Guerra civil, terrorismo y anomia social**: El caso colombiano en un contexto globalizado. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2007. 320 p. (Colección Vitral). Tradução de: Monique Delacre. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=9m-mgRJKrZ4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 12 abr. 2018.

WILLIAMS, Sharon A.. The double criminality rule and extradition: a comparative analysis. **Nova Law Review**, [s.l.], v. 2, n. 15, p.581-624, 1991. Disponível em: <http://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=1454&context=scholarly_works>. Acesso em: 07 jun. 2018

WONG, Mary W. S.. Terrorism and technology: policy challenges and current responses. In: RAMRAJ, Victor V. et al (Org.). **Global anti-terrorism law and policy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. Cap. 10. p. 199-224.